



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL
PLANTERR

EDIMARE RIBEIRO COSTA

**MULHERES AGRICULTORAS FAMILIARES NA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E
EXTENSÃO RURAL: ALCANCES E LIMITES**

FEIRA DE SANTANA

2018
EDIMARE RIBEIRO COSTA

**MULHERES AGRICULTORAS FAMILIARES NA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E
EXTENSÃO RURAL: ALCANCES E LIMITES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial (PLANTERR), Mestrado Profissional da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Acácia Batista Dias

FEIRA DE SANTANA
2018

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado – UEFS

C871m Costa, Edimare Ribeiro

Mulheres agricultoras familiares na assistência técnica e extensão rural : alcances e limites / Edimare Ribeiro Costa . - 2018.

110 f.: il.

Orientadora: Acácia Batista Dias.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial, 2018.

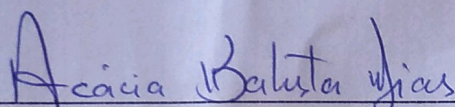
1. Agricultura familiar – Políticas públicas. 2. Mulheres na agricultura. 3. Trabalhadoras rurais. I. Dias, Acácia Batista, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 631.115.1

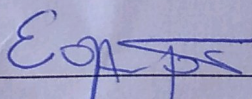
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL –
PLANTERR - MESTRADO PROFISSIONAL

EDIMARE RIBEIRO COSTA

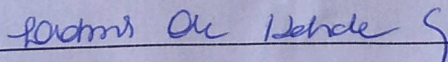
MULHERES AGRICULTORAS FAMILIARES NA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E
EXTENSÃO RURAL: ALCANCE E LIMITES



Profa. Dra. Acácia Batista Dias
PLANTERR/UEFS



Profa. Dra. Eliene Gomes dos Anjos
UFRB



Profa. Dra. Ludmila Oliveira Holanda Cavalcante
UEFS

Aprovado em 12 de setembro de 2018

A meu filho Arthur Souza, luz que irradiou e o amor que carreguei durante toda a pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Sinto-me muito feliz por ter conseguido chegar até aqui, nessa reta final de um longo e rico processo de aprendizado, solidão e cansaço. Sem o cuidado, carinho e atenção de muitos eu não teria conseguido chegar até aqui.

Agradeço a Deus pela força, coragem e persistência que me deu para que eu pudesse trilhar essa difícil e prazerosa caminhada. No período do processo seletivo do mestrado estava com minha mãe hospitalizada e fui iluminada para vencer as etapas e conquistar o título de mestre.

Agradeço também ao meu companheiro Érico Souza pela compreensão e paciência em muitos momentos que estive ausente. Ao meu filhote Artur que foi meu grande parceiro durante toda a pesquisa e mesmo sem entender muita coisa se comportou direitinho, uma benção que aconteceu em minha vida nesse período. Aos meus pais Maria da Conceição e Everaldo e minha irmã Ediele, pois sem a presença diárias deles, principalmente pelo carinho e cuidado comigo e com meu bebê a caminhada seria muito mais complicada e difícil.

Muito grata ao Diretor Presidente da CAR, o colega Wilson Dias por ter aprovado a flexibilização do meu horário de trabalho para que eu pudesse cursar as disciplinas. Agradeço a equipe da COOPERA por ter fornecido as informações solicitadas, contribuindo sempre com o que eu precisava.

De forma especial agradeço as mulheres agricultoras familiares entrevistadas que disponibilizaram parte de seu tempo para dialogar e contar um pouco das suas histórias de vida e experiências. Muito grata também pela confiança, amizade e contribuição.

Obrigada aos colegas de turma do mestrado pelas trocas de conhecimento e emoções vividas, em especial a colega Cristiane Nascimento pela companhia e presença carinhosa em vários caminhos que trilhamos juntas, sempre disposta a me ajudar.

Por fim agradeço a minha orientadora e amiga Acácia Batista Dias pelo estímulo, força, paciência, amizade, generosidade, parceria e apoio em todas as etapas do trabalho. Tudo seria muito mais difícil se não tivesse encontrado essa grande profissional, aprendi muito com você. MUITÍSSIMO obrigada! Agradeço também as professoras da Banca de Qualificação, Eliene Anjos (UFRB) e Ludmila Cavalcante (UESB), por suas contribuições extremamente relevantes para que eu pudesse seguir adiante e concluir a pesquisa.

*A bagagem não pesa, o caminho não cansa e
os pés não reclamam quando o que se carrega
é AMOR*

Rachel Carvalho

RESUMO

Este trabalho identifica as estratégias de intervenção da ATER desenvolvidas nos serviços prestados pela COOPERA, na Chamada Pública de 2012 e 2015, em três municípios do Território Litoral Norte e Agreste Baiano a partir das ações que contemplam as relações de gênero. Tem por objetivo geral analisar as dificuldades dos técnicos/as para trabalhar as questões específicas das mulheres agricultoras familiares nessa política pública. Este estudo objetiva também descrever a gênese e o funcionamento da PNATER, bem como averiguar as abordagens metodológicas de gênero trabalhadas pelos/as técnicos/as. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual se realiza um estudo de caso na COOPERA, com uso de entrevistas semiestruturadas e análise documental. As análises oriundas do trabalho de campo revelam que as orientações metodológicas utilizadas pela equipe de ATER focam nos aspectos produtivos e não incorporam as relações de gênero. Dessa forma, há necessidade de inclusão de ações específicas para as mulheres e capacitações em gênero para os técnicos/as. Entretanto, mesmo com todos esses limites e dificuldades as mulheres entrevistadas relatam melhorias em suas vidas depois da ATER.

Palavras chave: Agricultura Familiar. Assistência Técnica e Extensão Rural. Mulheres Agricultoras Familiares. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This work identifies the ATER intervention strategies developed in the services provided by COOPERA, in the Public Call of 2012 and 2015, in three municipalities of the Northern Coastal Territory and Agreste Baiano from the actions that contemplate the gender relations. Its general objective is to analyze the difficulties of the technicians to work on the specific issues of women farmers in this public policy. This study also aims to describe the genesis and functioning of PNATER, as well as to investigate the methodological approaches of gender worked by the technicians. This is a qualitative research, in which a case study is carried out at COOPERA, using semi-structured interviews and documentary analysis. The analyzes from the field work reveal that the methodological orientations used by the ATER team focus on the productive aspects and do not incorporate gender relations. Thus, there is a need to include specific actions for women and gender training for technicians. However, even with all these limits and difficulties the women interviewed report improvements in their lives after ATER.

Keywords: Family farming. Technical Assistance and Rural Extension. Women Family Farmers. Public policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa do Território Litoral Norte e Agreste Baiano	20
Figura 2 - Curso de artesanato comunidade Terra Vermelha, Sátiro Dias, BA, 2017	58
Figura 3 - Curso processamento de frutas comunidade Rio Branco, Alagoinhas, BA, 2017	58
Figura 4 - Mapa de localização dos municípios e Comunidades Pesquisadas no Território Litoral Norte e Agreste Baiano, BA, 2017	61
Figura 5 - Curso sobre criação de galinha caipira e suínos, COOPERA, Inhambupe, BA, 2018	75
Figura 6 - Produção de adubos orgânicos comunidade Terra Vermelha, Sátiro Dias, BA, 2017	76
Quadro 1 - Cadastro de Agroindústrias da Agricultura Familiar (CAAF), BA, 2018	23
Quadro 2 - População beneficiada com a ATER nos municípios de Alagoinhas, Inhambupe e Sátiro Dias – Bahia, 2015	64
Tabela 1 - Situação Populacional do Território Litoral Norte e Agreste Baiano.	21
Tabela 2 - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), 2014	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACAFARIB - Associação Comunitária dos Agricultores Familiares do Rio Branco
- ACAR - Associação de Crédito e Assistência Rural
- ADT - Agente de Desenvolvimento Territorial
- AEGRE - Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia
- AIA - Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Social e Econômico
- AMA - Agentes Multiplicadores de ATER
- ANATER - Agência Nacional de ATER
- ANMTR - Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
- APACORIB - Associação dos Pequenos Agricultores da Comunidade do Rio Branco
- ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
- CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
- CFR - Casas Familiares Rurais
- CEALNOR - Centro Agroecológico do Litoral Norte
- CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
- CEDRS - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CERB - Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia
- CMDS - Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CNDM - Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres
- CNDRS - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- COOPERA - Cooperativa Agropecuária Mista da Região de Alagoinhas
- CUT - Central Única dos Trabalhadores
- DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
- DATER - Departamento de Assistência Técnica Extensão Rural
- EFA - Escolas Família Agrícola
- EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento
- EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- FASE - Federação de Órgão para Assistência Social e Educacional
- FETRAF - Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MESA - Ministério Especial de Segurança Alimentar
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIN - Ministério da Integração Nacional
MMTR - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OGU - Orçamento Geral da União
ONGs - Organizações Não Governamentais
PAA - Programa de Aquisições de Alimentos
PEATER – Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PROATER - Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural
PPA - Plano Plurianual
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
PTDSS - Plano Territorial de Desenvolvimento Solidário e Sustentável
SAF – Secretaria da Agricultura Familiar
SDR - Secretaria de Desenvolvimento Rural
SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAGRI – Secretaria Estadual da Agricultura
SEBRAE - Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia
SEMAF - Serviço Municipal de Apoio a Agricultura Familiar
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPLAN - Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia
SEPROMI- Secretaria de Promoção da Igualdade Racial
SETAF - Serviço Territorial de Apoio a Agricultura Familiar

SIATER - Sistema Informatizado de ATER
SIBRATER - Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
SICCOB - Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SINTRAF - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar
SNPA - Sistema Nacional de Planejamento Agropecuário
SPM - Secretaria de Políticas para Mulheres
STRAF - Sindicato dos/as Trabalhadores/as da Agricultura Familiar
STRs - Sindicatos dos Trabalhadores Rurais
SUAF - Superintendência da Agricultura Familiar
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana.
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano
UPF – Unidade Produtiva Familiar

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
2 REFLEXÕES SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR	29
2.1 AGRICULTURA FAMILIAR	29
2.2 FORMA DE ORGANIZAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR	33
3 POLÍTICA PÚBLICA DE ATER PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL DA AGRICULTURA FAMILIAR	35
3.1 POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA A EXTENSÃO RURAL (PNATER)	37
3.1.1 Uma conquista histórica das organizações sociais	37
3.1.2 A ATER na sociedade brasileira	38
3.1.3 Uma nova concepção de Assistência Técnica e Extensão Rural e sua estratégia de execução	42
3.1.4 PNATER: uma visão multicultural	45
4 MOVIMENTO, ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES E BREVE DISCUSSÃO SOBRE GÊNERO	50
4.1 HISTÓRICO DE LUTAS DOS MOVIMENTOS DE MULHERES RURAIS NO BRASIL	50
4.2 ESTRATÉGIA DE GÊNERO NA PNATER	53
5 MULHERES TRABALHADORAS RURAIS NA PEATER - ÁREA DE ATUAÇÃO DA COOPERA – BA	60
5.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA ESTUDADA	60
5.2 MULHERES AGRICULTORAS FAMILIARES BENEFICIÁRIAS DA ATER	64
5.3 INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE TÉCNICOS, COORDENADOR E SUPERINTENDENTE ENTREVISTADOS	70
5.4 POSSIBILIDADES, LIMITES E DESAFIOS DA ATER PARA FORTALECIMENTO DAS MULHERES AGRICULTORAS FAMILIARES	72
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	95
APÊNDICE	103

1 INTRODUÇÃO

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) se constitui em um dos serviços públicos mais antigos do Brasil. Foi implantada no final da década de 1940 e passou por várias transformações na sua estrutura e efetivação. Nesse período, foi executada com o apoio de entidades públicas e privadas a uma pequena parcela de agricultores, com foco na concessão de crédito. Ao longo das décadas de 1950 e 1960 houve a institucionalização efetiva de um serviço de assistência técnica e extensão rural no país. Ao final da década de 1970, os serviços de ATER consistiam em aumentar a produtividade com menor uso de mão de obra possível (PETTAN, 2010). Esse modelo de “desenvolvimento rural” trouxe vários efeitos negativos para os pequenos agricultores os quais são sentidos até os dias atuais, por se tratar de uma proposta de desenvolvimento que não possui sustentabilidade ambiental e socioeconômica. Devido às críticas a esse padrão tecnológico implantado, somadas às iniciativas do movimento ambientalista, começou a ressurgir o movimento de defesa da agricultura alternativa¹, ou seja, uma agricultura ecologicamente sustentável, socialmente justa, tecnologicamente adequada, economicamente viável, que visa à redução e conseqüentemente a eliminação da utilização de venenos, agrotóxicos e outros produtos poluidores do meio ambiente. Com isso, o Governo Federal, em 2010, criou e instituiu a Lei 12.188/10, da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que também incentiva essa prática agrícola, sendo uma importante estratégia de desenvolvimento do meio rural.

A PNATER foi criada depois da realização de seminários, conferências e plenárias, com a participação de alguns segmentos da sociedade civil, lideranças de organizações representativa dos/as agricultores/as familiares e dos movimentos sociais comprometidos com essa questão.

Na Bahia, o então Governador do Estado Jaques Wagner tendo em vista o disposto no artigo 24 da Lei nº 12.372, de 23 de dezembro de 2011, publicou em 16 de março de 2012, o

¹ Informação fornecida pelos professores Oswaldo Teruyo Ido e Ricardo Augusto de Oliveira, em aula 5 sobre Agricultura Alternativa, disponível em <http://www.agriculturageral.ufpr.br/bibliografia/aula5.pdf>. Acesso em: 07 de set. de 2017. A agricultura alternativa surgiu na segunda década do século XX, com as ideias de Rudolf Steiner, através da agricultura biodinâmica, com Claude Aubert e Francis Chaboussou, através da agricultura biológica, Rachel Carsom, com a agricultura ecológica, Mokiti Okada, com a agricultura natural, Moliços e Ave Holmgreen, com a permacultura e Albert Howard, que desenvolveu pesquisas em agricultura orgânica (informação verbal).

decreto de nº 13.769, que regulamenta essa lei, e instituiu a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar (PEATER) e o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar (PROATER).

A ATER, com base na Lei 12.188/10, é um serviço gratuito, direcionado aos agricultores familiares, de educação não formal, de caráter continuado, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. Esse conceito é resultado de diversas discussões da sociedade civil envolvidas com a ATER ocorridas no I Seminário Nacional que aconteceu em 1997 em Brasília.

A proposta de ATER, desenvolvida a partir de 2003, contempla a agricultura de base ecológica e o desenvolvimento sustentável, ou seja, a preocupação centrava-se no desenvolvimento e adaptação das tecnologias com base na realidade de cada região; em contribuir com a preservação da fauna e flora; na promoção da autossuficiência da propriedade rural, preservando as características químicas, físicas e biológicas dos solos; na reciclagem de nutrientes; e promoção da segurança alimentar e nutricional, exigindo também ações relacionadas à participação das questões de gênero, raça, geração, meio ambiente, entre outros. Tais pressupostos configuram-se dentro de um processo lento e gradual que obedece a determinantes² políticos, sociais, ambientais e econômicos que ocorreram antes da PNATER. Apesar dos esforços dos movimentos sociais e por parte do poder público, ainda se observa velhas práticas difusionistas, utilizando as obsoletas metodologias de extensão que, se foram úteis para a etapa de introdução da “modernização conservadora”³, mostram-se ineficientes e inadequadas quando se preconiza a necessidade de uma nova Extensão Rural, baseada no enfoque agroecológico. (PETTAN, 2010).

Outro desafio enfrentado pelos técnicos/as diz respeito ao conteúdo referente às questões de gênero, ou seja, muitos destes/as, por não terem passado por formação específica sobre as relações de gênero têm dificuldade de trabalhar as temáticas sobre o fortalecimento das mulheres enquanto sujeitos políticos, a possibilidade de inclusão e aquisição dos direitos sociais através de uma atuação mais ativa no debate sobre as políticas públicas, e definição dos

² Convergência de interesses entre atores governamentais, não governamentais e beneficiários.

³ A modernização conservadora é compreendida por Pettan (2010) como a fase conservadora do processo de modernização brasileiro, sob o comando dos militares, ou seja, os países da América Latina tinham que se desenvolver de forma dependente e subordinada as relações externas.

próprios projetos de vida. Estes conteúdos e temáticas devem ser trabalhados também a partir da sensibilização dos homens rurais, por meio do debate sobre a divisão sexual do trabalho, desenvolvendo atividades que os aproximem do universo doméstico e do cuidado com os filhos; autonomia financeira, através da organização das agricultoras familiares para a produção, a gestão e a comercialização de maneira autônoma; equidade social visando à superação da discriminação, da opressão e da exclusão; e inclusão através do incentivo para estas mulheres na participação nos espaços públicos e de cunho técnico.

O Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA)⁴, por meio da Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE), em parceria com a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) elaborou e implementou no ano de 2004 a política de ATER Setorial para as Mulheres, o que representa uma assistência técnica para fortalecer as trabalhadoras rurais e promover a igualdade entre homens e mulheres. Apesar da importância da elaboração e implantação dessa política, percebe-se que de fato a mesma não se realizou, principalmente pela falta de uma abordagem metodológica a respeito da incorporação do enfoque de gênero.

Na prática da PNATER verifica-se que a implementação, em alguns casos, ainda acontece de forma bastante desigual, ou seja, é direcionado apenas para os homens, considerado o chefe da família. Muitos técnicos e técnicas também possuem dificuldade para discutir e tratar as questões relacionadas ao gênero.

Assim, o interesse por esse tema surgiu devido à experiência da autora no acompanhamento de execução de políticas públicas voltadas para o meio rural e da identificação das desigualdades que ainda persistem nesse espaço, principalmente para as mulheres agricultoras familiares. Entre esses trabalhos, destacam-se as atividades desenvolvidas como coordenadora territorial do projeto para Agentes Multiplicadores de ATER (AMA), através da Federação de Órgão para Assistência Social e Educacional (FASE), na Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), como Agente de Desenvolvimento Territorial (ADT) e atualmente assistente territorial do Projeto Bahia Produtiva desenvolvido

⁴ O presidente em exercício Michel Temer extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 30 de maio de 2016, e publicou no Diário Oficial da União o Decreto 8780, o qual determina que as cinco secretarias vinculadas ao MDA tornar-se-iam de responsabilidade da Casa Civil. São elas: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário, Secretaria da Agricultura Familiar, Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural (SDR), através da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR).

Diante dessa situação e tendo em vista a atuação profissional da autora, algumas inquietações emergiram, motivando esse trabalho. A saber, em que medida a perspectiva de gênero é considerada nos serviços desenvolvidos pela ATER?

As contribuições dessa pesquisa estão pautadas na necessidade de estudar as estratégias de intervenção de uma política pública, na perspectiva de gênero, com o objetivo de fomentar e fortalecer em suas ações a equidade e autonomia das mulheres agricultoras familiares. É importante também analisar as dificuldades e avanços ao executar suas propostas, observar o entendimento e a prática sobre as questões de gênero pelos técnicos e técnicas que prestam serviços de ATER para o Estado.

A contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural são antecedidas de chamadas públicas, destinadas a classificar propostas técnicas apresentadas pelas Entidades Executoras ao PROATER. Atualmente, na Bahia, a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), através do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), é responsável pelo credenciamento das Entidades Executoras para este Programa.

Para requerer o credenciamento na qualidade de Entidade Executora do PROATER, a instituição ou entidade deverá cumprir os requisitos estabelecidos na Lei nº 12.372, como demonstrar que possui infraestrutura e capacidade operacional, conhecimento técnico e científico e experiência na execução de serviços na área de atuação, por mais de dois anos. As instituições interessadas em prestar serviços de ATER devem se cadastrar no Sistema Informatizado de ATER (SIATER)⁵.

A área de abrangência dessa pesquisa se circunscreve ao Território de Identidade Litoral Norte e Agreste Baiano, o qual possui duas instituições que prestam serviço de ATER, a Cooperativa Agropecuária Mista da Região de Alagoinhas (COOPERA) e o Centro Agroecológico do Litoral Norte (CEALNOR).

Nesse estudo, a instituição pesquisada foi a COOPERA, devido à proximidade dos municípios de sua atuação, o que viabilizou a pesquisa e a tornou exequível economicamente.

⁵ No Estado da Bahia existem 205 (duzentos e cinco) instituições cadastradas no SIATER (BRASIL, 2018).

Os municípios trabalhados por esta cooperativa foram: Alagoinhas, Aporá, Inhambupe e Sátiro Dias. Entretanto, os locais selecionados para a pesquisa estão situados em três municípios: Alagoinhas, Inhambupe e Sátiro Dias. Esta delimitação teve como critério de seleção das comunidades, aquelas que possuem maior número de beneficiárias mulheres, atendidas pelo serviço de ATER.

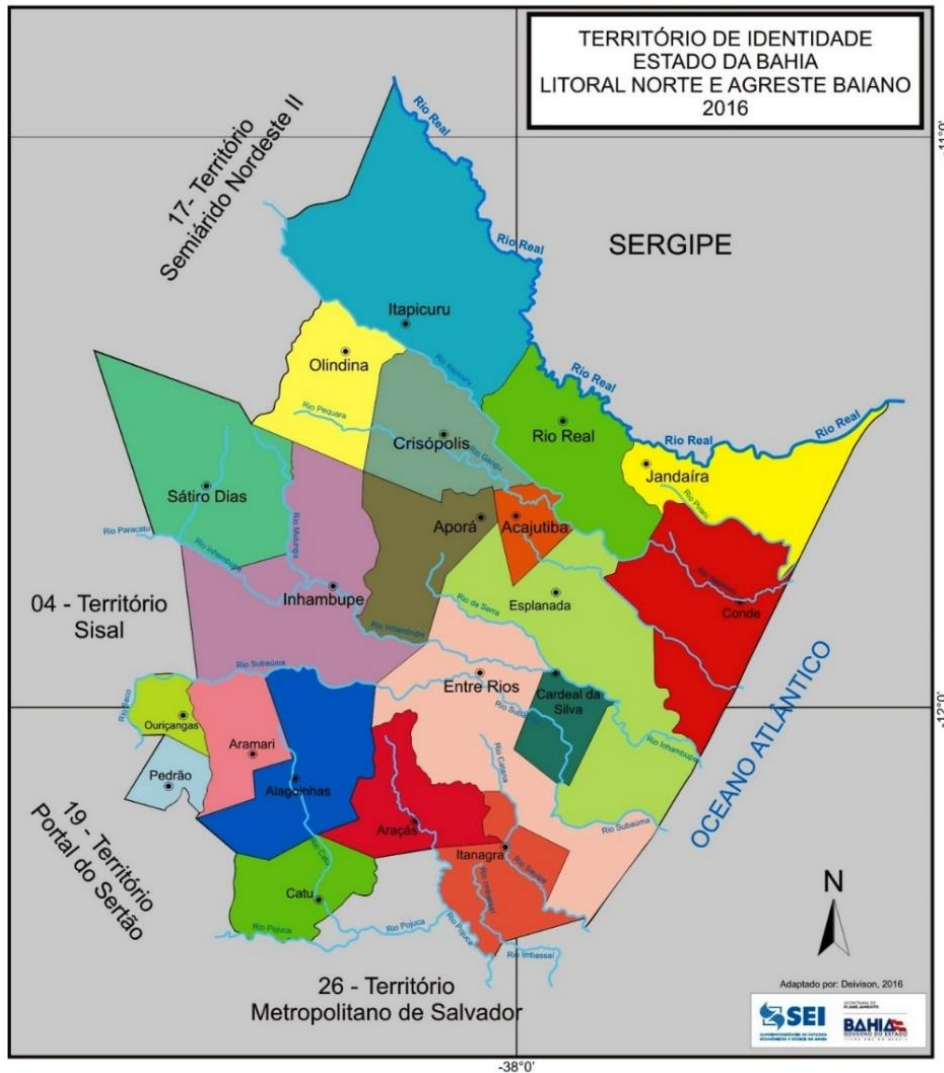
A Cooperativa Agropecuária Mista da Região de Alagoinhas (COOPERA) foi fundada em 1986. Sua sede e o foro jurídico estão localizados na comarca do município de Inhambupe-BA. Esta cooperativa nasceu da necessidade dos pequenos produtores organizados em associações comercializar a produção agropecuária a preço justo. A propulsora deste trabalho foi a Escola Família Agrícola da Região de Alagoinhas – EFARA, em virtude de sua atuação nas dimensões sociais, econômicas e ambiental em diferentes comunidades rurais de vários municípios da diocese de Alagoinhas, assim como, sua interlocução com a pastoral rural, com os sindicatos dos trabalhadores rurais e das associações comunitárias. A finalidade dessa entidade é promover assistência técnica e extensão rural, comercialização da produção dos cooperados, comercializar e comprar coletivamente insumos agropecuários, máquinas e implementos e outros insumos necessários à produção agropecuária, assim como, gêneros e artigos de uso doméstico e pessoal, modernização de forma racional dos meios de produção, armazenamento, beneficiamento e transporte da produção agrícola e promover educação associativista e cooperativista do quadro social e funcional (COOPERA, 2016) .

A COOPERA iniciou o trabalho com assistência técnica, desde o ano de 1997, entre este a chamada de ATER pesquisada (Nº 002/2012) que celebrou junto a Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (SEAGRI), através da Superintendência da Agricultura Familiar (SUAF) do Estado da Bahia o contrato de ATER 080/2012 e o contrato nº 026/2015 com a Secretária de Desenvolvimento Rural (SDR) /Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão (BAHIATER). Ambas as chamadas atenderam e atendem diretamente 1200 famílias nos municípios de Alagoinhas, Aporá, Inhambupe e Sátiro Dias do Território do Litoral Norte e Agreste Baiano. O corpo técnico da cooperativa contratado para acolher essa chamada é composto por oito técnicos/as (cinco homens e três mulheres), dois agrônomos, e um pedagogo⁶.

⁶ Informação fornecida por Jânio da S. Santana em conversa na sede da COOPERA, em outubro de 2016.

O Território Litoral Norte e Agreste Baiano é formado por 20 municípios⁷. Localizado no Nordeste da Bahia, possui extensão total 13.594 km², o que corresponde a aproximadamente 2,4% do tamanho do Estado (SEI, 2012).

Figura 1- Mapa do Território de Identidade Litoral Norte e Agreste Baiano, BA, 2016



Fonte: Adaptado por SANTANA, D. B de SEI (2012).

Este território faz parte da área de abrangência do Semiárido, mas apenas os municípios de Inhambuê, Sático Dias, Crisópolis, Olindina e Itapicuru estão inseridos na Região Semiárida. A variação climática ocorre no sentido leste-oeste, com predomínio dos climas

⁷ Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Araçás, Aramari, Cardeal da Silva, Catu, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambuê, Itanagra, Itapicuru, Jandaíra, Olindina, Ouriçangas, Pedrão, Rio Real e Sático Dias (SEI, 2016).

úmido a subúmido e subúmido a seco. Ocorre ainda o clima úmido, entre os municípios do Conde e de Itanagra, e o semiárido, entre Itapicuru e Inhambupe. (SEI, 1998).

De acordo com o Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010), a população do Território era de 554.987 habitantes, sendo 273.372 do sexo masculino e 281.615 do sexo feminino, ou seja, para cada 100 mulheres havia 97,1 homens. Em relação ao estrato de moradia, do total de habitantes do território, 63,9% residiam no meio urbano e 36,1%, no meio rural, perfazendo um grau de urbanização inferior à média do estado, que era de 72,1% em 2010. Segundo estimativas do IBGE em 2015 a população total do Território era de 606.481 habitantes.

Comparando-se a variação populacional dos 20 municípios do território no período de 2000 a 2010, observa-se que houve um comportamento similar entre eles, visto que quase todos apresentaram incremento populacional (Tabela 1), sendo as maiores proporções identificadas em Inhambupe (22,7%) e Esplanada (20,5%).

TABELA 1: Situação Populacional do Território Litoral Norte e Agreste Baiano, 2010

Município	População	Urbana	% Urbana	Rural	% Rural
Acajutiba	14.653	12.774	87,18	1.879	12,82
Alagoinhas	141.949	124.042	87,38	17.907	12,62
Aporá	17.731	8.505	47,97	9.226	52,03
Araçás	11.561	5.807	50,23	5.754	49,77
Aramari	10.036	5.125	51,07	4.911	48,93
Cardeal da Silva	8.899	2.901	32,60	5.998	67,40
Catu	51.077	42.755	83,71	8.322	16,29
Conde	23.620	12.129	51,35	11.491	48,65
Crisópolis	20.046	8.612	42,96	11.434	57,04
Entre Rios	39.872	23.840	59,79	16.032	40,21
Esplanada	32.802	20.822	63,48	11.980	36,52
Inhambupe	36.306	15.635	43,06	20.671	56,94
Itanagra	7.598	2.327	30,63	5.271	69,37
Itapicuru	32.261	6.675	20,69	25.586	79,31
Jandaíra	10.331	6.147	59,50	4.184	40,50
Olindina	24.943	12.773	51,21	12.170	48,79
Ouriçangas	8.298	2.762	33,29	5.536	66,71
Pedrao	6.876	1.716	24,96	5.160	75,04
Rio Real	37.164	23.310	62,72	13.854	37,28
Sátiro Dias	18.964	4.332	22,84	14.632	77,16
TOTAL	554.987	342.989	61,80	211.998	38,20

FONTE: Censo Demográfico IBGE (2010)

O setor mais representativo na exploração agropecuária do território são as lavouras permanentes, com destaque para a cultura do coco-da-baía e da citricultura. No tocante à citricultura, a sua distribuição é mais abrangente, tendo os seguintes municípios como os maiores produtores: Rio Real, Itapicuru, Inhambupe, Jandaíra e Alagoinhas.

No processo de comercialização da produção predomina a forma tradicional, ou seja, o produtor rural depende quase que exclusivamente dos intermediários para escoar a produção até os mercados consumidores.

As agroindústrias da agricultura familiar são fundamentais para essa categoria, pois se funcionarem de forma adequada serão geradoras de renda, de melhoria da qualidade de vida e é uma estratégia de permanência dos/as agricultores/as no meio rural. Para Araújo (2010), as agroindústrias são empresas de beneficiamento, processamento e transformação de produtos agropecuários.

Na Bahia existe muitas agroindústrias da agricultura familiar de pequeno e médio porte estimuladas por diversos órgãos governamentais das esferas estadual, federal e por instituições de cooperação internacional, nacional e filantrópica. Um dos grandes desafios da agricultura familiar é manter essas funcionando e se sustentando, pois muitas vezes são implantadas sem um diálogo com a comunidade, ou sem um diagnóstico prévio sobre a viabilidade de tal empreendimento, em comunidades que não possuem produção suficiente, ou que têm dificuldade com matéria-prima devido à escassez por causa da sazonalidade. Existem também agroindústrias com equipamentos inadequados para a realidade dos beneficiários/as, acontecem destes não serem capacitados para utilizá-los, associações fragilizadas, entre outras dificuldades.

No Território Litoral Norte e Agreste Baiano é incipiente o processo de verticalização da produção pela agricultura familiar, o mais comum é a produção de farinha de mandioca e beijus em casas de farinha domésticas e rústicas e de uso coletivo, embora existam algumas mecanizadas e na fruticultura, principalmente citrus, que possui diversas unidades simplificadas de frutas e encontra-se em processo de finalização uma unidade polivalente, que tem como proponente a COOPERA. Para Harrison (2005), a verticalização é uma estratégia de crescimento com a qual uma organização se envolve em mais de um estágio da cadeia de suprimento de um determinado setor produtivo.

A SDR está realizando o Cadastro de Agroindústrias da Agricultura Familiar (CAAF), com o objetivo de criar estratégias para que essas funcionem e/ou voltem a funcionar com viabilidade⁸. O balanço do CAAF realizado em dezembro de 2018, pela CAR indica que, dentre mil agroindústrias da Agricultura Familiar já pesquisadas, 23% estão enquadradas funcionando regularmente, 36% funcionando precariamente, necessitando de investimentos complementares para alcançar viabilidade técnica e econômica, 12% em fase de implantação, com projeção de viabilidade técnica, e econômica e 29% sem funcionamento (Quadro 1).

Quadro 1: Cadastro de Agroindústrias da Agricultura Familiar – CAAF, BA, 2018

Grupo	Situação atual	Quantidade de Agroindústrias	Porcentagens de Agroindústrias
A	Funcionando regularmente	232	23%
B	Funcionando, mas necessitando de adequações para alcançar viabilidade	355	36%
C	Em implantação, com perspectiva de funcionamento regular	120	12%
D	Sem funcionamento	293	29%
	Total	1000	100%

Fonte: CAR (2018)

Com base neste Cadastro (CAAF), existem 31 (trinta e uma) agroindústrias do Território Litoral Norte e Agreste Baiano cadastradas. A maioria está classificada nos grupos B (funcionando, mas necessitando de adequações para alcançar viabilidade) e D (sem funcionamento). Esta situação é consequência da forma clientelista que muitas agroindústrias foram implantadas. Realizou-se investimentos, muitas vezes, em comunidades que não possuíam potencial para desenvolver tal atividade, seja por inexistência de produto primário, localização inadequada para atividade, entre outros, como citado acima.

⁸ O Governo da Bahia lançou em fevereiro de 2018, o edital para qualificação de agroindústrias da agricultura familiar, no valor de R\$ 20 milhões, a fim de recuperar unidades agroindustriais que estão com alguma dificuldade de funcionamento. Os recursos serão aplicados diretamente nas associações e cooperativas da agricultura familiar e contemplarão ações voltadas diretamente para a estruturação e funcionamento de agroindústrias geridas por organizações produtivas da agricultura familiar e economia solidária, com investimentos em infraestrutura, produção, beneficiamento, comercialização, além de apoio à gestão (CAR, 2018).

A estratégia do Governo do Estado em lançar edital com objetivo de fazer investimentos nas agroindústrias existentes, para que essas funcionem e/ou voltem a funcionar com viabilidade, através de acompanhamento da assistência técnica e elaboração de um plano de negócio, pode ser crucial também para as mulheres agricultoras familiares, pois quando implantadas em uma localidade que possui organização, potencial, viabilidade e capacidade de gestão são estratégicas para agregar valor à produção e ampliar renda, através de atividades econômicas que irão promover equidade e de inclusão social.

As ações de ATER são fundamentais para fortalecer essas agroindústrias no território, pois os serviços devem contemplar a produção, gestão, beneficiamento e comercialização das cadeias produtivas. Nesse processo devem-se inserir as mulheres agricultoras familiares, para participarem de atividades geradoras de bens econômicos.

Historicamente, as mulheres têm ficado as margens das políticas públicas e encontram dificuldades para ter reconhecimento das atividades desenvolvidas na agricultura familiar. As desigualdades existentes entre os gêneros, reforçadas pela economia capitalista, inibem e invisibilizam a participação das mulheres na economia. Por este motivo, a produção de alimentos, bens e serviços delas nem sempre é reconhecida, pois os resultados do seu trabalho geram menor renda, é visto como “ajuda” e o seu acesso aos espaços de comercialização é restrito. Segundo Weitzman (2011):

É possível afirmar que as reais demandas das mulheres historicamente têm sido sublimadas no cerne das políticas forjadas nos vários campos temáticos, através do seu enquadramento na categoria supostamente abrangente e inclusiva – “família”. Pressupor que ao abordar “família” nas estratégias traçadas, naturalmente as mulheres estejam sendo contempladas, é um mito que sustenta a partir de uma lógica essencialista em torno da unidade familiar, como se fosse destituída de conflitos internos e desigualdades sociais. A dose de protagonismo que elas adquirem é mínima; geralmente, são visualizadas apenas como “beneficiárias” e raramente conquistam o papel mais ativo de sujeitas no desenho das políticas... Constata-se, de forma geral, uma dificuldade histórica para considerar o papel enquanto produtora de alimentos, bens e serviços, o que fica evidente pela tendência em comemorar o apoio às iniciativas das mulheres naquelas atividades que reforçam seu papel na unidade doméstica. (WEITZMAN, 2011, p. 89).

As atividades desenvolvidas no espaço doméstico, também não são reconhecidas pela economia capitalista como trabalho. Tudo isso contribui para a invisibilidade do trabalho feminino.

Durante muito tempo, a ATER foi desenvolvida de forma desigual, com os homens os técnicos discutiam assuntos voltados para a produção e comercialização, com as mulheres,

temas domésticos e os cuidados com a família. Isso contribuiu para fortalecer a chamada divisão sexual e social do trabalho. Para que a PNATER contribua com o fortalecimento e autonomia das mulheres, para que elas possam participar das discussões e decisões sobre a produção e comercialização se faz necessário constituir um conjunto de ações articuladas com movimentos e organizações feministas, de forma a possibilitar promoção da autonomia econômica e equidade de gênero.

Apesar da ATER desenvolver ações que fortaleçam e diversifiquem os canais de comercialização, dentre eles os mercados institucionais, como o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisições de Alimentos (PAA), a maioria dos/as agricultores/as continua entregando a produção excedente para os intermediários, pois enfrentam dificuldades devido à precária infraestrutura das estradas, falta de mercado (o principal é a feira livre), fragilidade do associativismo e cooperativismo, localização geográfica nem sempre favorável, ausência de local adequado para armazenar os produtos e dificuldade com transporte.

Através da PNATER é possível potencializar capacidades (humanas, políticas, técnicas, culturais etc.) que permitam às populações rurais agirem para transformar suas condições de vida, tornar a agricultura familiar mais eficiente e com maior capacidade de resistência a um mercado cada vez mais concentrado. A assistência técnica possibilita também a organização dos/as agricultores/as familiares ao acessar diversas políticas e programas sociais e garantir a ampliação da participação social das mulheres nas instâncias de gestão e de controle dessas políticas, através da potencialização da intervenção por meio da disponibilidade de informações e capacitações, qualificação de metodologias e ações afirmativas de integração feminina e debates de políticas públicas.

Mesmo reconhecendo os benefícios que a PNATER pode proporcionar ao desenvolvimento rural, ainda são muitos os desafios. É preciso promover a inclusão social e econômica da população rural; criar espaços de pesquisa, extensão e formação; ter uma ATER contínua; considerar as especificidades relativas às etnias, raças, gêneros, geração etc.

Assim, essa pesquisa teve como objetivo geral analisar as dificuldades dos técnicos/as para trabalhar as questões de gênero na ATER. E como objetivos específicos: a) descrever a gênese e o funcionamento da PNATER no Território; b) e averiguar as abordagens metodológicas de gênero trabalhadas pelos técnicos/as.

1.1 Procedimentos metodológicos

Nesta pesquisa, o foco da análise está no diálogo entre a prática e a teoria proposta pela PNATER, na perspectiva de gênero, considerado como um dos temas transversais das chamadas públicas de ATER. Para isso foi utilizada a técnica do estudo de caso, que segundo Yin (2001), é uma investigação empírica que averigua um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Com o estudo de caso foi possível identificar, analisar e avaliar o problema, e propor soluções.

Para Yin (2011), as evidências para um estudo de caso podem vir de seis fontes distintas: documentos, registros em arquivo, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos.

A pesquisa bibliográfica (livros, artigos científicos, dissertações, teses, consultas a banco de dados) foi utilizada para fundamentar o debate teórico e conceitual. Além do material bibliográfico sobre a temática tem-se também como fonte de pesquisa, alguns documentos e registro da COOPERA referente aos serviços prestados de ATER, nas chamadas públicas de 2012 e 2015, estas também foram analisadas nessa pesquisa.

Diante da análise desse debate teórico e conceitual observou-se uma diversidade de termos utilizados na literatura para questões específicas do meio rural. Sobre a pluralidade de denominações, Anjos (2015) problematiza que:

[...] ao analisar a diversidade do Brasil das práticas do meio rural, os autores concluem que variadas denominações locais e regionais, como as de colono, sitiante, posseiro, morador ribeirinho, etc., foram agrupadas na categoria agricultura familiar, em decorrência das lutas do movimento sindical para constituir estes em trabalhador rural como sujeitos de direito (ANJOS, 2015, p. 1).

Assim, entre as diferentes acepções, uma em especial é objeto desse estudo, trata-se do uso dos termos trabalhadoras rurais e agricultoras familiares. Optou-se pela denominação mulheres agricultoras familiares, para identificar as mulheres rurais foco dessa pesquisa, pautada na Lei da PNATER e na Lei da Política Nacional da Agricultura Familiar, que utiliza a categoria agricultura familiar, para determinar os/as beneficiários/as dessas políticas públicas.

Esta pesquisa foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa, a fim de observar os alcances e os limites da PNATER junto às mulheres agricultoras familiares, e as dificuldades dos/as técnicos/as para trabalhar as questões de gênero. Segundo Lamy (2011):

A pesquisa qualitativa (mais comum no âmbito das ciências sociais) almeja descobrir ou afinar as perguntas da investigação, compreender uma realidade ainda não descrita completamente, apresenta, portanto, apenas uma necessidade: indicar a cosmovisão da abordagem investigativa e não uma teoria exata, tem de revelar mais o marco interpretativo do que o marco teórico (LAMY, 2011, p.70).

Uma das técnicas adotada na investigação foi a observação participante que é uma abordagem qualitativa e consiste na inserção do pesquisador no interior do grupo observado, tornando-se parte dele, interagindo por longos períodos com os sujeitos, buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação. (QUEIROZ et al., 2007).

No tocante ao trabalho de campo, o primeiro passo foi a definição da área da pesquisa. Utilizou-se como base, os territórios de identidades do Estado da Bahia e foi selecionado o Território Litoral Norte e Agreste Baiano, o qual a autora pertence e atua. Neste território existem duas instituições que prestam o serviço de ATER: a COOPERA e a CEALNOR, ambas trabalham com quatro municípios cada, a escolha por pesquisar os municípios que a primeira instituição atua foi a proximidade destes, o que torna a pesquisa mais acessível e econômica.

Apesar da COOPERA atuar em quatro municípios do Território, os locais selecionados para a pesquisa foram três: Alagoinhas, Inhambupe e Sátiro Dias. Esta delimitação teve como critério de seleção das comunidades, aquelas que possuem maior número de beneficiárias mulheres, atendidas pelo serviço de ATER, já o município de Aporá não possui nenhuma comunidade com tal característica, o que justifica a sua exclusão. Com base nesse critério, as comunidades selecionadas foram: Rio Branco, Km 08 e Terra Vermelha, vinculadas aos municípios de Alagoinhas, Inhambupe e Sátiro Dias, respectivamente.

Nesses três municípios de atuação da COOPERA, ocorreu o atendimento de 56 mulheres agricultoras rurais pelo serviço de ATER, referente a chamada pública de 2012. Destas permaneceram como beneficiárias na chamada pública de 2015, 51 mulheres distribuídas pelas três comunidades.

Como critério de seleção das entrevistadas, optou-se por ouvir mulheres agricultoras familiares que ocuparam ou ocupam cargos e funções de direção, administração e gestão de recursos nas associações ou em outros espaços sociais. Tal escolha se justifica em razão dessas

peçoas participarem de espaços organizativos e produtivos, que fortalecem, muitas vezes, a participação social na formulação, implementação, avaliação e controle das políticas públicas de promoção da igualdade das mulheres e podem possuir uma visão mais crítica e ter mais informações referente a avaliação da ATER, bem como a perspectiva de que suas experiências possam adensar as sugestões para o desenvolvimento rural sustentável.

O processo de escolha dessas mulheres também foi dialogado com o coordenador de ATER da COOPERA e os técnicos e a técnica, já que eles/a acompanham diretamente as mulheres e os grupos aos quais pertencem. Solicitou-se um levantamento das beneficiárias que estavam sendo atendida desde a chamada pública de 2012 e que ocupassem algum cargo e/ou função em entidades.

Assim, foram identificadas oito mulheres agricultoras familiares, que ocuparam ou ocupam cargos e funções de liderança e estão sendo beneficiárias da ATER, desde a chamada pública, do edital de 2012, das quais duas estão em cargos de coordenação/presidência e diretoria de Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, uma diretora de Cooperativa (COOPERA), uma tesoureira de Associação, outra direção do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e as outras três já ocuparam, mas atualmente não ocupam cargo (uma vice presidente, uma tesoureira e uma secretária) na diretoria da Associação. Cinco dessas mulheres são cooperadas da COOPERA e três não. Essa opção se deu por ser uma forma também, de comparar e avaliar a visão crítica das mulheres quando são e quando não são cooperadas.

A entrevista constituiu-se em um processo de obtenção de informações e dados. Ainda segundo Lamy (2011), esta é um diálogo preparado com objetivos definidos e uma estratégia de trabalho. E a vantagem da entrevista é que o entrevistador se encontra junto ao informante, podendo fazer, no momento oportuno, as adaptações e complementações necessárias.

Compõe também as narrativas desse trabalho profissionais que estão diretamente vinculados à assistência técnica e extensão rural. Dessa forma, realizou-se entrevista semiestruturada também com a superintendente da BAHATER⁹ e com o coordenador de

⁹ Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHATER), criada pela gestão do governador Rui Costa, para substituir a EBDA (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola). Órgão em Regime Especial de Administração Direta, da estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR tem por finalidade promover a execução de políticas de desenvolvimento da assistência técnica e extensão rural.

ATER da COOPERA, com dois técnicos e uma técnica de ATER que atuam no referido Território.

Os resultados serão divulgados em âmbito acadêmico e eventos científicos e apresentados no Colegiado Territorial, como compromisso da pesquisadora em contribuir para a avaliação e planejamento de ações no campo das políticas públicas para a agricultura familiar no Território, bem como encaminhados para os órgãos competentes da esfera Estadual (Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR/CAR) e Federal.

A necessidade de pesquisar o contexto da PNATER, a partir de uma análise dessa política pública para as mulheres agricultoras familiares se justifica através do reconhecimento da importância do feminino na construção do conhecimento agrícola e das políticas de ATER, além de considerar as inovações criadas por estas nas comunidades, a partir de suas práticas cotidianas.

Esse texto está estruturado da seguinte maneira: inicialmente uma breve discussão sobre o conceito e as formas de organização da agricultura familiar. Em seguida apresenta-se o conceito e surgimento das políticas públicas destacando as contribuições dos movimentos e organizações sociais na construção da PNATER e a nova concepção desta política pública. Será apresentado também, um diálogo com a literatura, sobre relações de gênero e os resultados da pesquisa.

Ao reconhecer as relações de gênero, como as desigualdades em termos de direitos, posições de poder e hierarquia, que se estabelecem na sociedade, é necessário criar alternativas para reduzir essas diferenças que se concretizam cotidianamente, através um trabalho específico com as mulheres agricultoras familiares nos serviços de ATER, por meio de capacitações, incentivo para que as mulheres participem dos processos e espaços representativos de forma mais efetiva e ocupem cargos de poder. Para tanto, cabe trabalhar também, com a formação dos/as técnicos/as, para que estes/as estejam capacitados/as e sensibilizados/as na perspectiva de gênero e estimulem as mulheres agricultoras familiares, na expectativa de mudanças reais que proporcionem à sustentabilidade desejada para suas vidas e o desenvolvimento rural.

2. REFLEXÕES SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR

2.1. Agricultura Familiar

Para contribuir com a reflexão da proposta de pesquisa optou-se por fazer uma discussão conceitual da agricultura familiar. O setor agrícola é complexo, principalmente em relação à existência de diferentes tipos de agricultores/as, deste modo, o universo é diversificado, seja do ponto de vista econômico, social ou cultural. Com isso percebe-se na literatura a dificuldade para conceituar agricultura familiar.

Antes mesmo de definir o que é a agricultura familiar é preciso entender o conceito de desenvolvimento e estabelecer a diferença entre este e crescimento econômico, pois foi a utilização desses conceitos como sinônimos que promoveu prejuízos, principalmente ambientais e tornou o debate acerca do desenvolvimento algo tão distante e impreciso. No processo de desenvolvimento rural não foi diferente, a prioridade sempre foi dada para as dimensões tecnológicas e econômicas, relegando a segundo plano as mudanças sociais e políticas. Vasconcelos e Garcia (1998) destacam a complexidade desse conceito ao afirmarem que:

O desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhorias na qualidade de vida, ou seja, deve incluir as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia). (VASCONCELLOS; GARCIA, 1998, p. 205).

Durante muito tempo, o desenvolvimento rural foi associado ao conjunto de ações do Estado e dos organismos internacionais destinadas a intervenções nas regiões rurais pobres que não conseguiam se integrar ao processo de modernização agrícola via substituição de fatores de produção considerados atrasados. (NAVARRO, 2001). Somente a partir da década de 1990, o desenvolvimento rural passou a ganhar espaço no Brasil, gerando novas abordagens, como a afirmação da agricultura, devido às transformações sociais, políticas e econômicas que ocorreram no Estado, as quais tornam-se possíveis somente a partir da implementação de políticas públicas, que fortalecem a agricultura familiar e trazem o desenvolvimento sustentável para essa categoria, fazendo com que o/a agricultor/a consiga viver de maneira mais digna, com base nos três pilares definidos na Lei 11.362/06.

A referida Lei define como os três pilares que caracterizam a agricultura familiar: não deter, a qualquer título, área maior que quatro módulos fiscais¹⁰; utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; ter percentual mínimo da renda familiar originada de atividade econômica do seu estabelecimento ou empreendimento.

Na agricultura familiar o que tem impulsionado o desenvolvimento citado acima são as organizações sociais, através da participação e a implementação de planos voltados aos seus interesses, apesar de haver ainda muitas restrições quanto às formas de participação e representação, principalmente das mulheres agricultoras familiares. Para que essa categoria melhore sua qualidade de vida é preciso que o Estado invista em políticas públicas, através da disponibilização de crédito, ATER, regularização fundiária, acesso a mercado, entre outras, que viabilizem a permanência da/o agricultora/o familiar no campo.

Segundo Carvalho (2005), a agricultura familiar é uma categoria social recente¹¹. No entanto, sua utilização com significado e abrangência, que lhe tem sido atribuída nos últimos anos no Brasil, possui novidades e renovação.

Schneider (2006) afirma também que o interesse pela agricultura familiar é um fenômeno recente. Contudo, a emergência e o reconhecimento não devem ser entendidos como a expressão de uma novidade, de algo que não existia até então. As formas sociais que atualmente se abrigam sob a dominação dessa categoria, em épocas anteriores recebiam outras denominações segundo o contexto regional e a formação histórico-social. A afirmação recente sob a noção da agricultura familiar deveu-se a um movimento sincronizado conjugado por fatores sociais, políticos e intelectuais.

Ao pesquisar referenciais teóricos sobre a agricultura familiar foi possível observar diferentes discussões, algumas a consideram como uma categoria recente, gerada pela sociedade capitalista; e outras que acreditam que a agricultura familiar brasileira está em evolução, sem ruptura com o passado.

¹⁰Segundo o INCRA a dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares (BRASIL, 2017).

¹¹ Emerge quando o poder público implanta uma política federal voltada para este segmento, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996 e/ou quando cria a Lei 11.326/2006, a primeira a fixar diretrizes para este setor (BRASIL, 2006).

Para fins dessa pesquisa, adotou-se a segunda corrente de pensamento, por acreditar que as transformações vividas pelo/a agricultor/a familiar moderno tem raízes históricas e mantém uma tradição camponesa que fortalece sua capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade. Para Schneider e Nierdele (2008), o que distingue os agricultores familiares e camponeses são os vínculos mercantis e às relações sociais na divisão social do trabalho, que os agricultores desenvolvem com mais intensidade.

Para o PRONAF, a agricultura familiar é uma forma de produção onde predomina o intercâmbio entre gestão e trabalho. São os agricultores que administram o processo produtivo, dando destaque na diversificação e utilizando a mão-de-obra familiar, parcialmente complementada pelo trabalho assalariado. (BRASIL, 2006).

Abramovay (1997) ressalta também que a produção familiar é aquela em que a administração da propriedade e a maior parte do trabalho vêm de pessoas que mantêm entre si vínculos familiares. Segundo Buainain e Romeiro (2000), é quando se produz com base na mão de obra familiar, recorrendo à mão de obra assalariada apenas de forma casual ou em quantidade menor que à mão de obra familiar.

Assim, o conceito de agricultura familiar deve ser entendido como aquele onde a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo (CARVALHO, 2005).

Com base nas reflexões dos autores citados percebe-se uma semelhança na definição da agricultura familiar, no que diz respeito a mão de obra utilizada e a gestão da propriedade que é familiar. Um fato importante a destacar na agricultura familiar é a diversidade produtiva mesmo com o pouco acesso à terra e a capacidade dessa contribuir de forma efetiva para o abastecimento do país, como pode ser observado no levantamento feito pelo Governo Federal (2018):

A agricultura familiar tem um peso importante para a economia brasileira. Com um faturamento anual de US\$ 55,2 bilhões... De acordo com o último Censo Agropecuário, a agricultura familiar é a base da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes. Além disso, é responsável pela renda de 40% da população economicamente ativa do País e por mais de 70% dos brasileiros ocupados no campo. A agricultura familiar ainda produz 70% do feijão nacional, 34% do arroz, 87% da mandioca, 46% do milho, 38% do café e 21% do trigo. O setor também é responsável por 60% da produção de leite e por 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos (BRASIL, 2018).

A diversidade da agricultura familiar é um ponto positivo quando se pensa em desenvolvimento rural sustentável, pois é através desta que os/as agricultores/as conseguem viabilizar suas condições de vida e de grande parte da população. Para isso é preciso que essa categoria esteja conectada a diversas políticas públicas como a assistência técnica, o acesso à terra, a água, aos mercados, inovação, crédito, saúde, educação, etc.

Além de ser produtora de alimentos, renda e geração de emprego a agricultura familiar é uma atividade fundamental para evitar o êxodo rural. Assim, é necessário percebê-la como uma alternativa de reorganização da produção agrícola nacional, que prioriza a fixação do homem no meio rural melhorando suas condições de vida. Na Bahia, 28% da sua população correspondem as 665 mil famílias rurais que vivem no campo sob o regime de economia familiar (BAHIA, 2014).

O público alvo da PNATER é a agricultura familiar, nos seus princípios essa política contempla a extensão participativa. Porém, apesar dos vários debates para repensar o papel desta, isto ainda é insuficiente para avaliar e rediscutir a prática realizada pelo Estado, na perspectiva de desconstruir vícios de alguns dos técnicos e técnicas e efetivar mudanças na vida das agricultoras familiares.

Vale ressaltar que alguns técnicos e técnicas responsáveis pela ATER trazem, em sua prática profissional no campo, o diálogo participativo, a troca de conhecimento, os saberes e as experiências. Reconhecendo dessa forma o indivíduo como capaz de escolher e decidir sua própria vida.

Atualmente apenas oito municípios do Território Litoral Norte e Agreste Baiano (do total de vinte), possuem 1.440 (um mil quatrocentos e quarenta) famílias assistidas tecnicamente através das Chamadas Públicas do ano de 2015, de responsabilidade da Bahiater. Um número reduzido, com base no quantitativo de agricultores/as familiares existentes no Território, mesmo somando com a ATER prestada sob responsabilidade de outras instituições públicas, como a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR).

Para mudar essa realidade é necessário que as organizações sociais se articulem, com o intuito de pautar os governos sobre a importância da agricultura familiar e a necessidade de investimentos em políticas públicas que fortaleça essa categoria.

2.2 Formas de organização e movimentos sociais da agricultura familiar

São muitas as desigualdades econômicas e sociais que marcam a vida das mulheres agricultoras familiares no Brasil. Para minimizar tal situação é necessário mobilização e organização, com o objetivo de serem reconhecidas como legítimas beneficiárias das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, pois o foco da política agrícola brasileira sempre foi direcionado para as grandes e médias propriedades e isso causou uma crescente marginalização, exclusão e desigualdade dos pequenos agricultores familiares.

Com essas contradições, desigualdades e opressões as lutas dos movimentos sociais, que organizadamente aspiram por mudanças tornam-se imprescindíveis. As manifestações dos movimentos sociais são fundamentais no debate rural para se repensar a política agrícola e reconhecer a importância dos agricultores/as familiares. Desde a ditadura militar que as mulheres se organizam no Brasil em grupos, com o intuito de resolver problemas e garantir seus direitos, entre esses, seu reconhecimento como agricultoras.

A participação nos movimentos e organizações sociais tem funcionado como canal de pressão e estes trouxeram como resultado a formulação, articulação e implementação de políticas públicas que contribuíram para melhorar a vida das mulheres agricultoras familiares. Esses movimentos e organizações são hoje, a forma de representação e atuação da classe trabalhadora no campo. Segundo Fernandes (2000):

Os movimentos sociais constroem estruturas, desenvolvem processos, organizam e dominam territórios das mais diversas formas. Os movimentos são formas de organização social, (...) que têm o espaço ou o território como trunfos, organizam suas formas e dimensionam-se a partir desse referencial. (FERNANDES, 2000, p.60-61).

Os movimentos sociais do campo têm reivindicado pautas como: reforma agrária, soberania alimentar, democratização do acesso à terra, organização social e produtiva, água, crédito, assistência técnica, entre outros. Para definir o processo de atuação desses movimentos é necessário entender a economia e o processo de organização do trabalho e dos trabalhadores na luta por melhores condições no meio rural.

No Território Litoral Norte e Agreste Baiano a ocupação, as formas de organização do trabalho e o início da exploração do trabalhador ocorreram de forma rarefeita e lenta, tanto no

interior com as grandes fazendas de pecuária e cana de açúcar, quanto nas áreas de agricultura de subsistência e das vilas de pescadores na parte litorânea. Ao longo da sua história, o Território teve como base econômica a atividade pecuária, os cultivos de cana-de-açúcar e de coco-da-baía, a citricultura, a exploração de petróleo, a silvicultura, o turismo e o lazer (PTDRS, 2012).

As demandas e lutas da sociedade civil são impulsionadas por parcerias entre ONGs, associações, movimentos e entidades oficiais estatais. Para Gohn (2010), as atuais formas de associações civis organizadas em redes são compostas por movimentos sociais, associações comunitárias, fóruns, conselhos, câmaras, assembleias, etc. E podem ser agrupadas em três grandes blocos: 1) os movimentos e ações de grupos identitários que lutam por direitos sociais, econômicos, políticos e culturais; 2) movimentos e organizações de luta por melhores condições de vida e de trabalho, no urbano e no rural, que demandam acesso e condições para terra, moradia, alimentação, saúde, etc.; 3) e os movimentos globais ou globalizantes como o Fórum Social Mundial.

As consequências deixadas ao longo da história pela escravidão, por governos elitistas e corruptos e pela ditadura militar (1964-1985) dificultaram e proibiram iniciativas associativistas em todo país. Houve mudanças com a Constituição de 1988, a qual permitiu maior atuação dos Estados e Municípios com a implementação e execução de políticas públicas de cunho social. Com isso, a sociedade civil organizada passou a pautar maior presença nas questões políticas, através da articulação e iniciativas (ressurgimento dos movimentos sociais do campo) que reivindicavam por participação, por reforma política, por distribuição de renda e da terra, entre outras.

Diante dessa realidade, as organizações da sociedade civil têm se inserido na execução dos serviços de ATER ao lado das entidades públicas, essas têm sido importantes para a redução das desigualdades.

No estado e nos municípios, a implementação da PEATER se dá por meio da articulação e orientações do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRS e dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDS. Esses conselhos são espaços estratégicos, para assegurar a discussão sobre gênero na PNATER.

3. POLÍTICA PÚBLICA DE ATER PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

As Políticas Públicas são fundamentais para o desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar. Para que se possa compreender esse valor é necessário compreender o conceito e surgimento de tais políticas.

Celina de Souza (2006) assevera que as políticas públicas surgiram nos Estados Unidos e na Europa como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado (municípios, estados, nações) e o governo (organização gestora de uma unidade política), produtor por excelência dessas ações. Para essa autora, de modo geral, pode ser definida como tudo aquilo que o governo (municipal, estadual ou federal) faz no que diz respeito às leis, medidas reguladoras, decisões e ações.

No Brasil, os estudos sobre políticas públicas são bem recentes. O avanço aconteceu na década de 1980, impulsionado pela transição democrática. Nesses estudos, a ênfase recaiu ou na análise das estruturas e instituições ou na caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais específicas (TREVISAN; BELLEN, 2008).

Segundo Melo (1992), a análise de políticas públicas teve um avanço na década de 1980, devido a transição democrática. São três os motivos da expansão: deslocamento na agenda pública, a qual durante os anos 1970 se estruturou em torno de questões relativas ao modelo brasileiro de desenvolvimento; o fim do período autoritário, que trouxe obstáculos à consecução de políticas sociais efetivas, o que serviu para fortalecer os estudos sobre políticas; e a difusão internacional da ideia de reforma e aparelho de Estado que passou a ser o princípio organizador da agenda pública dos anos 1980-90, o que provocou uma proliferação de estudos sobre essa temática.

Para Boneti (2007), a política pública se origina de uma ideia ou vontade, a partir da relação entre estado, classes sociais e sociedade civil e significa uma ação envolvendo recursos públicos destinados a um público. Para compreender a sua gênese, o autor analisa o processo, os princípios e os determinantes, dos quais surgiram as ideias que, posteriormente darão origem a uma política pública. As políticas sociais do Estado se originam também das dinâmicas ocorridas na produção e nas relações de poder e são geradas a partir de um fato político para satisfazerem primeiramente os poderes legislativos, executivos e judiciários.

Já para Farah (2016), a política pública é o curso de ação do Estado, orientado por determinados objetivos, refletindo ou traduzindo um jogo de interesses. Um programa governamental, por sua vez, consiste em uma ação de menor abrangência em que se desdobra uma política pública. É a própria iniciativa do governo (ou do Estado) que se organiza em planos, programas e ações (SHIOCHET, 2009).

Os autores citados ressaltam na definição de política pública, a influência das relações de poder, da força de vontade e jogo de interesses, que muitas vezes são determinantes para originar e/ou definir uma política pública. Por isso Palumbo (1998) afirma que:

As Políticas Públicas estão constantemente mudando à medida em que são formadas e reformadas, modificadas e transformadas, sendo às vezes rejeitadas por novas políticas. De fato, uma política é como um alvo em movimento; não é algo que possa ser observado, tocado ou sentido. Ela tem que ser inferida a partir da série de ações e comportamentos intencionais de muitas agências e funcionários governamentais envolvidos na execução da política ao longo do tempo. Política é um processo, ou uma série histórica de intenções, ações e comportamentos de muitos participantes. (PALUMBO, 1998, p. 35).

Mesmo com tantas reformulações, modificações e transformações das políticas públicas, as traçadas para atender as exigências quanto à identidade de gênero, ainda não mudou radicalmente a condição feminina, principalmente a das mulheres negras, pobres e da zona rural. Isso pode ser afirmado porque muitas destas políticas, ainda não mudaram efetivamente as condições econômicas e de autonomia de muitas mulheres.

Percebe-se a carência de políticas públicas que tratem das assimetrias de gênero, pois as mulheres ainda enfrentam problemas como a desigualdade, a violência, e a invisibilidade na sociedade. A organização e o fortalecimento desses sujeitos políticos dependem, em grande medida, da sua inserção nas agendas políticas que definem programas, projetos e ações que têm como horizonte a justiça social e a equidade para esses grupos.

Em 2011, o Governo do Estado da Bahia visando atender à justa reivindicação da luta feminista, dos movimentos de mulheres e do movimento negro criou a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI) com o objetivo de planejar, elaborar, propor, articular e executar políticas públicas e promoção da igualdade racial. Entretanto, percebe-se as dificuldades dessas secretarias em desenvolver muitas ações estratégicas, principalmente por possuir recurso financeiro reduzido e limitado.

Muitas dessas políticas são esvaziadas e/ou extinguidas com a mudança de governo em geral. Isso faz com que muitas conquistas das lutas dos movimentos sociais, se dissolvam. É necessário garantir que essas políticas de governos se transformem em política de Estado. Para Pinto (2010):

A política de Estado é permanente, forte o suficiente para não ser transformada com a mudança de governos e consolida-se como uma prática institucional. Já a plataforma política de cada Governo, ou seja, como o Governo interpreta esta política de Estado e direciona suas ações é o que chamamos de Política de Governo. Neste caso, cada Governo segue suas orientações ideológicas para formular e colocar em práticas suas políticas públicas (PINTO, 2010, p.10).

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) é uma política pública de Estado. Passou por diversas instâncias de discussão, pelo parlamento, por processos burocráticos e isso faz com que essa tenha maior sustentação para manter seus princípios, pois para alterar depende de mudanças de normas e envolve setores mais amplos da sociedade.

3.1 A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER

3.1.1 Uma conquista histórica das organizações sociais

A ATER operou historicamente mediante modelos excludentes em relação às agricultoras e agricultores familiares. A PNATER surgiu com o propósito de oferecer uma assistência técnica extensionista, participativa, construtivista, agroecológica, sustentável, pública, gratuita e exclusiva. Para Santos (2014):

Essa Política tem o interesse de contribuir para uma ação interinstitucional capaz de implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, estimulando a geração de renda e de novos postos de trabalho. Para tanto, ela necessita de instituições com infraestrutura organizacional, capacidade técnica, instrumentos e política capazes de atingir seus objetivos, bem como de um tratamento jurídico adequado aos atores não governamentais que compõem esse sistema. (SANTOS, 2014, p.81).

Para isso o Governo Federal criou a Agência Nacional de Assistência Técnica e Assistência Rural - ANATER - (Lei Nº 12.897/13), instituída no final de 2013 com a competência de promover e coordenar programas de ATER. Percebe-se a necessidade de investimentos nesta agência, para que a ANATER de fato contribua para melhorar as condições de renda e de vida dos agricultores/as familiares.

Com a descentralização de ações que antes eram exclusivas da esfera estatal, principalmente da federal, as organizações da sociedade civil passaram a executar políticas e programas públicos. Na Bahia diversas Organizações Não Governamentais (ONGs), através de chamadas públicas, têm executado os serviços de ATER, entre essas a COOPERA. Existem grupos envolvidos com a Assistência Técnica que consideram que as formas jurídicas existentes (organizações sociais, ONGs, etc) de execução são modelos disfarçados de privatização do serviço público, outros defendem que tal processo representa o fortalecimento da democracia e participação social na gestão de políticas públicas. Esses grupos concordam que esse serviço deve ser financiado com recursos públicos estatais.

Pesquisadores como Montano (2002) e Sabourin (2007) consideram que esse mecanismo de transferência de responsabilidades por parte do Estado para instâncias subordinadas tem forte influência da ideologia neoliberal, que visa à minimização do papel do Estado e fortalecimento da iniciativa privada capitalista. Todavia, esse processo também pode representar o fortalecimento da democracia.

Por ser uma política relativamente nova (Lei 12.188 de 11/01/2010), a avaliação da PNATER ainda está em fase de construção e definição de metodologias, mecanismos e instrumentos que possibilitem verificar os resultados de sua atuação, mas já é possível observar os pontos negativos e positivos dos serviços de ATER desenvolvido.

3.1.2 A ATER na sociedade brasileira

A ATER foi implantada no final da década de 1940 em Minas Gerais, por setores privados e assessorados por técnicos estrangeiros. Ao longo da década de 1950 foi se expandindo para outros Estados. Até 1973, esse serviço era prestado por associações a uma pequena parcela de agricultores, com foco na concessão de crédito.

A primeira Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) foi criada em Minas Gerais, em 1948, através da Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Social e Econômico (AIA), e tinha como objetivo difundir o modelo do serviço de extensão norte americano. (PETTAN, 2010).

Em relação às atividades e ações relacionadas à oferta dos serviços de ATER para a agricultura brasileira, o governo João Goulart (1961-1964) realizou a primeira tentativa

concreta de fixar diretrizes políticas para a agricultura reconhecendo, ao mesmo tempo, a extensão rural e a pesquisa agropecuária como instrumentos da política agrícola. (PETTAN, 2010).

Assim, nas décadas de 1950, o Ministério da Agricultura incentivou os germes da penetração do capitalismo no campo através da extensão rural. Fazendo conferir os interesses norte-americanos com os dos segmentos agroindustriais brasileiros, a extensão ganharia força trazendo tecnologia, produtividade e assistencialismo como bandeiras principais, além de reforçar a iniciativa da pasta de “educar para o trabalho”. (OLIVEIRA, 2013).

Em meados dos anos 1960 e ao longo dos anos 1970, o Brasil construiu um complexo sistema de planejamento agropecuário com o ambicioso objetivo de orientar, coordenar, controlar e avaliar a intervenção do Estado na agricultura e o desenvolvimento do setor. Foi estruturado o Sistema Nacional de Planejamento Agropecuário (SNPA) que, por sua vez, fazia parte da montagem do Sistema Nacional de Planejamento e Orçamento, institucionalizado em 1967. (PETTAN, 2010).

Esse período corresponde a uma fase de forte intervenção do Estado, com objetivo de promover a modernização da agricultura brasileira, para expandir a oferta agropecuária e diversificar as exportações, bem como, assegurar a normalidade do abastecimento doméstico. Acontece também a diminuição de investimentos norte-americanos e o aumento de recursos estatais, no qual a política extensionista passa a adotar um projeto de governo. Para Santos (2014):

Até final da década de 70, predomina na ATER uma metodologia de transmissão do conhecimento baseada na concepção de que os saberes dos agricultores não serviam para alcançar a produtividade exigida pela doutrina da AIA... de acordo com o que preconizava aquele órgão, os serviços de ATER consistiam em aumentar a produtividade com menor uso de mão de obra possível. Os extensionistas não promoviam a participação dos agricultores no processo de formação, apenas procuravam induzir mudanças de práticas por meio de metodologias preestabelecidas que só atendiam aos interesses da agenda norte americana, culminando na implantação do modelo - difusionista produtivista que persuadia os agricultores para uma mudança de mentalidade materializada na aquisição de um pacote tecnológico modernizante. A disseminação desse modelo de ATER teve apoio do governo brasileiro por meio do “*Programa de Cooperação Técnica Brasil/Estados Unidos*” (grifos do autor), funcionando em conjunto com o Ministério da Agricultura e adotado em diversas faculdades de agronomia. (SANTOS, 2014, p. 35-36).

Aos poucos as estruturas da ACAR foram enfraquecidas com a criação de empresas estaduais, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), essas

trabalhavam também com recurso da União. Em 1973 foi constituída a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), a qual significou a estatização de parcela considerável desses serviços que até então eram prestados de forma isolada e desarticulada.

O I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND 1972-1974) e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND 1975-1979) privilegiaram os grandes empresários. O II PND foi implementado em meio às várias crises ocorridas entre os anos de 1975 a 1979, momento também da ditadura militar. Neste período foram registrados os maiores índices de modernização da base técnica da agricultura e os serviços públicos de ATER. Assim, foi elaborado o III PND (1980-1985) e a agricultura aparece como um setor eficaz para solucionar boa parte dos problemas econômicos e, de novo, a pesquisa e a ATER, junto a outros instrumentos da política econômica, foram utilizadas para viabilizar a continuidade do processo de modernização da agricultura. (PETTAN, 2010).

Depois de 1988, com a Constituição Federal, o Estado passou a ter como umas das preocupações principais o desenvolvimento da agricultura e a distribuição de renda. Com isso a agricultura familiar e o agronegócio ganham evidência. No período da gestão do Governo Collor de Mello (1990-1992), com a extinção da EMBRATER em 1992, houve a cessão de repasses de recursos para os estados, trazendo graves consequências para muitas organizações nos estados mais pobres. Dessa maneira, somente nos estados que possuíam uma agricultura mais dinâmica e pujante é que estas se mantiveram ativas, seja via repasses de recursos ou contratos com agências internacionais, como o Banco Mundial. (BRASIL, 2014).

O Brasil passou por eventos importantes nesse período, ou seja, passou a adotar o princípio democrático de participação da sociedade nas instâncias de poder, tendo como fim último “construir uma sociedade livre, justa e solidária”. Teve também os canais de participação efetiva nas decisões políticas do país, garantidos pela Constituição de 1988. Com crescente participação social, as mulheres, assumiram cada vez mais as bandeiras da igualdade de gênero e raça, influenciando decisivamente no aumento da participação feminina nos partidos políticos, alterando, inclusive, as estruturas internas dos partidos que passaram a incluir no seu organograma instâncias de organização interna das mulheres. (HEILBORN; ARAÚJO; BARRETO, 2010).

Os movimentos de mulheres e de negros também afirmaram e reafirmaram a necessidade de integrar perspectivas de gênero e raça na legislação, nas políticas públicas, nos programas e projetos. (BANDEIRA, 2004, p.11).

É possível perceber que a trajetória da ATER no Brasil, não é recente, mas a relação desta com as relações de gênero ainda apresenta lacunas importantes que precisam ser sanadas. A ATER pode contribuir para reduzir tais falhas, pois através dessa é possível também refletir e construir novos conhecimentos.

Nesse sentido, foram realizados eventos importantes, como as Conferências Internacionais sobre as Mulheres, Conferências Nacional de Políticas para as Mulheres, Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, a II Conferência Mundial de Direitos Humanos, a III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia, e Intolerância Correlatas, entre outras. Em relação às políticas voltadas para o meio rural foram apresentadas também duras críticas ao modelo de extensão e proposto o resgate da dívida social para com os brasileiros excluídos, reconhecendo-se a importância da assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar, do que resultou a criação e instituição da PNATER, pelo Governo Federal, a partir de 2004 (HEILBORN; ARAÚJO; BARRETO, 2010). A PNATER nasceu com uma nova concepção da ATER que se tinha e a que se pretendia.

Apesar desses avanços, ainda é possível perceber a baixa participação das mulheres, principalmente as mulheres agricultoras familiares, nas diversas instâncias de poder e de controle social. Para Mourão (2009):

As mulheres rurais têm baixa participação nas decisões sobre as políticas públicas e no exercício do controle social do Estado. Um exemplo disso é o nível e o tipo de participação nos Conselhos Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável. Elas são minoritárias na participação dos referidos conselhos e ocupam os lugares de menor importância. As mulheres que participam destes espaços também não têm vinculação com os movimentos sociais de mulheres. Assim, a agenda de trabalho destes conselhos ainda permanece muito pouco permeada pelas suas demandas (MOURÃO, 2009, p.14).

São muitos os desafios, para que as mulheres participem como sujeitos sociais e políticos das diversas instâncias de poder. Isso acontece, devido a situação de desigualdade e discriminações que vivem. Predomina-se ainda a cultura patriarcal que associa os homens aos

espaços públicos e as mulheres ao espaço privado, o poder econômico e a sobrecarga de responsabilidades (acúmulo de tarefas domésticas e dos cuidados com a família).

3.1.3 Uma nova concepção de assistência técnica e extensão rural e sua estratégia de execução

A ATER foi implementada a partir de 2004, incorporando os novos paradigmas do desenvolvimento sustentável e as dimensões ambientais e sociais que, pela primeira vez foram consideradas pelo governo federal em um plano de desenvolvimento. Entretanto, em sua fase inicial, observou-se uma maior ênfase em processos biológicos na agricultura, motivados pelos efeitos da alta de preços do petróleo que afetava, sobretudo, os fertilizantes e defensivos (produtos químicos) e também o custo de deslocamento das máquinas e equipamentos.

Diversos atores estão envolvidos no processo de implantação da PNATER, entre os quais se destaca os governos estaduais e municipais, técnicos extensionistas, movimentos sindicais e sociais, organizações não governamentais, agricultores patronais, agricultores familiares, centros de ensino e pesquisa, mídia, empresas privadas, cooperações técnicas internacionais etc. Estes atores, ao manifestarem seus interesses públicos ou privados, adotam ou não o que está proposto pela PNATER.

As entidades participantes deste sistema são as instituições ou organizações de ATER que tenham como natureza principal de suas atividades, a relação permanente e continuada com os agricultores familiares e demais públicos da extensão e que desenvolvam um amplo espectro de ações exigidas para o fortalecimento da agricultura familiar e para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, podendo ser: 1) instituições públicas estatais de ATER (municipais, estaduais e federais); 2) empresas de ATER vinculadas ou conveniadas com o setor público; 3) empresas de serviços de Extensão Pesqueira; 4) organizações dos agricultores familiares; 5) organizações não-governamentais; 6) cooperativas de técnicos e de agricultores; 7) estabelecimentos de ensino; 8) Casas Familiares Rurais (CFR), Escolas Família Agrícola (EFA) e outras entidades que atuem com a Pedagogia da Alternância; 9) redes e consórcios e 10) outras que atuem dentro dos princípios e diretrizes desta Política. (PETTAN, 2010, p. 92).

Sintonizar uma política pública com diversos atores envolvidos não é tarefa fácil, pois os interesses são diversos e existem muitas contradições e disputas. Para se alcançar os

princípios e interesse da PNATER é necessária interação, consistência de valores, consenso, interação e equilíbrio de forças desses atores.

Os/as beneficiários/as diretos e indiretos das ações previstas de ATER são os/as agricultores/as familiares; os/as agentes de desenvolvimento e técnicos vinculados às organizações prestadoras de serviços; os/as conselheiros/as, dos conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável; e os/as beneficiários/as de outros programas e/ou ministérios que implementam ações para o desenvolvimento rural sustentável.

Em 2004, a Secretaria Especial de Agricultura Familiar¹² do Governo Federal formalizou convênios com entidades governamentais de ATER, os quais previam beneficiar diretamente agricultores e agricultoras familiares. Estes convênios foram orientados pela Política Nacional da ATER e contemplaram ações de programas de outros ministérios que tinham atuação junto à agricultura familiar, especialmente o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA¹³).

Até o ano de 2007, o orçamento para ATER contemplava uma linha de ação dentro do PRONAF. Com o crescimento e avanço das ações da PNATER, um programa de ATER foi incluído no Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 e no Orçamento Geral da União (OGU), o volume de recursos necessários para viabilizar as ações de ATER requeridas pela Agricultura Familiar; cabia ao Departamento de Assistência Técnica Extensão Rural (DATER), a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) e ao MDA identificar, captar e alocar recursos de outras fontes, buscando viabilizar convênios com outros ministérios e outras entidades governamentais e não governamentais. Do mesmo modo, cabia ao DATER/SAF/MDA promover ações capazes de viabilizar a alocação de recursos de parceiros internacionais; e parte dos recursos orçamentários do MDA para ações de ATER seria alocada nos programas estaduais de ATER, para o financiamento de instituições ou organizações de assistência técnica credenciadas, que tenham trabalho permanente e continuado no âmbito dos estados e/ou municípios, conforme

¹² A Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SAF) fez parte do extinto MDA, atualmente continua com a mesma nomenclatura e com sigla SEAD, compõe agora a estrutura institucional da Casa Civil do Governo Federal.

¹³ Foi um ministério brasileiro criado em 1 de janeiro de 2003, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pela MP nº 103 de 1/1/2003, depois transformada na Lei 10.683, de 28 de maio de 2003. Suas atribuições eram: I – Formular e coordenar a implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Combate à Fome; II – Articular a participação da sociedade civil no estabelecimento de diretrizes para essa política; III – Estabelecer diretrizes, supervisionar e acompanhar a implementação de políticas no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SILVA, 2003).

estabelecido neste documento. Outra parte dos recursos foi canalizada para um Fundo Nacional de Apoio aos Serviços de ATER, constituído e administrado pelos órgãos acima. (PEIXOTO, 2008).

O Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar (PRONATER) é composto por nove ações que eram executadas no âmbito do MDA: na Agricultura Familiar; em Áreas Indígenas; para Comunidades Quilombolas; Especializada para Mulheres Rurais; Assistência Técnica e Capacitação para Assentados; Apoio a Projetos de Inovação Tecnológica para a Agricultura Familiar do Semiárido; Fomento à Produção de Tecnologias e Conhecimentos apropriados para a Agricultura Familiar; Formação de Agentes de ATER e Gestão e Administração do Programa.

A criação da Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar (PEATER) foi discutida em três reuniões do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) e em dois eventos realizados para receber as críticas e as sugestões de aprimoramento. A preparação do Projeto de Lei coube a Superintendência da Agricultura Familiar e Secretaria Estadual da Agricultura (SUAF/SEAGRI) e a Casa Civil do Governo, que programou o orçamento no PPA 2012/2015 com vistas a aplicabilidade da Lei enquanto política pública.

Para a PNATER e PEATER atingirem seus objetivos é necessário, também, o fortalecimento e a organização das instituições de mulheres/feministas, visando uma articulação para reintegrar este tema de forma sistemática, contínua e abrangente com outros temas, pois só assim as políticas públicas de gênero podem se tornar efetivas no enfrentamento das desigualdades. A transversalidade de gênero, portanto:

Consiste na reorganização, melhoria, desenvolvimento e avaliação de processos de decisão em todas as áreas políticas e de trabalho de uma organização. O objetivo é incorporar a perspectiva das relações de gênero em todos os processos de decisão e fazer com que todos sejam úteis à igualdade de oportunidades. (SCHEFLER, 2013, p. 13).

Tais definições implicam que transversalizar na prática a política, a partir das relações de gênero, requer incluir ações específicas para as mulheres, fazer capacitações em gênero, apoiar a participação feminina na tomada de decisões e promoção de condições para sua autonomia, e monitorar e avaliar tais ações. Para fortalecer a oferta de serviços de ATER faz-

se necessário a ampliação de recursos financeiros destinados para o desenvolvimento de tais estratégias.

Outro desafio enfrentado pela ATER é a transição da modalidade convencional para a agroecológica. Esta transição de ATER se configura dentro de um processo lento e gradual que obedece a determinantes políticos, sociais, ambientais e econômicos que ocorreram antes da PNATER e que ainda ocorrerão durante a sua implementação.

Neste contexto, o problema identificado na “transição de Ater”, em curso, é que as ações desenvolvidas pelos extensionistas ainda são orientadas por conceitos da ATER convencional, dificultando a execução da PNATER e sua transição para a nova Ater: participativa, construtivista, agroecológica e baseada na sustentabilidade.

Outra dificuldade é o conteúdo de gênero presente na Política Nacional de ATER, pois muitos técnicos/as, coordenadores/as e gestores/as, responsáveis por essa política pública, ainda não estão sensibilizados e capacitados para trabalharem com essa temática. O MDA elaborou e implementou a partir de 2004, a política de ATER Setorial para as Mulheres, ou seja, uma assistência técnica para fortalecer as trabalhadoras rurais e promover a igualdade entre homens e mulheres e tinha como objetivo fortalecer a organização produtiva das mulheres rurais; promover a agroecologia e a produção de base ecológica; ampliar o acesso às políticas públicas; e apoiar a articulação em rede. Segundo Brasil (2014):

A Ater Setorial para Mulheres beneficiou 56,4 mil mulheres, disponibilizando aproximadamente 33,8 milhões de reais entre 2005 a 2013. Destaca-se que 65% dos projetos apoiados focaram atividades voltadas para agroecologia no período 2004-2010. Com a Lei de Ater, a partir de 2010, as chamadas de Ater Mulheres beneficiaram mais de 6.300 mulheres com foco específico no fortalecimento da produção agroecológica. Na Ater mista, as mulheres já são 41% do público atendido (BRASIL, 2014, p.34).

É notável a necessidade de investimentos em atividades, nos serviços de ATER, que fortaleçam e deem autonomia financeira as mulheres trabalhadoras rurais.

3.1.4 PNATER: uma visão multicultural

Durante muitos anos a ATER foi desenvolvida de forma desigual para homens e mulheres. Junto aos homens, os técnicos discutiam sobre o plantio, utilização de sementes e

adubos, tipos de produção, problemas relativos à colheita, utilização de mecanismos de prevenção e combate a insetos e ervas daninhas, assuntos voltados à produção e comercialização. Com as mulheres, temas domésticos e cuidados da família.

Assim, fortalecia-se o modelo de divisão social e sexual do trabalho, a partir da ideia de que aos homens correspondiam os trabalhos produtivos, como arar, trabalhar com máquinas, comercializar; e às mulheres o trabalho reprodutivo doméstico e de cuidados, como cozinhar, lavar, limpar, cuidar das crianças, atividades que não têm visibilidade, não geram renda e são social, política e economicamente desvalorizadas.

O documento oficial informa que a PNATER foi construída de forma participativa e pretende contribuir para uma ação institucional capaz de implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, estimulando a geração de renda e de novos postos de trabalho. Para tanto, ela potencializa atividades produtivas agrícolas voltadas à oferta de alimentos saudáveis e matérias primas, bem como apoia estratégias de comercialização, tanto nos mercados locais como nos mercados regionais e internacionais. Igualmente, estimula o desenvolvimento de atividades rurais não agrícolas (BRASIL, 2006).

Peixoto (2008) informa sobre os eventos e participantes¹⁴ da constituição da PNATER, destacando que essa política foi construída a partir da grande mobilização nacional dos movimentos sociais com atuação no meio rural do Brasil.

São princípios da PNATER: o desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente; gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural; adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública; adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis; equidade nas relações de gênero,

¹⁴Seminário nacional sobre ATER que aconteceu em agosto de 1997, na cidade de Brasília, seguido de seminários nas 27 unidades da Federação, dos quais participaram cerca de 5 mil pessoas. Estas reuniões culminaram na realização de um workshop, entre 24 e 28 de outubro de 1997, promovido pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, CONTAG, ASBRAER, entre outros atores envolvidos na área, a exemplo de setores do governo federal, da ATER dos estados, movimentos sindicais de trabalhadores rurais, dos trabalhadores em ATER, ONGs e universidades, oriundos de todas as unidades da Federação.

geração, raça e etnia; e contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional. (BRASIL, 2010).

O instrumento de implementação da atual política de ATER é o PRONATER, o qual orienta as ações a serem realizadas pelos extensionistas e pelas entidades de ATER. Este programa é fruto das experiências vivenciadas no processo de implantação da PNATER e é o documento orientador das ações do Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER) e das organizações de ATER parceiras do antigo MDA, detalhando, neste campo, as ações apoiadas diretamente pelo DATER.

O Estado, ao implantar políticas públicas de inclusão econômica para a população empobrecida do campo, como a política de Assistência Técnica e Extensão Rural, precisa considerar as lutas feministas e, ainda, o fato de que as mulheres são quase metade da população rural.

Atualmente, a execução descentralizada do serviço de ATER adotado pelos órgãos superiores é através das chamadas públicas, que representa uma modalidade de execução de serviços da administração pública brasileira. As chamadas públicas consistem na divulgação formal de documento de interesse da administração pública visando à aquisição de bens ou serviços para atender demandas de políticas, programas ou projetos públicos. As chamadas são regulamentadas pelas leis 4.320/1964, 8.666/93, 10.520/2002, entre outras, e de seus editais podem participar entidades executoras de ATER, sejam públicas, privadas ou ONGs devidamente credenciadas nos CEDRS e posteriormente no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS) quando consideradas aptas para atuar. (SANTOS, 2014, p. 42).

O serviço de ATER ainda acontece de forma descontínua. Não há repasse regular e os serviços são interrompidos. Esta prática desmotiva os beneficiários (as) que recebem o serviço, pois, muitas vezes, no momento que os agricultores/as mais precisam, a chamada pública finaliza e esses passam um período sem o serviço. Além da descontínua do trabalho com o/a técnico/a proveniente de mudança de pessoal própria do processo, o que implica no recomeço muitas vezes acompanhados de desgastes desconfianças e desmotivação por parte dos beneficiários/as.

É importante ressaltar que a participação das instituições da sociedade civil na execução e controle social de políticas e programas públicos não ocorre apenas por conta da

descentralização estatal, mas de anos de reivindicações por melhores condições de vida das populações do campo e da cidade. Essas instituições são fundamentais para o desenvolvimento político, cultural, social e democrático do país.

As instituições da sociedade civil que prestam serviços para o Estado, executando também políticas públicas precisam ter autonomia organizacional e financeira. Essas entidades precisam construir sua sustentabilidade, sem depender apenas dos recursos públicos, evitando o clientelismo e a relação de subordinação.

Na Bahia quem promove a gestão e execução dos serviços de assistência técnica e extensão rural é a Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER), órgão vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Rural. Esta instituição, no ano de 2015 absorveu parte das atribuições da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), após a extinção.

A EBDA era uma empresa pública com 50 anos de atuação, na prestação de serviços de assistência técnica, extensão rural e pesquisa agropecuária, que teve importante papel no desenvolvimento da agricultura familiar no Estado da Bahia, possuía muitos profissionais qualificados, centros de treinamentos e estações experimentais que contribuíram com os processos de pesquisa e de capacitação para a agricultura familiar. Após uma série de dificuldades, principalmente financeira, a EBDA foi extinta.

As atribuições da BAHATER são: contratar, monitorar, fiscalizar e avaliar o serviço de assistência técnica e extensão rural como estratégia para ampliar o acesso dos agricultores/as familiares às políticas públicas; contribuir para formação de gestores, de técnicos e agricultores familiares para a qualificação dos serviços de ATER; estimular e articular a pesquisa e inovação tecnológica promovendo sua integração com a agricultura familiar; estimular e apoiar processos de transição agroecológica e produção orgânica; articular políticas públicas de apoio à agricultura familiar; contribuir para a segurança e soberania alimentar e nutricional; contribuir para a inclusão produtiva e emancipação econômica e social; promover ações específicas voltadas para mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais; apoiar e estimular a consolidação da Rede Baiana de ATER e outras articulações; criar o Plano Estadual de ATER e um Sistema de Gestão; e buscar a universalização dos serviços de ATER (BAHIA, 2018). A Bahiater foi criada, mas está funcionando de forma precária em relação a infraestrutura (carro, computador, escritório...), contratação de pessoal, entre outros. Com isso, os/as técnicos/as

enfrentam dificuldades para cumprir com suas obrigações e atender as atribuições desta superintendência e os anseios dos/as agricultores/agricultoras familiares.

Essas dificuldades impactam diretamente os resultados dos serviços de ATER e ampliam ainda mais os desafios de desenvolver ações, que motivem e apoiem as mulheres a acessarem políticas públicas, como a da documentação, comercialização, segurança, entre outras. O movimento e as organizações de mulheres precisam dialogar constantemente com a superintendência da Bahiater, com o intuito de assegurar que sejam incorporados a perspectiva de gênero, nos programas e nas políticas públicas.

4. MOVIMENTO, ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES E BREVE DISCUSSÃO SOBRE GÊNERO

4.1 Histórico da luta dos movimentos de mulheres rurais no Brasil

A situação socioeconômica e política das agricultoras familiares apresentam-se em condições muito desfavoráveis. São discriminadas nos mercados de trabalho rurais, são as responsáveis pela maior parte do trabalho não remunerado e ficam também à frente dos cuidados dentro de suas casas, dos filhos e dos afazeres domésticos. Apenas 30% são donas formais de suas terras, 10% conseguem ter acesso a créditos e 5%, a assistência técnica (BOJANIC, 2017). A forma de se contrapor e lutar por seus direitos foi justamente a organização através de movimentos e a inserção em instâncias como sindicato de trabalhadores rurais, grupos produtivos, associações/cooperativas, entre outros, com o objetivo de acessarem, também, as políticas públicas.

Incorporar a perspectiva de gênero nas políticas públicas se constitui em uma árdua tarefa. É necessário que os gestores, implementadores e executores destas avaliem e reavaliem os conceitos, o conhecimento e a compreensão dessa temática, para que se alcance os objetivos esperados. É um desafio a ser superado na sociedade, com muita resistência e conflitos, que depende da existência de organizações de mulheres rurais fortes e persistentes para reivindicar seus direitos.

Os estudos de gênero são uma das consequências das lutas libertárias dos anos 60, mais particularmente dos movimentos sociais de 1968: as revoltas estudantis de maio em Paris, a primavera de Praga na Tchecoslováquia, os *black panthers*, o movimento hippie e as lutas contra a guerra do Vietnã nos EUA e a luta contra a ditadura militar no Brasil. O campo de estudos de gênero ou relações de gênero no Brasil surgiu nos anos 1970/1980 em torno da problemática da condição feminina, ou seja, inicialmente pensava-se que havia um problema da mulher que deveria ser pensado unicamente por elas (GROSSI, 1999).

A origem do movimento de mulheres rurais foi da década de 1980, com a abertura democrática e com a expansão dos direitos da mulher na Constituição Federal de 1988. Segundo Deere (2004):

Nas áreas rurais, as Comunidades Eclesiais de Base e grupos de mulheres organizados pela CPT na década anterior [1970] muitas vezes forneceram a experiência formativa que levou as mulheres a questionar a injustiça social, frequentemente ligada a questões de saúde e educação. Mas, dado que as principais estruturas organizacionais em áreas rurais eram os sindicatos, na década de 1980, o movimento de mulheres rurais desenvolveu duas reivindicações centrais: a incorporação de mulheres nos sindicatos e a extensão dos benefícios de seguridade social, incluindo licença maternidade paga e aposentadoria para as mulheres trabalhadoras rurais (DEERE, 2004, p. 179-180).

Os movimentos de mulheres rurais sempre enfrentaram resistência por parte dos órgãos responsáveis e da sociedade, além disso, as mulheres não eram consideradas trabalhadoras rurais. A exclusão feminina dos sindicatos significava a exclusão de diversos benefícios como os citados acima.

Para Cordeiro e Scott (1999), no Brasil, as reflexões sobre mulheres e relações de gênero em contextos rurais alcançaram uma maior visibilidade a partir da década de 1980. Três vertentes se destacam na contribuição desse debate: a produção das pesquisadoras feministas sobre o trabalho feminino e, particularmente sobre o trabalho das mulheres na área rural; os discursos das mulheres trabalhadoras organizadas em grupos e movimentos; as pesquisas etnográficas sobre campesinato, ribeirinhos/as, populações indígenas, comunidades de coletores/as e pescadores/as, etc. Para GROSSI, 1999:

[...] a partir dos anos 1980, deixa-se de falar de "condição feminina" e se passa aos estudos sobre as mulheres. A partir das pesquisas feitas na década anterior, percebe-se que não é possível falar de uma única condição feminina no Brasil, uma vez que existem inúmeras diferenças, não apenas de classe, mas também regionais, de classes etárias, de ethos, entre as mulheres brasileiras (GROSSI, 1999, p. 3).

Em 1985, no quarto Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), as questões das Mulheres Rurais começaram a ser tratadas, a partir do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR). A proposta de reivindicação apresentada no Congresso foi a sindicalização das mulheres trabalhadoras rurais e a consideração de seus interesses. Essa proposta foi aprovada pela CONTAG e as mulheres foram incorporadas dentro da estrutura do sindicato e treinadas para ocuparem posições de lideranças (ABRAMOVAY; SILVA, 2000). A Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1986, em seu segundo Congresso Nacional também organizou uma comissão para tratar as questões das mulheres. Nesse mesmo ano, no governo do presidente José Sarney foi criado o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), pelo Ministério da Justiça, com a inclusão de

representantes feministas da sociedade civil. A institucionalização das demandas em relação às mulheres ocorreu, inicialmente, com este Conselho. (DEERE, 2004).

A discussão sobre os direitos da mulher rural ganha mais consistência no final da década de 1990, quando os diferentes movimentos de mulheres rurais se organizaram através da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), em 1995, em um encontro nacional com representações de 17 estados. Em 1997, a ANMTR lançou a Campanha “Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos”, e essa ganhou dimensão nacional. (SALES, 2007).

Em 2000, a Comissão de Mulheres da CONTAG em parceria com o MMTR-NE realizou, em Brasília, a Marcha das Margaridas¹⁵, a qual teve como principais reivindicações o título de propriedade de terra conjunta para casais, o acesso à documentação e políticas da reforma agrária.

Ao avaliar os avanços do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), no período de 2004 a 2014 percebe-se que o acesso das mulheres trabalhadoras rurais ao programa ainda é considerado muito baixo, pois poucas demandas foram atendidas, como pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2: Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR, 2014

	2004-2006	2007-2010	2011-2014
Mutirões	585	2.511	3.407
Documentos	363.980	1.234.520	1.140.547
Mulheres	207.439	587.339	559.241

Fonte: PNDTR (2014)

Em relação a titulação conjunta e obrigatória da propriedade, mesmo as mulheres conhecendo o direito igualitário, nota-se algumas dificuldades, como mostra BUTTO et al. (2014):

¹⁵ A Marcha das Margaridas é uma ampla ação estratégica das mulheres do campo, da floresta e das águas, para conquistar visibilidade, reconhecimento social e político e cidadania plena. Em 2000, a CONTAG e suas parceiras realizaram a primeira Marcha das Margaridas, que reuniu em Brasília cerca de 20 mil mulheres trabalhadoras rurais, sob o lema da Marcha Mundial das Mulheres “Contra a Fome, Pobreza e Violência Sexista” (CONTAG, 2015).

Dentre as dificuldades levantadas para que elas não usufruam esse direito está a ausência de informações. Esta é a opinião de 28,6% das mulheres assentadas e 43,6% dos/as técnicos/as de ATEs (Incrá ou ONGs). Entre os/as gestores territoriais, 50,0% dos/as coordenadores/as de Núcleos Diretivos têm esta percepção, bem como 82,1% dos/as assessores/as territoriais. O segundo motivo mais destacado foi o medo de solicitar a revisão do título da terra por causa da discordância do marido, representando 22,1% das mulheres assentadas, 33,3% dos técnicos de AtES-ONGs, 30,0% de coordenadores/as e 59,0% de assessores/as (BUTTO, et al., 2014, p.70).

O MDA também introduziu a perspectiva de gênero nos seus projetos e programas, e estabeleceu diversas cotas, em 2000 e 2001, que destinavam, inicialmente, 30% de todos os recursos para as mulheres assentadas da reforma agrária e que tivessem propriedades da agricultura familiar.

A construção do I, II e III Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, que aconteceu em 2004, 2008 e 2013, respectivamente, contou com a participação da sociedade civil, movimento rurais e urbanos, feministas e organismos estaduais e municipais de políticas para as mulheres, através das Conferências municipais, estaduais e nacional - fato fundamental para o processo de consolidação e amadurecimento das políticas, pois são momentos onde acontecem discussões da sociedade civil e do poder público, que fazem com que os argumentos sejam fortalecidos, através da participação organizada da população.

Apesar das conquistas, verifica-se que na prática ainda existem muitas discriminações ligadas ao gênero, pois a sociedade brasileira está historicamente estruturada sobre bases patriarcais e racistas e privilegia categorias e grupos hegemônicos em detrimento dos excluídos. Para Silva (2004), “nas primeiras décadas do século XX, a participação feminina nas questões que envolviam o trabalho era considerada uma ameaça, como se as mulheres, e não os capitalistas fossem o inimigo” (SILVA, 2004, p. 276). Isso ainda é possível observar nos dias atuais, logo é necessário criar estratégias para transformar essa realidade e encarar essas discriminações como uma demanda social pela busca da equidade.

4.2 Estratégias de Gênero na PNATER

A autora Joan Scott (1990) representa uma das teóricas pioneiras na discussão de gênero, para ela, trata-se de um tema construído a partir das de relações sociais e das relações de poder, ou seja:

[...] definição de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão interrelacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. (SCOTT, 1990, p.86).

A identidade de gênero é formada a partir das relações sociais, ao longo da vida dos indivíduos e depende dos comportamentos vivenciados, os quais determinam os papéis sociais de cada um dos sexos (feminino e masculino). Essa identidade se constrói na socialização do momento da consideração do bebê como menina ou menino e do comportamento. Nalu Faria (2005) também assinala que:

O termo gênero é um conceito utilizado para afirmar a construção social do ser homem e ser mulher na sociedade. Tem como objetivo diferenciar sexo – ser macho ou fêmea como dado da natureza – da construção social da masculinidade e feminilidade. A definição de masculino e feminino está associada ao que cada sociedade, em cada momento histórico, espera como próprio de homens e mulheres. A construção de gênero se dá em todas as esferas da sociedade: econômica, política, social e cultural. Portanto, é construída a partir de elementos materiais concretos e também por elementos simbólicos (FARIA, 2005, p. 31-32).

Os conceitos e as relações de gênero revelam construções pautadas nas desigualdades e diferenças existentes entre homens e mulheres, na forma de expressão das relações de poder, através da classe social, raça/etnia que são definidas historicamente por hierarquias, discriminação, violência, entre outras.

Para Foucault (1985), o poder é entendido como algo relacional, que circula, se pratica e se exerce. O poder não é algo que se detém como uma coisa, não é apropriado como bem. O que existe são práticas ou relações de poder nas quais, a depender da relação, podemos ora ocupar o lugar do dominante ora ser o dominado. Estas relações se apresentam entre pessoas de classes sociais diferentes, raças e etnias diferentes, pessoas de mesmo sexo ou de sexo diferente.

As mulheres, desde meninas, são educadas para cuidar dos outros (filhos, marido, parentes, idosos) e do trabalho doméstico. Essa formação segundo SAFFIOTI (1992) reafirma o poder legitimado do homem sobre as mulheres, mantendo-as oprimidas na família, assumidamente figuras subalternas. Ao discorrer sobre a divisão sexual do trabalho, Faria (2005) destaca que:

A base material desse processo se expressa na divisão sexual do trabalho, que, em nossa sociedade, se articula com a ideia de que existe uma esfera pública e uma privada. A esfera pública considerada como lugar dos homens, do trabalho produtivo, dos direitos, da igualdade. A esfera privada considerada como o lugar da domesticidade, do afeto, da intimidade. Na prática, sabemos que não existe essa dicotomia, mas que homens e mulheres estão nas duas esferas, só que a partir do que é considerado seu lugar. As relações de gênero também devem ser contextualizadas conforme classe, raça e geração, assim como religião e momento histórico. Elas são transversais e estruturam o conjunto das relações. Dessa forma, é possível analisar qualquer aspecto da sociedade a partir de gênero. (FARIA, 2005, p. 32).

Todas essas desigualdades são consequências da cultura machista, sexista e dos valores patriarcais, nos quais as mulheres agricultoras familiares também estão inseridas. Nas relações familiares e nos grupos destas mulheres, essas consequências são reproduzidas de forma contínua, por meio, sobretudo, da educação dos filhos e das filhas.

Algumas conquistas femininas como o acesso ao mercado de trabalho formal e avanço dos níveis de instrução colaboraram também, para que muitas mulheres pudessem controlar sua fecundidade, através da disseminação de métodos contraceptivos químicos. Isso contribuiu para reduzir, um pouco, as desigualdades existentes entre homens e mulheres, como pode ser observado na assertiva de Heilborn e Rohden (2009):

O fato de as mulheres poderem ter uma vida sexual e escolherem ser ou não mães, planejar a ocasião da maternidade, espaçá-la e decidir o número desejável de filhos, teve um substancial impacto em suas vidas. Assim, elas puderam organizar melhor o fluxo da vida cotidiana familiar e passar a ter novas aspirações não restritas à vida doméstica e ao cuidado com a prole. (HEILBORN; ROHDEN, 2009, p. 4).

Assim, pode-se afirmar que a reprodução tem grande influência na divisão sexual do trabalho e na participação das mulheres nos espaços organizativos. Como elas são as responsáveis por gestar e parir os filhos e geralmente, pelos serviços de manutenção doméstica, no momento em que estas se organizam (planejamento da maternidade, por exemplo), isso repercute na produção e reprodução da sua vida social. Repercute também na participação como beneficiárias das políticas públicas, pois muitas vezes as mulheres se esbarram em condições desfavoráveis (por serem responsáveis pelo cuidado com filhos, doentes, idosos e pelos afazeres domésticos), o que dificulta o acesso as políticas.

A inserção do enfoque de gênero nas políticas públicas é um processo recente e ainda não totalmente consolidado. Com base no histórico dos serviços de ATER pode-se afirmar que

estes têm privilegiado a participação masculina, reforçando a desigualdade entre os gêneros e a estrutura da divisão sexual do trabalho.

O modo como cada cultura constrói o gênero irá definir um determinado padrão de organização das representações e das práticas sociais no mundo público e na vida privada, estabelecendo lugares distintos para homens e mulheres e uma dinâmica peculiar entre ambos (HEILBORN; ROHDEN, 2009).

O Fundo de População das Nações Unidas considera a equidade de gênero como um direito humano, sendo o empoderamento das mulheres uma ferramenta indispensável para promover o desenvolvimento e a redução da pobreza. Nesse caso, as pesquisas sobre população, força de trabalho, crescimento econômico, saúde etc. têm demonstrado que o investimento na educação feminina reduz as taxas de fecundidade, de mortalidade infantil e materna, aumenta as taxas de participação da força de trabalho e elevam os ganhos salariais.

Retomando o conceito de gênero e sua contribuição à análise social, Nalu Faria (2005) afirma que:

O conceito de gênero possibilita ver o que há de comum nas mulheres e nos homens, porque mostra como estão no conjunto da sociedade. Mostra também a forma como cada um individualmente, vive essa condição. Ninguém é 100% masculino ou feminino. Características consideradas do outro gênero estão presentes em todas as pessoas. Só que são valorizadas de forma diferente conforme o lugar que cada um ocupa. (FARIA, 2005, p. 32-33).

No final dos anos 1970, ocorreram transformações importantes nas relações entre estado e sociedade no país, influenciadas pela democratização e a crise fiscal. Entre essas, a descentralização e a participação da sociedade civil na formulação e implementação das políticas públicas. O movimento feminista nesse período conseguiu inserir a questão de gênero na agenda pública, como uma das desigualdades a serem superadas. Com isso, na década de 1980 foram implantadas as primeiras políticas com recorte de gênero, mas só em 2004 que a PNATER passou a contar com uma Política Setorial de ATER para as Mulheres. E em 2013, as chamadas públicas de ATER ampliaram o número de mulheres como público beneficiário, através do aumento de recurso destinado as atividades específicas com mulheres. Vale ressaltar também que houve a ampliação do número de mulheres nas equipes técnicas.

Essas conquistas são importantes porque contribuem para superar as desigualdades de gênero, a autonomia e auto-organização das mulheres agricultoras familiares e qualifica as suas participações nas atividades desenvolvidas.

Com base na matriz de sistematização do Seminário Nacional de Avaliação da Assistência Técnica e Extensão Rural/ATER¹⁶, foi possível observar as seguintes estratégias para fortalecer as mulheres agricultoras familiares através da PNATER: lançamento de editais de ATER para as mulheres com ações diferenciada; disponibilização de recurso de fomento nas chamadas públicas; chamadas públicas menos fragmentadas, a fim de contemplar as mulheres em todas elas; definir estrutura e funcionamento da Agência Nacional de ATER (ANATER) que correspondam aos avanços já conquistados; ampliar o acesso das Mulheres na ATER setorial; maior espaço para mulheres (50% de mulheres beneficiárias ATER agroecologia, 700 técnicos e técnicas a campo); formação de agentes de ATER em metodologias participativas, no atendimento as mulheres e com foco na agroecologia; sensibilizar as instituições de ATER para o trabalho com as mulheres; reorientar as chamadas públicas para além do foco nas cadeias produtivas considerando a diversidade da agricultura familiar e os públicos específicos garantindo 50% do público de mulheres; garantir pelo menos 50% de atendimento e 30% dos recursos para mulheres; garantia de pelo menos 30% para atividades específicas para as mulheres nas chamadas de ATER específicas; pontuação nas chamadas de ATER com técnicas mulheres em todas as chamadas de ATER; e ATER agroecológica; construção participativa nas chamadas das ATER para mulheres; aumento da produção e produtividade no âmbito da agricultura familiar e melhoria da qualidade dos produtos, alimentação das famílias, da autoestima, principalmente das mulheres, renda, através da comercialização do excedente da produção (BRASIL, 2015).

As estratégias descritas, para fortalecer as mulheres agricultoras familiares através da PNATER precisam serem desenvolvidas de forma menos fragmentadas e contínua, ou seja, é preciso criar mecanismos específicos que garantam efetivamente que a perspectiva de gênero se torne um elemento constituinte da própria política.

Apesar de ter-se aprovado também, na II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS), que aconteceu em 2014, que os serviços de ATER

¹⁶ Seminário Nacional de Avaliação da Assistência Técnica e Extensão Rural/ATER foi realizado entre os dias 31 de agosto e 2 de setembro de 2015, em Brasília.

devem investir 30% dos recursos em atividades específicas com mulheres, foi possível notar que na chamada pública de 2015, da Bahia, existe apenas uma orientação, para tratar nas atividades selecionáveis do tipo “coletivas”, do tema inclusão sócio produtiva de Mulheres Rurais. A COOPERA para atender também essa demanda executou, com as mulheres, atividades com os seguintes temas: artesanato, processamento de frutas, doces e salgados.

Na comunidade Terra Vermelha, município de Sátiro Dias, como pode ser observado na Figura 2, foi desenvolvida a oficina de artesanato com materiais reciclável e teve carga horária de 16 (dezesseis) horas. Foi trabalhado a confecção de fuxico, caixinha para lembranças, porta moedas, puff com garrafa pet, peso para portas, árvore de natal e pintura em garrafas.

Figura 2: Curso de artesanato comunidade Terra Vermelha, Sátiro Dias, BA, 2017



Fonte: Arquivo da COOPERA (2017)

No município de Alagoinhas, comunidade Rio Branco foi desenvolvido com as mulheres agricultoras familiares, a oficina sobre processamento de frutas, com carga horária de oito horas (Figura 3). Foi trabalhado a temática microbiologia e normas de higiene, princípios e métodos de conservação dos alimentos, infraestrutura necessária para a prática de processamento, prática de manipulação e preparo do produto: frutas em calda, compotas, sucos, cristalização de frutas, geleias, doce, salgados, massa e polpa de frutas.

Figura 3: Curso processamento de frutas comunidade Rio Branco, Alagoinhas, BA, 2017



Fonte: Arquivo da COOPERA (2017).

Com base nas propostas pedagógicas e relatórios dos cursos foi possível perceber que as atividades específicas desenvolvidas nos serviços de ATER, apesar de contribuírem para a autonomia financeira das mulheres agricultoras familiares, não destacam as discussões sobre as especificidades de gênero, como também não realiza ações que visam a superação da situação de exclusão e desigualdades vivida por essas mulheres e não estão comprometidas com a construção de equidade nas relações de gênero privilegiando iniciativas que estimulem a participação destas nos espaços decisórios, ou seja, as atividades são para as mulheres, mas não há uma perspectiva das relações de gênero em seu conteúdo.

5. MULHERES AGRICULTORAS FAMILIARES NA PEATER- ÁREA DE ATUAÇÃO DA COOPERA - BA

5.1 Contextualização da Área Estudada

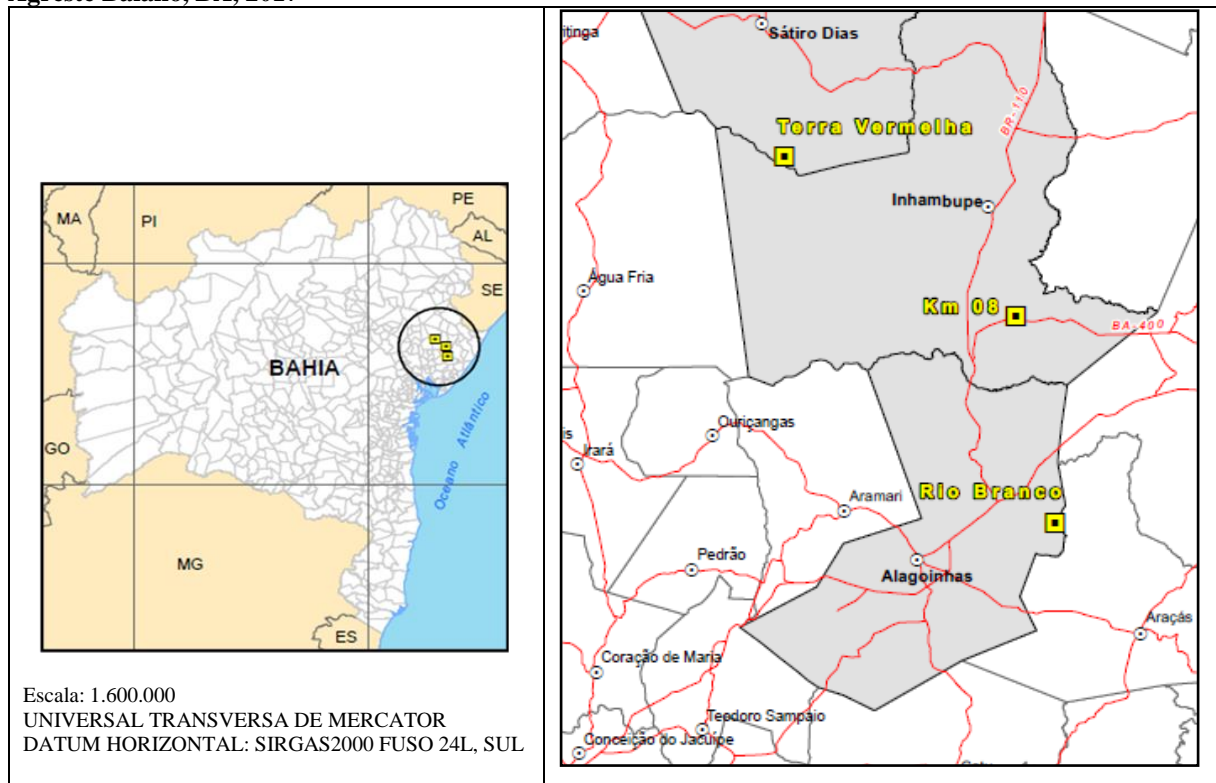
Os princípios do serviço de ATER visam à articulação de políticas públicas de inclusão produtiva, para que os/as agricultores/as familiares tenham acesso aos direitos sociais básicos, a organização e estruturação das unidades produtivas familiares, com melhoria dos processos de diversificação da produção, aumento da produtividade e segurança alimentar e nutricional das famílias, o acesso a mercados locais, territoriais, institucionais, aumentando a renda das famílias com a comercialização dos produtos da agricultura familiar e o fortalecimento da gestão, com preservação ambiental, disponibilização e geração de tecnologias sustentáveis e adequadas.

Com o objetivo de identificar as abordagens metodológicas das atividades desenvolvidas nas chamadas públicas de ATER, para tratar as questões de gênero, deu-se início aos trabalhos dessa pesquisa. A primeira etapa consistiu no mapeamento dos grupos e na realização de entrevistas semiestruturadas, as quais foram realizadas, como já anunciado, com mulheres beneficiárias da chamada pública de ATER, a superintendente da Bahiater, o coordenador de ATER do Território Litoral Norte e Agreste Baiano e técnicos/as da COOPERA.

Os municípios que fazem parte desse estudo, como citados anteriormente são Alagoinhas, através da comunidade Rio Branco; Inhambupe, a partir da comunidade Km 08; e Sático Dias com a comunidade Terra Vermelha.

O mapa a seguir mostra a localização desses municípios e das comunidades pesquisadas.

FIGURA 4: Mapa de localização dos municípios e Comunidades Pesquisadas no Território Litoral Norte e Agreste Baiano, BA, 2017



ELABORAÇÃO: SANTOS, E. L (2017)

A cidade de Alagoinhas está localizada no leste da Bahia. Limita-se ao norte com o município de Inhambupe, ao sul com o município de Catu, a leste com o município de Araçás, a oeste com o município de Aramarí, a nordeste com o município de Entre Rios e a sudoeste com o município de Teodoro Sampaio. A população estimada em 2016, segundo o IBGE, era de 155.262 habitantes. Segundo Araújo (2009), o município de Alagoinhas ostentou o título de maior produtor de laranja, tendo recebido a fama de “terra da laranja”, entre 1948 e 1953. Neste período, destacou-se como grande produtor de cítricos na Bahia. Desde o período imperial até a década de 1960, o município teve como principais atividades agrícolas as plantações de fumo e mandioca. Além do cultivo da mandioca, sobressaiu-se como um dos maiores municípios produtores de leite da Bahia, com a prática da pecuária extensiva na criação de gado de leite, corte e couros. Atualmente, o município se destaca também, na extração de madeira, fabricação de cervejas e refrigerantes, a produção de cerâmica e apicultura (ARAÚJO, 2009).

O município de Inhambupe está localizado na região conhecida como Litoral Norte do Estado da Bahia, limitando-se a leste com os municípios de Aporá e Entre Rios, ao sul com Alagoinhas e Aramarí, a oeste com Água Fria e Sítiro Dias e ao norte com Olindina. A

população estimada em 2016, segundo o IBGE, é de 40.908 habitantes. O abastecimento de água da sede é feito pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA), enquanto comunidades e povoados são abastecidos pela prefeitura, Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia (CERB), que têm água de poços como principal fonte de captação. As receitas municipais provêm basicamente da agricultura, pecuária, avicultura e indústria. Na agricultura o município é o segundo produtor baiano de maracujá, sexto de abacaxi e possui produção expressiva de mandioca e batata-doce. Os maiores rebanhos são os bovinos, suínos e ovinos. Na avicultura destaca-se a produção de galináceos (BAHIA, 2005, p.3-5).

Já o município de Sátiro Dias situa-se a 33 km a Norte-Oeste do município de Inhambupe. A população estimada em 2016, segundo o IBGE, é de 20.376 habitantes. Os principais produtos agrícolas são mandioca, feijão, milho, laranja, maracujá, etc. e os principais rebanhos são bovinos, suínos, avicultura, etc. Os principais produtos do município de origem animal são: leite, mel e ovos (SEI, 2012).

Com base no diagnóstico realizado pelo técnico da COOPERA, referente à chamada pública 001/2015, a comunidade Rio Branco, município de Alagoinhas, foi formada por pessoas de várias aglomerações vizinhas que se uniram a fim de se fortalecer diante as dificuldades encontrada no campo e fundaram uma associação. O nome Rio Branco é derivado do próprio rio que banha a comunidade, que segundo os beneficiários da ATER, a água era branca, ou seja, em função da areia branca no fundo do rio a água era cristalina, dava uma conotação que a mesma era branca. As famílias usavam para lavar, consumir e pescar. O técnico identificou que existem 205 famílias de agricultores familiares, dessas, 30 são atendidas pelo contrato de ATER, como beneficiários/as são 17 mulheres e 13 homens. A comunidade possui uma escola do Ensino Fundamental, poço artesianos, cisterna para consumo e produção, unidade de beneficiamento do mel e beneficiamento de frutas e possui energia elétrica. Em termos de acesso aos Programas, não existem contratos do PNAE e do PAA, a comunidade possui oito contratos do PRONAF. As principais culturas são olericultura, amendoim, milho, laranja e mandioca (COOPERA, 2016).

A comunidade Km 08, situada no município de Inhambupe, de acordo com informações registradas pela Cooperativa era conhecida como Lagoa do Pescoço, por conta da existência de uma lagoa que possuía esse nome. Era conhecida também pelo nome de Rocinha, devido às pequenas roças (propriedades) presentes na localidade. Da BR 110 pela BA 040 sentido Baixa

Grande, até a comunidade são exatamente oito quilômetros e por ser referência para embarque e desembarque, de mercadorias e passageiros, com destino à feira e/ou para a região, denominou-se de Km 08. Atualmente, existem 350 famílias de agricultores familiares, dessas, 30 são cadastradas no contrato de ATER, sendo beneficiários/as 18 mulheres e 12 homens. Existe também nessa comunidade uma escola do Ensino Fundamental, uma do Ensino Médio e com um programa de alfabetização para jovens e adultos. O sistema de abastecimento de água é via CERB, cisterna de consumo e cisterna de produção e possui energia elétrica. Existe uma família com contrato do PNAE ativo e 53 contratos do PRONAF de beneficiários/as. As principais culturas são milho, laranja e mandioca (COOPERA, 2016).

Na comunidade Terra Vermelha, município de Sátiro Dias, o diagnóstico realizado pela técnica com base em relatos dos/as agricultores/as revelou que no passado as famílias habitavam nas margens do rio Inhambupe, onde foram atraídas pelo fácil acesso da água e solos férteis. O solo apresentava predominância de cor vermelha, o que propiciou a denominação da comunidade. Reside na comunidade 85 famílias de agricultores/as familiares, destas, 30 são cadastradas como beneficiárias do contrato de ATER, sendo 21 (vinte e uma) mulheres e 9 (nove) homens. Existe também uma creche, uma escola de Ensino Fundamental e um programa de alfabetização para jovens e adultos. Possui poço artesiano, cisterna de consumo e produção. Possui também, uma unidade de beneficiamento de mandioca. O sistema de abastecimento de água é via CERB e possui energia elétrica. Não existem contratos do PNAE e do PAA, possuem 12 contratos do PRONAF de beneficiários/as. As principais culturas são milho, feijão, mandioca, suinocultura e avicultura caipira (COOPERA, 2016).

O Quadro 2 apresenta informações sobre a localização e composição das três das comunidades¹⁷ pesquisadas, as associações existentes, a quantidade de beneficiários da ATER e sua distribuição por sexo.

QUADRO 2 – População beneficiada com a ATER nos municípios de Alagoinhas, Inhambupe e Sátiro Dias – Bahia, 2015.

Município	Comunidade	Nome da Associação	Total de beneficiários	Mulheres	Homens

¹⁷Estas comunidades são denominadas de núcleos e estes reúnem as comunidades adjacentes.

Alagoinhas	Rio Branco (Rio Branco, Papagaio e Pati)	APACORIB - Associação dos Pequenos Agricultores da Com. do Rio Branco e ACAFARIB - Associação Comunitária dos Agricultores Familiares do Rio Branco	30	17	13
Inhambupe	KM 08 (Km 08, Rocinha, Aldeia II, Varginha, Bonfim, Tabuado e Camamu)	Associação dos Produtores Rurais de Santo Antônio e KM – 08	30	18	12
Sátiro Dias	TERRA VERMELHA (Terra Vermelha, Passagem do Lemo, Barra)	Associação dos Pequenos Produtores de Terra Vermelha	30	21	9

Fonte: A autora (2017)

Apesar do quadro acima destacar a associação existente na comunidade, para ser beneficiário da ATER não necessita ser associado. A COOPERA atende vários beneficiários que não são sócios.

5.2 Mulheres Agricultoras Familiares beneficiárias da ATER

As mulheres agricultoras familiares têm se organizado em grupos, com o intuito de superarem as desigualdades sociais e acessarem as políticas públicas, visando alcançar a igualdade de gênero e promoção da autonomia. A organização social se constitui como uma estratégia na produção de lutas de gênero, pois coletivamente torna-se mais viável articular oportunidades de fortalecimento dos empreendimentos econômicos das mulheres agricultoras familiares.

A ação coletiva dessas agricultoras familiares foi fundamental para que estas alcançassem maior visibilidade política, como: reconhecimento do trabalho na agricultura, lutas pelo direito a terra e pela reforma agrária, acesso aos benefícios da previdência social e participação das mulheres na estrutura sindical.

As mulheres beneficiárias da ATER, que constituem o público alvo dessa pesquisa, fazem parte de grupos como associação, sindicatos e cooperativa, ocupam ou ocuparam cargos e funções nestas instituições. Foram realizadas oito entrevistas com estas mulheres, que são beneficiárias da Chamada Pública de ATER, desde o ano de 2012. Entre essas cinco são cooperadas da COOPERA e três não. Foram selecionadas mulheres não cooperadas com o intuito observar possíveis diferenças na análise das entrevistas.

O trabalho de campo se iniciou a partir de contatos prévios com as mulheres agricultoras, através de telefone e e-mails com objetivo de programar as visitas de acordo com a disponibilidade das beneficiárias. Alguns contatos realizados contaram com o apoio dos técnicos/a e do coordenador de ATER da COOPERA.

Considera-se importante uma breve apresentação das entrevistadas, pois conhecer quem fala e a posição social que ocupa no cenário investigado qualifica tais narrativas. Utilizar-se-á as iniciais dos nomes das mulheres agricultoras familiares como forma de identificação.

1. E.G.S, 40 anos, mora na comunidade Rio Branco, município de Alagoinhas. Filha de agricultor(a) (o pai foi líder sindical). É casada e tem três filhos com idades de 22, 18 e 3 anos. Ela possui o ensino médio completo e se considera da cor parda. Está como diretora da COOPERA há quatro anos. Além da Cooperativa, também é sócia da APACORIB, da ACAFARIB e faz parte da Igreja católica. Lida com a terra desde os cinco anos de idade.
2. E.G.F, 40 anos, mora na comunidade Rio Branco, município de Alagoinhas. Filha de agricultor(a) (o pai foi líder sindical). É viúva e tem três filhos com 23, 22 e 17 anos. Possui o ensino médio completo e se considera da cor parda. Está como coordenadora geral (presidente) do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (SINTRAF) há cinco anos. Essa liderança também é secretária social de saúde da associação, cooperada da COOPERA e do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB), secretária de cooperativismo, associativismo e comercialização na Federação Nacional dos Trabalhadores e

Trabalhadoras da Agricultura Familiar (FETRAF/Bahia) e atua na igreja católica. Lida com a terra desde os seis anos de idade

3. E.C.S, 40 anos, mora na comunidade KM 8, município de Inhambupe. Filha de agricultores. É casada e tem dois filhos com 17 e 12 anos. Possui o ensino médio completo. É tesoureira da Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores Santo Antônio há 10 anos. Se define como de cor amarela. Sua história de labuta com a terra ocorre desde os seus 12 anos de idade. Não é cooperada da COOPERA.
4. A.G.P, 58 anos, mora na comunidade Km 8, município de Inhambupe. Filha de agricultor(a). É casada e tem quatro filhos com 38, 36, 34 e 32 anos. Possui ensino fundamental completo. É diretora de Pequenos Produtores Rurais do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Inhambupe, a 11 anos. Se considera de cor preta. É também sócia da Associação, cooperada da COOPERA e do SICOOB. Lida com a terra desde os seus cinco anos de idade.
5. M.P.E.S, 35 anos, mora na comunidade Terra Vermelha, município de Sátiro Dias. Filha de agricultor(a). É casada e tem seis filhos com idades de 17, 15, 11, 8 e 2 anos e estava grávida de 9 meses. Ela possui o ensino fundamental incompleto e se considera da cor parda. Era vice-presidente da Associação e atualmente apenas sócia. Lida com a terra desde os vinte e um anos de idade. Não é filiada da COOPERA.
6. M.A.B. A, 51 anos, mora na comunidade Terra Vermelha, município de Sátiro Dias. Filha de agricultor(a). É casada e tem três filhos com idades de 16, 15 e 19 anos. Ela possui o ensino fundamental incompleto e se considera da cor amarela. Faz parte da coordenação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR e conselho fiscal da Associação. Lida com a terra desde os dezoito anos de idade. Não é filiada à COOPERA.
7. M.F.O.S, 34 anos, mora na comunidade KM 8o, município de Inhambupe. Filha de agricultor(a). É casada e tem dois filhos com idades de 2 e 11 anos. Ela possui o ensino médio completo e se considera da cor preta. Não é filiada à COOPERA. Era secretária da Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores do KM 8. Lida com a terra desde os sete anos de idade.
8. R.P.S, 37 anos, mora na comunidade Km 8, município de Inhambupe. Filha de agricultor(a). É casada e tem duas filhas com idades de 18 e 22 anos. Ela possui o

ensino médio completo e se considera da cor parda. É filiada COOPERA. Era tesoureira da Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores do KM 8. Lida com a terra desde criança.

Os serviços de ATER requerem esforços para além do enfoque de gênero, é preciso incluir também discussões com estratégias eficazes sobre geração, raça e etnia, pois essas relações sociais encontram-se interligadas. As ações de ATER não contemplam ainda o apoio para atividades específicas voltadas a construção da equidade social, cidadania, superação da discriminação, da opressão e exclusão das mulheres agricultoras familiares, quilombolas, entre outras.

Durante as entrevistas foi questionado sobre a lida no campo/roça, todas as entrevistadas demonstram sentimentos de prazer pelo trabalho realizado e a sobrecarga das atividades desenvolvidas diariamente, como pode ser percebido nas seguintes falas “meu dia a dia aqui é um pouco corrido por que eu levanto de manhã e trabalho na parte da manhã, eu trabalho, limpo, cuido e aí quando o sol esquenta eu venho pra dentro de casa, aí é que eu venho fazer as coisas em casa” (A.G.P, 58 anos, diretora do Sindicato de Inhambupe). Em outra narrativa, a beneficiária destaca a sua contribuição para organização e produção da propriedade, contudo é perceptível o quanto ela minimiza as atividades realizadas: “eu só cuido da horta [...], (risos), mas eu só cuido (E.C.S, 40 anos, tesoureira da Associação). Já M.P.E.S afirmou que é a responsável por todo trabalho agrícola e agropecuário na sua terra, pois o marido é tratorista e não gosta de trabalhar com a agricultura, muitos na comunidade considera ela uma “Maria homem” (M.P.E.S, 35 anos, ex vice presidente). Com estes relatos é possível perceber a importância da contribuição dessas agricultoras na produção para o consumo e gestão econômica da unidade familiar.

Uma das entrevistadas ressaltou também a dificuldade de conciliar as atividades quando da assunção de algum cargo de liderança, pois o tempo para cuidar da produção fica reduzido. Como pode ser percebido na fala de uma coordenadora sindical: “Uma das maiores dificuldades que a gente encontra, que a gente passa a ser líder de uma instituição, a gente termina dedicando o maior tempo a instituição e esquecendo, né? Da questão da nossa propriedade, que é manter a produção, né? Na roça” (E.G.F, 40 anos, coordenadora do sindicato de Alagoinhas). Essa dificuldade está relacionada também com a sobrecarga de tarefas domésticas e produtivas.

Em relação ao que as motivou a assumirem cargos, duas mulheres afirmaram que foi por influência do pai, que era sindicalista¹⁸, outras duas alegam o fato de por ser uma forma de contribuir, ajudar a mudar a realidade daqueles menos favorecidos, se referindo aos agricultores/as familiares; uma informou que foi porque os sócios consideravam ela uma liderança e por isso a escolheram; outra porque a muitos anos já participava de movimentos sociais por isso gosta de assumir cargos e duas responderam que foi porque não tinha ninguém para assumir o cargo na associação, dessa forma uma foi indicada pelos/as sócios/as e a outra sorteada.

Uma estratégia para reduzir as desigualdades existentes entre homens e mulheres é a ocupação de espaços de poder e de decisão, a partir da formação e qualificação. É também o reconhecimento da importância desse lugar, pois observou-se que mesmo a mulher que há muitos anos participava de movimentos sociais, ao ser questionada sobre sua atuação na coordenação no MMTR, afirmou “é...eu estou esquecida até (risos), que cargo é que eu ocupo no movimento de mulher, eu não estou lembrada não” (M.A.B.A, 51 anos, coordenação MMTR). O que dificulta muitas vezes essa qualificação é a tripla jornada de trabalho e diversas formas de discriminação e violência aprofundadas por seu baixo nível organizativo. Os serviços de ATER podem contribuir com essa qualificação, construindo uma parceria com as organizações de mulheres rurais, através do desenvolvimento de ações que fomentem a equidade e o empoderamento (pessoal, social e político) das mulheres.

Sobre a formação escolar, observou-se o aumento de anos de estudos das agricultoras familiares, das oito mulheres que participaram da entrevista, cinco possuem segundo grau completo e três completou apenas o ensino fundamental, e embora com menores níveis de escolarização em relação às demais, essas entrevistadas não demonstraram dificuldades na elaboração das respostas durante o nosso diálogo. Duas delas são também as beneficiárias de maior idade e com maior número de filhos, elementos que podem ter influenciado no campo de oportunidades para continuar os estudos, especialmente na área rural.

Em relação aos níveis de escolaridade das mulheres, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2013), apontou a média de oito anos de estudo para a população brasileira, sendo 7,8 anos entre os homens e 8,2 anos entre as mulheres. Nas áreas rurais, os

¹⁸ Essas duas entrevistadas são irmãs gêmeas, o que pode indicar algumas influências e decisões que foram comuns nos depoimentos.

homens apresentam uma média de 4,8 anos de estudo e as mulheres 5,6. A diferença de escolaridade na zona urbana e rural é marcante. Ressalta-se que mesmo com a diferença entre estas zonas, as mulheres apresentam maior número de anos estudados na comparação com o sexo masculino.

Ao analisar a taxa de analfabetismo no Brasil, percebe-se que para os homens foi de 8,3% e para as mulheres, 7,7% , este é um dado importante pois, por muitos anos a educação foi negada as mulheres e essas eram treinadas para a dedicação às tarefas domésticas e familiares, atualmente as mulheres ainda são menos valorizadas profissionalmente e menos reconhecidas socialmente comparando aos homens. Em termos regionais, as maiores diferenças ocorreram no Norte (9,9% para os homens e 8,3% para as mulheres) e no Nordeste (18,0% para os homens e 14,5% para as mulheres). Apenas nas Regiões Sudeste e Sul a taxa de analfabetismo das mulheres foi superior à dos homens. Essas duas regiões contavam com as maiores proporções de mulheres de 60 anos ou mais de idade em sua população residente, o que pode explicar esse predomínio das mulheres na proporção de analfabetos. (IBGE, 2015)

As desigualdades existentes na educação influenciam as diferenças de gênero. O investimento em formação e capacitação profissional e tecnológica, para os trabalhos agrícolas pode contribuir para as mulheres agricultoras familiares diversificarem as opções de trabalho, aumentar sua renda e fortalecer sua posição pessoal nas instâncias de poder. Essa diversificação pode ser feita através do beneficiamento da produção, acesso a políticas públicas, comercialização, etc.

Na observação sobre a divisão social do trabalho, é evidente a reprodução da sobrecarga de atividades entre as mulheres agricultoras familiares que no caso em questão, soma-se o trabalho doméstico, as tarefas da agricultura e do sindicato/associação/entidades. O cuidado com a casa e com seus ocupantes é de responsabilidade feminina, como relata E.G.S (40 anos, comunidade Rio Branco, diretora da COOPERA) sobre sua rotina, para além das atribuições na entidade: “minha vida no campo eu cuido da minha casa, cuido do meu avô, cuido do meu filho e ainda tenho uma horta, tudo...”. É necessário que as ações do serviço de ATER, ultrapassem o cunho técnico e desenvolvam atividades específicas no campo social problematizando essa divisão sexual do trabalho, sensibilizando os agricultores/as quanto a importância de uma divisão mais igualitária do trabalho reprodutivo (doméstico). Outra beneficiária relata as estratégias realizadas para cumprir as atividades e conciliar a maternidade: “minha filha com

quatro meses já andava de moto comigo. Ia fazer ainda quatro meses, eu amarrava com o pano, por aqui, atracava ela e ia, muitas vezes ela dormia no meio do caminho, Deus me dava condições de eu chegar... eu colocava ela debaixo do pé de cajueiro” (M.P.E.S, 35 anos, ex-vice presidente da associação).

A produção de muitas dessas mulheres é realizada nos quintais da sua propriedade e é destinada para o autoconsumo ou feiras livres, a qual é invisibilizada, por ser considerada atividade complementar ao trabalho masculino. A figura feminina ocupa uma posição de destaque no âmbito privado porque é a responsável pela grande parte das atividades que caracterizam a pluriatividade¹⁹ na agricultura familiar. São as mulheres que exercem um papel central, no contexto da produção familiar, uma vez que são elas que incorporam as atividades para o auxílio da renda familiar. Seja por extensão da jornada de trabalho em indústrias, combinados aos trabalhos doméstico e agrícola, com a transformação de matéria prima em produtos manufaturados, artesanato doméstico ou dedicação a pequenas unidades de comércio localizadas próximas ao local da produção (MARION, 2016). Segundo o relato de uma beneficiária: “ah eu faço tanta coisa (risos)... eu trabalho na enxada, cuido de galinha, cuido do quintal, é... vou lá na horta, nos canteiros ali, faço uma coisa, faço outra, aí pronto, quando eu venho me aquietar já é tarde já (M.A.B. A, 51 anos, coordenadora MMTR “Eu ia plantar feijão, eu com um mês e [que ganhou bebê]... ia fazer dois meses eu já plantei meu feijão, tive cinco sacos de feijão, porque no caso não tenho como me entregar eu tenho cinco filhos, eu não tenho salário (M.P.E.S, 35 anos, ex vice presidente da associação).

5.3 Informações gerais sobre os técnicos/as, coordenador e superintendente entrevistados

Ao total foram realizadas três entrevistas com técnicos/a, dois homens e uma mulher, os quais são responsáveis pelo serviço de ATER nas comunidades que fazem parte da pesquisa. Todos possuem formação em técnico agrícola. Desses, dois possuem nível superior incompleto (um técnico e uma técnica). Cada técnico é responsável por atender 90 (noventa) famílias, 30

¹⁹ Componentes de unidade familiar executam diversas atividades no interior ou fora da sua exploração agrária, com a finalidade de obter um ingresso econômico correspondente, de forma a que a convencional a identidade entre família e unidade de produção deixa de existir. Já que o exercício de atividades familiares (agrícolas e não agrícolas responde ao impacto de variáveis internas à família e a exploração, assim como de elementos externos que derivam do macro sócio econômico e do mercado de trabalho (agrário e não agrário). (ANJOS, 2003, p.246)

(trinta) famílias por comunidade. Esses técnicos/as geralmente atuam nos municípios²⁰ e comunidades nos quais residem ou que são mais próximos de sua residência.

As atribuições dos técnicos/as de campo são: mobilizar e identificar os/as agricultores/as familiares; fazer acompanhamento técnico às famílias; apoiar os processos de construção do conhecimento a partir das inovações tecnológicas atualizadas e adequadas à realidade, com vistas a potencializar as experiências concretas desenvolvidas por agricultores/as em seus agro ecossistemas; realizar a sistematização das atividades executadas, bem como a sistematização de experiências que possam subsidiar o processo de construção do conhecimento; realizar atividades de articulação local junto a gestores/as públicos/as, agentes financeiros, instituições de pesquisa e organizações parceiras para aprimorar os processos de produção, fortalecer a organização produtiva e ampliar o acesso a mercados e às políticas públicas para a agricultura familiar; participar de formações e de reuniões de planejamento e trabalho da equipe do projeto; mobilizar e selecionar os agricultores e/ou agricultoras, bem como emitir laudos para acesso ao Programa Garantia Safra; apoiar ações de programas de distribuição de animais, sementes, mudas, equipamentos, etc. da SDR ou parceiros que tenham como beneficiário a agricultura familiar. realizar e sistematizar o diagnóstico comunitário e da unidade de produção familiar, e demais documentos quando necessário; elaborar Plano Produtivo, Econômico e Ambiental da Unidade de produção familiar, o CEFIR, levantamento para regularização fundiária e o planejamento comunitário; desenvolver, aplicar e consolidar, em conjunto com os agricultores familiares beneficiários, soluções técnicas, gerenciais e tecnológicas de sistemas de produção sustentáveis nas unidades produtivas familiar; realizar acompanhamento e monitoramento das atividades do Plano Produtivo, Econômico e Ambiental da Unidade de produção familiar e do Plano Comunitário; participar de reuniões de planejamento e de trabalho da equipe do projeto; articular esforços junto a outros atores sociais (governamentais, não governamentais e/ou empresariais), que possam resultar em oportunidades para o aprimoramento do projeto; participar das formações e reuniões promovidas pela BAHATER (BAHIA, 2015).

O coordenador de ATER da COOPERA²¹, com base no edital da chamada pública de ATER da SDR/Bahia (Nº 001/2015), tem como atribuições: coordenar, acompanhar e

²⁰ A proporção de técnicos/as que residem em municípios do território que integram o lote, no edital, é um dos itens que também pontua no barema de seleção para contratação.

²¹ O atual coordenador tem 31 anos, possui nível superior (Agronomia), está no cargo desde 2013, reside no município de Inhambupe.

monitorar os trabalhos da equipe técnica em todas as etapas da execução; coordenar e supervisionar a organização, manutenção e atualização do banco de dados; coordenar reuniões de planejamento e de trabalho da equipe técnica; articular oportunidades de fortalecimento dos empreendimentos econômicos dos agricultores familiares no âmbito da sua atuação; articular ações junto a gestores/as públicos/as, agentes financeiros, instituições de pesquisa e organizações parceiras para aprimorar os processos de produção, fortalecer a organização produtiva e ampliar o acesso a mercados e às políticas públicas para a agricultura familiar; interlocução e articulação com a Bahiater, Serviço Territorial de Apoio a Agricultura Familiar (SETAF), Serviço Municipal de Apoio à Agricultura Familiar SEMAF e outros órgãos, quando necessário; apoio metodológico e operacional às equipes técnicas; coordenar e supervisionar o envio de dados aos sistemas informatizados; coordenar e supervisionar os documentos gerados pelo contrato (atestes, relatórios, materiais sistematizados etc); acompanhar os processos de sistematização, documentação e publicação de materiais formativos e de divulgação; e participar das formações e reuniões promovidas pela Bahiater.

Já a superintendente da Bahiater²² é responsável pelo órgão que faz a formulação e gestão da PEATER. Atualmente o Estado contrata instituições para executar o serviço de ATER, por meio de chamada pública destinada a classificar propostas técnicas apresentadas pelas entidades executoras.

5.4 Possibilidades, limites e desafios da ATER para o fortalecimento mulheres agricultoras familiares

A pesquisa de campo com as mulheres agricultoras familiares se desenvolveu na perspectiva de identificar, sob o ponto de vista delas, as contribuições da PEATER para melhoria da qualidade de vida e redução das desigualdades de gênero. Segundo Nobre (1995, p. 299): “a qualidade de vida é a sensação íntima de conforto, bem-estar ou felicidade no desempenho de funções físicas, intelectuais e psíquicas dentro da realidade da sua família, do seu trabalho e dos valores da comunidade à qual pertence”.

²² A superintendente é graduada em Letras e mestre em Gestão de Políticas Públicas.

Apesar das questões de gênero se constituir em um tema transversal na PNATER, foi possível perceber tanto nas entrevistas com as agricultoras familiares, quanto com os técnicos, a dificuldade destes dialogarem e de incorporarem sistematicamente essa temática, por dentro das atividades produtivas, organizativas, políticas, culturais e ambientais. O enfoque de gênero ou foi contornado ou não aconteceu nas ações desenvolvidas. Essa inferência poderá ser observada durante a apresentação da análise dos depoimentos.

Ao perguntar para as entrevistadas como ocorre a assistência técnica foi dito: “a assistência técnica que eu tenho, que o técnico tem me prestado é assim, chega na minha propriedade faz uma visita, se tiver um fungo lá de uma lagarta, um inseto, ele vai me orientar como fazer” (E.G.S. 40 anos, diretora da COOPERA). Em outra narrativa destaca-se: “ele vem pra saber como é que está desenvolvendo a roça se está tendo aquela, aqueles períodos que tinha a lagarta, se qual a forma do veneno que nós combatemos...” (M.F.O.S, 34 anos, ex secretária da associação). As narrativas revelam que o trato com as mulheres se direciona para informações técnicas, sem considerar as especificidades de gênero, propostas pela PEATER, como também pode ser observado depoimento de outras beneficiárias:

Ele [o técnico] vem, ele me aconselha, me pergunta a atividade que eu estou fazendo, orienta, como agora mesmo eu fiz a aplicação do adubo na laranja, que teve a estiagem, aí depois ele vem e faz a pesquisa, procura a data, saber o dia que eu apliquei, aí também me ajuda, como agora mesmo a semente que eu precisei de plantar o adubo verde, que é o feijão de porco e ele trouxe, aí veio e me orientou como plantar para ser melhor. (A.G.P, 58 anos, diretora do Sindicato de Inhambupe).

É ele chega, faz visita a gente marca reunião para a gente participar e conhecer muito mais , é no caso, sobre um adubo que a gente não sabia o que fazer com água da manipueira, muitas vezes a gente perdia. Hoje a gente já sabe que não pode ter uma roça de mandioca, ou até mesmo uma roça de feijão e plantar só colocando veneno, a água da manipueira serve para matar as formigas, o técnico dá muita explicação pra gente. Tem o ninho também, a gente usa o ninho pra várias coisas, é uma planta e, então isso vem abrir nossa mente, coisas que a gente não conhecia, que muito dessas pessoas trabalha mais com torde, com herbicida e nós que temos o conhecimento não vai pra esse lado (M.P.E.S, 35 anos, ex vice presidente da associação).

[...] eles são presentes aqui na minha comunidade, ele faz o projeto de análise de solo, tem o projeto que eu fiz parte agora, que eu fui sorteada do CEFIR, que ele me orientou sobre o projeto que tem que deixar uma parte, reserva ambiental e aí eles, eles me orientando como é que fazia as coisas do criatório dos suínos e tudo (R.P.S, 37 anos, ex tesoureira da Associação).

É possível afirmar que as atividades desenvolvidas pelos técnicos, nas propriedades são voltadas para a produção agrícola. Os conjuntos de atividades a serem contratadas estão

definidas na chamada pública de ATER têm sua execução prevista para três anos e são divididas nas categorias pré-fixadas e selecionáveis. As atividades pré-fixadas são de caráter individual e coletivo: reuniões de articulação com parceiros (4h), mobilização e seleção das famílias (4h), diagnóstico da Unidade Produtiva Familiar (UPF) (4h), diagnóstico comunitário (8h), planejamento comunitário (8h), elaboração do plano produtivo sustentável da UPF (4h); levantamento para regularização fundiária e ambiental (8h), atualização do diagnóstico da UPF no final do 3º ano (2h), avaliação e planejamento anual, no final do 2º ano (4h); e avaliação final (4h).

Já as atividades selecionáveis são de caráter individual e coletivo para construção do conhecimento em ATER com duração variável, devendo ser distribuídas e descritas considerando a carga horária apresentada na chamada pública, atividades individuais, com carga horária de 2 a 4 h e atividades coletivas de 4 a 16 h. As atividades selecionáveis do tipo “coletivas” deverão tratar dos seguintes temas: produção agrícola, pecuária e florestal de base agroecológica e orgânica; boas práticas no uso e manejo da água de consumo e produção; manejo e conservação do solo e da água; sistemas agroflorestais; substituição progressiva do uso de insumos químicos por insumos naturais; segurança alimentar e nutricional; reservas estratégicas de alimentos para consumo animal; produção, seleção, conservação, armazenamento e formação de bancos de sementes; orientação quanto à preservação e regularização ambiental e fundiária; gestão de empreendimentos (agroindústrias) e agregação de valor aos produtos da agricultura familiar; acesso aos mercados e organização produtiva da agricultura familiar; instrumentalização e acesso a políticas públicas da agricultura familiar (Programa de Aquisições de Alimentos - PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, PRONAF, Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, Garantia Safra, Sementes e Mudanças, etc); formação de áreas demonstrativas de produção sustentável; inclusão sócio produtiva de agricultoras familiares; plano de ação para a juventude rural; elaboração de projetos de inclusão produtiva na agricultura familiar; e outros temas vinculados ao objeto desta Chamada Pública e que sejam identificados nas atividades de “diagnóstico comunitário” ou “diagnóstico da UPF”, devidamente justificado e autorizado pela Bahiater²³.

²³ Chamada pública para seleção de entidades executoras de serviços de assistência técnica e extensão rural para a promoção da sustentabilidade das unidades produtivas familiares do Estado da Bahia, nº 001/2015 lançada em outubro, pela SDR.

Com base na chamada pública de ATER analisada, percebe-se que os serviços de ATER são voltados para a produção, ou seja, melhoria técnica, pois as entidades selecionadas precisam cumprir as normas técnicas exigidas e contratadas. A atividade com as especificidades de gênero, que é a inclusão sócio produtiva de agricultoras familiares está nas atividades selecionáveis, mas não foi possível identificar, através das entrevistas, nenhuma ação direcionada para essa temática. Identificou-se apenas algumas capacitações voltadas para criação de galinha caipira e suínos, como pode ser observado na Figura 5.

Figura 5: Curso sobre criação de galinha caipira e suínos, COOPERA, Inhambupe, BA, 2018



Fotografia: COSTA, E.R (2018)

As beneficiárias pontuaram melhorias em sua vida depois da ATER, como pode ser observado na fala da agricultora E.G.S (40 anos, diretora da COOPERA), “a melhoria é como você produzir melhor, né? A questão do milho que as pessoas plantavam de três caroços, agora a gente só planta de um caroço, espaçamento de 40 a 50 centímetro, né? E aí tem uma produtividade bem maior”. Outra entrevistada destaca: “A diferença é que aqui adubava com adubo químico e depois da assistência aí trocou, é orgânico. Não usar esses produtos químicos, pra matar mato. Usa tudo orgânico” (E.C.S, 40 anos, diretora da COOPERA). “A qualidade mudou, a gente aqui era esquecido do mapa, do conhecimento, a gente tem mais conhecimento,

tem palestra, tem conhecimento lá na COOPERA, orienta a gente participar e antes a gente não fazia” (R.P.S, 37 anos, ex tesoureira da Associação). A beneficiária representante do sindicato do município de Inhambupe relata também melhorias relacionadas a área produtiva e ampliação de renda:

Eu tive mais conhecimento, porque minha laranja mesmo que estava sem botar, aí devido ao fertilizante que foi orientado pela assistência técnica, esse ano mesmo na estiagem eu consegui vender a laranja, no peso e tive uma renda boa é que agora já foi aplicado de novo o mesmo adubo, que foi providenciado por ele, pela assistência técnica, aí eu vi a mudança em minha laranja, mudou muito a roça. (A.G.P, 58 anos, diretora do Sindicato de Inhambupe).

Os serviços de ATER, como pode ser observado nas entrevistas com as beneficiárias e na Figura 6 estimularam o fortalecimento das atividades produtivas, tendo como perspectiva a produção de alimentos de base ecológica. Essas ações são fundamentais para segurança alimentar e à melhoria da qualidade de vida das mulheres agricultoras rurais.

Figura 6: Produção de adubos orgânicos comunidade Terra Vermelha, Sátiro Dias, BA, 2017



Fonte: Arquivo da COOPERA (2017).

Quanto à frequência do serviço, caracterizado como a visita do/a técnico/a na propriedade das agricultoras familiares, foi unânime a afirmação de que não existe um agendamento para realização das visitas, depende muito da periodicidade da produção. Como revela esse depoimento: “É por etapa né? Tem casos que é de mês em mês, em dois em dois meses, porque dentro do projeto de ATER tem as etapas das visitas. Diagnóstico essas coisas, então é por

etapa, não é direto” (E.G.S, 40 anos, diretora da COOPERA). “Não, não tem data não de repente ele aparece, entendeu?” (M.F.O.S, 34 anos, ex secretária da Associação). Para a representante do Sindicato de Inhambupe, a frequência do serviço depende da produção desenvolvida na propriedade:

Ele vem sempre, quando eu estou assim com mais atividade ele frequenta mais tempo, ele vem com mais frequência, porque como eu estou agora com criatório, devido a frieza que é muita aí dá muito prejuízo, às vezes, mas quando tem ele visita quase toda semana, ele está passando por aqui. (A.G.P, 58 anos, diretora do Sindicato de Inhambupe).

Uma das beneficiárias entrevistada ressalta que é constante a visita do técnico:

Ultimamente ele tá vindo aqui frequente e não estava me achando em casa (risos) e nem no trabalho. Teve até um dia que ele passou aqui que queria saber onde é que eu andava mulher que eu estava sumida eu disse que estava trabalhando aí eu informei a ele, mas ele é presente tem uns 15 dias mais ou menos que ele tava aí fez uma tarde de uma palestra lá sobre o tal de pano piso que ele fez no colega da gente e ele é frequente aqui na comunidade (R.P.S, 37 anos, ex tesoureira da Associação).

Tal prática se constitui em um sério problema da ATER, que é muito debatido em várias instâncias de sua estruturação. A frequência das visitas e atividades tem impacto direto na qualidade do serviço, pois acontece do técnico/a chegar na propriedade e não encontrar os/as beneficiários/as por estarem inseridos/as em atividades externas. Com agendamento prévio, possivelmente o serviço prestado aconteceria de forma mais tranquila e eficiente. Apesar dessa dificuldade, de forma geral, a assistência é considerada satisfatória pelas mulheres entrevistadas, essas se identificam com a ATER, ao perceber na prática, a melhoria que esta trouxe para a produção.

Um dos destaques durante a realização das entrevistas acerca dos serviços de ATER foi a possibilidade de acompanhamento das tecnologias, com base nas informações que os técnicos repassam, o aprendizado nos dias de campo, de como fazer adubo orgânico e a venda para o comércio justo. Foi perceptível durante as visitas nas propriedades, para realizar as entrevistas com as agricultoras familiares, que a ATER na prática incentiva o uso de tecnologias mais adequadas e sustentáveis, favorece também a abertura de novos caminhos em termos de produção e mercado, como citado o comércio justo, e aproxima o agricultor/a de novos conhecimentos e processos.

Os principais problemas que as entrevistadas tinham e que a ATER conseguiu resolver, segundo elas, trata-se do controle das pragas, através do uso de fertilizantes naturais e a baixa produção. Foi possível perceber que a resolução desses problemas relacionados à produção impactou diretamente no aumento da renda das mulheres agricultoras familiares, pois ao controlar as pragas, há o aumento da produção e do lucro com vendas dos produtos. Essa ampliação da renda foi percebida pelas mulheres, ao participarem de um curso oferecido pelo Serviço de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), sobre contabilidade rural. Isso pode ser observado nesse depoimento da beneficiária sobre problemas solucionados pela ATER:

Duzentas cabeças de galinha, deu cabeça inchada, no caso algumas delas e morrendo, morrendo e eu sem saber o que fazer e quando Jonh Lennon chegou, eu por amor de Deus me dá esse socorro (risos) que eu não sei o que fazer, no caso assim, eu peguei o projeto (Banco do Nordeste), comecei cultivar e não tinha conhecimento, ele chegou e falou e levou meu problema pra lá, tirou foto das galinhas, levou pra lá e Deus abençoou que eles indicaram (M.P.E.S, 35 anos, ex vice presidente da associação).

Além desses problemas técnicos relacionado a produção, muitas mulheres, principalmente as rurais, enfrentam desafios, preconceito, discriminação e uma série de dificuldades, como distribuição dos cargos de liderança, recebem menos que os homens, ocupando os mesmos cargos, o medo e a insegurança em sair da área doméstica, dos arredores da casa, do espaço privado, para se arriscar em atividades de gestão administrativa e financeira, antes atividade exclusiva dos homens, ao mercado de trabalho. Isso pode ser observado em uma das falas das beneficiárias, quando essa foi obrigada a deixar de trabalhar em uma empresa:

Meu marido não aceitava não, mas depois quando ele saiu ele queria que eu sáisse também, a gente sempre desencontrava os horários, quando eu estava chegando, ele estava indo, porque ele trabalhava pelo grupo da noite... Tive que sair e também a responsabilidade já tava ficando nessa daí, que no tempo ela tinha o que, na prática acho que uns nove ou dez anos, a que hoje tem dezessete, ela ficava com muita responsabilidade que não era pra ela, ela ficava com a que hoje tem onze, e com o que tem oito, que na época ele só tinha parece que um ano e oito meses, ela já estava tomando aquele peso que não era pra ela, e eu vendo que tava ficando com aquele trauma, que ter que tomar responsabilidade, de panela pra não queimar, isso e aquilo, tinha medo bastante de quando chegar ter alguma coisa errada, aí eu vi que não estava sendo o suficiente, que não estava corrigindo certo e também ouvia muitas brigas de meu esposo que ele não aceitava. Era bom o salário, mas ele via que tinha muito desencontro, a gente passava final de semana, tinha vez que não tinha final de semana pra gente era trabalho, pra ele tinha, pra mim não. (M.P.E.S, 35 anos, ex vice presidente da associação).

Em relação à organização da comunidade depois da ATER, seis beneficiárias informaram que este serviço não influenciou na organização da comunidade e sim das/os beneficiárias/os. “A comunidade não, as pessoas que querem crescer, com a tecnologia nova cresce, né? (E.G.S, 40 anos, diretora da COOPERA). “Acredito que sim, pelo menos a gente, que tem o acompanhamento, que não é a comunidade toda, mas a gente que tem acompanhamento, eu acho que sim” (M.A.B. A, 51 anos, coordenadora MMTR). Logo é possível afirmar que os avanços foram para os beneficiários (as) da ATER.

Seis beneficiárias registram mudança nas suas vidas, após a assistência técnica, mas essa não é uma posição de consenso, haja vista que duas outras informaram não sentir mudança, “oh, até agora não, mas eu gostaria que mudasse (E.G.F, 40 anos, coordenadora do Sindicato de Alagoinhas). A mudança informada pelas beneficiárias foi referente a ampliação do conhecimento e aumento de renda como pode-se observar nessas falas:

[...] antes a gente pegava as farinhas, no caso assim fazia vinte, trinta sacos de farinha vendia todo, no caso não tinha nem como dizer assim não vou. Hoje a gente tem amor ao nosso suor, a gente quando coisa entregava por nada suor só era acabar de fazer, aquele gosto de fazer e entregava por nada, pelo qualquer dinheiro, hoje não, com a mente que foi se abrindo, tipo pode guardar, como eu mesmo esse tempo guardei meu vinte e pouco sacos, na lata de farinha, a gente tem aquelas pessoas que sempre fica, que vive do litro, que nos procura e que a gente sabe hoje dá valor (M.P.E.S, 35 anos, ex vice presidente da associação).

Ah mudou sim, assim, às vezes nós aqui na zona rural temos uma informação que outra, a pessoa que vem de fora assim como você já traz pra nós, já é melhor, porque conversando com a pessoa, e fala assim em nossa aula ensinou botar tal remédio, lá em nosso planejamento ensinou pra colocar tal remédio, em tal, se a lagarta tá... Dando orientação pra aquelas pessoas que não participam (M.F.O.S, 34 anos, ex secretária da Associação).

Teve muita mudança por que na primeira parte que eu plantava as minhas coisas eu plantava avulso de qualquer jeito e ele me ensinou uma maneira de plantar pelo menos a parte do milho que eu plantava em uma parte que eu achava que estava certa, mas não estava. Ele mudou a quantidade do caroço, o espaço direitinho que rende mais e é melhor de trabalhar do que eu plantava antes, a gente plantava de uma maneira que podia tirar em dois, três sacos de milho, na maneira que ele ensinou a gente tira mais, tira o dobro, rende mais, aí é melhor (R.P.S, 37 anos, ex tesoureira da Associação).

Depois da ATER, quatro das entrevistadas afirmaram que passaram a participar mais de eventos, feiras e cursos. Isso pode justificar também, a ampliação de conhecimentos, a qual não é referente aos programas e políticas públicas direcionadas pelos governos, para as mulheres

agricultoras familiares, pois todas as entrevistadas não souberam citar nenhuma dessas políticas e/ou programas. Isso revela a ausência de difusão das informações, bem como a não preparação da equipe técnica e das entidades, as quais as mulheres representam.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que tem por objetivo a aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar, foi acessado apenas por uma das entrevistadas, a qual informou que vendeu individualmente a laranja para a COOPERA e a cooperativa entregou para prefeitura. Já o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que financia projetos individuais e coletivos com o objetivo de gerar renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, foi acessado por cinco das beneficiárias, a maioria do recurso foi investido na criação de galinha caipira. Todas as entrevistadas possuem a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), que é “o instrumento que identifica os agricultores familiares e/ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, aptos a realizarem operações de crédito rural ao amparo do PRONAF e acessarem outras políticas públicas” (BRASIL, 2017). Ao serem questionadas sobre o significado da DAP, uma mulher informou que tem, mas não sabia o significado, as outras sete responderam que sabiam, disseram o significado e o objetivo do documento como pode ser observado, no depoimento de uma delas:

A DAP é um documento importante que a gente tem que ter pra fazer projetos, fazer tudo, até inclusive mesmo essa questão desse projetos tem que ter a DAP, e aí é um documento, que a gente tem que ter pra tudo, se você quiser acessar um crédito assim, você tem que ter ele, tudo hoje em dia...se pede a DAP, se é pra fazer um garantia safra você tem que ter (M.A.B. A, 51 anos, coordenadora MMTR).

Apesar da COOPERA oficialmente participar como membro titular dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (CMDs) de Inhambupe, como ouvinte nos municípios de Aporá e Sátiro Dias, as entrevistadas informaram que nada foi dialogado sobre a participação das mulheres nesse espaço, nem sobre posições de lideranças na associação, sindicatos, cooperativas, geração de renda para as mulheres e divisão sexual do trabalho. Para que a PEATER esteja comprometida com a construção de equidade nas relações de gênero deve privilegiar iniciativas que estimulem a participação feminina nos espaços decisórios e isso não foi observado na pesquisa em questão.

Uma entrevistada ressaltou que ao chegar na sua propriedade o técnico dialoga com o marido, ao ser questionada sobre as razões dessa prática, uma vez que ela é a beneficiária e o marido que é atendido pelo serviço de ATER, a mulher informou que ele é quem é o agricultor. Isso na prática não procede, pois, essa beneficiária, além de lidar diariamente com a produção agrícola em sua propriedade, também possui Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e é tesoureira da associação. Essa entrevistada se identifica como dona de casa, mas ela trabalha também, nos serviços gerais, em uma escola municipal da comunidade. Os serviços de ATER precisam também reconhecer e sensibilizar as mulheres agricultoras familiares, quanto a importância delas serem beneficiárias diretas das políticas públicas e das suas atividades produtivas para o autoconsumo e composição da renda familiar, pois para Fraser (2007) negar a alguém o reconhecimento é privá-la(o) dos pré-requisitos fundamentais para o pleno desenvolvimento humano.

Para as entrevistadas, falta na ATER uma orientação direcionada às mulheres que aborde questões como capacitação (manipulação dos alimentos, higienização, artesanato, corte e costura), elaboração de projetos, encontro de mulheres, geração de renda, empoderamento e incentivo a comercialização. Percebeu-se nas entrevistas uma ênfase nas atividades tipicamente “femininas”, isso acontece devido a invisibilidade do trabalho feminino na agricultura familiar influenciada pela divisão sexual do trabalho. Ou seja, para Mourão (2009), as mulheres tendem a identificar-se, centralmente, com os trabalhos domésticos, destinados a reprodução social da família, o que inclui os trabalhos com os quintais, as hortas, os cuidados com os pequenos animais, beneficiamento de alimentos e artesanatos.

Quando indagadas sobre se gostariam de continuar recebendo o serviço de ATER, todas informaram que sim. Uma das entrevistadas destacou, “eu continuo querendo receber, até porque conhecimento é sempre bom a gente ter na vida da gente. Quando a gente passa a receber ATER, o que nos faz bem, a gente também para no processo que não vai crescer” (E.G.S, 40 anos, diretora da COOPERA). Percebe-se que este serviço, mesmo passando por dificuldades na execução quanto às questões de melhoria da qualidade de vida e redução das desigualdades de gênero, as entidades executoras, mesmo de forma tímida, contribuem para inclusão sócio produtiva dessas mulheres, pois muitas beneficiárias tiveram ampliação da renda, através de alternativas de produção desenvolvidas pelo serviço de ATER, como por exemplo as orientações repassadas referente ao espaçamento da plantação do milho, que dobrou a produção.

Para seis das beneficiárias, se o Programa de ATER fosse suspenso, haveria impactos negativos para a agricultura familiar. Uma dessas afirmou que:

[...] se o projeto, se Temer [presidente da república] chegar a suspender a ATER acho que os agricultores familiares estão ferrados, porque você vê que em uma época dessa aí, a laranja deu aquele... fungo, a couve deu a lagarta, o técnico da COOPERA foi pra lá, levou as apostilas, como você controlar naturalmente, né? Então já pensou se nós não tivéssemos o serviço de ATER, a gente ia procurar quem, né? Então se for olhar por esse lado, Temer chegar a tirar o serviço de ATER, na nossa comunidade, no nosso município acabou os trabalhadores. (E.G.S, 40 anos, diretora da COOPERA).

Apesar da entrevistada associar a suspensão da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) a determinado governo, o que se percebe atualmente é o desmonte de algumas conquistas dos movimentos sociais, como o Ministério de Desenvolvimento Agrário e a redução no orçamento destinado a agricultura familiar. Na Bahia a extinção da EBDA também trouxe prejuízos para essa categoria.

O reconhecimento da assistência prestada pelos/as técnicos/as é positivado pelas mulheres agricultoras familiares, como pode ser observado nas entrevistas, “com a ATER a gente só tem a ganhar por que se, se não for pra ajudar prejudicar também eles não prejudicam a intensão é procurar ajudar ele sempre está disposto” (R.P.G, 37 anos, ex tesoureira da associação). “Abri muito mais minha mente” (M.P.E.S, 35 anos, ex vice presidente da associação).

Paralelo as entrevistas realizadas com as mulheres agricultoras familiares beneficiárias do serviço de ATER foram entrevistados/as também, com representantes das entidades executoras e gestora do serviço de ATER. As entrevistas foram orientadas com foco nos seguintes aspectos: as dificuldades dos técnicos/as para trabalhar as questões de gênero na PNATER e as abordagens metodológicas de gênero trabalhadas pelos técnicos e planejadas pelos gestores.

A proposta da Bahiater para a assistência técnica, segundo a superintendente Watanabe (2017), segue os caminhos direcionados pela PNATER e pelas conferências territoriais, estaduais e nacionais:

Então, a Bahiater está completamente mergulhada nessa discussão, nesses princípios da política de ATER, da política nacional de ATER, o Estado da Bahia também sai a frente, tem a sua política estadual de ATER e paralelo a além disso, tem as conferências, as conferências territoriais, estadual e conferência nacional de ATER, que apontou vários caminhos. Então hoje o compromisso da Bahiater é estar, é mergulhar nessas resoluções que nós já temos, é assumir esse compromisso e seguir cumprindo com essas deliberações desses espaços coletivos, e da própria lei de ATER, pra chegar até o mundo rural, com mais qualidade olhando as especificidades do público, olhando povos e comunidades tradicionais, quilombolas, fundo e fecho de pasto, mulheres rurais, jovens rurais. Então é ter esse olhar mais apurado né, entender que nós não podemos tratar de forma igual os diferentes, mas que a gente tem que entender que mundo rural é esse e entender quais são as reais demandas das pessoas, que muitas vezes a gente vai com um pacote, como a ATER tradicionalmente fazia, na verdade assistência técnica fazia tradicionalmente, mas que isso não era efetivamente as reais demandas da população rural, então, o compromisso da Bahiater é fazer esse diálogo mais íntimo, com a população rural entender melhor, quais são as suas reais demandas. (WATANABE, 2017).

Foi possível observar durante a pesquisa que os serviços de ATER na prática, não considerou as especificidades de gênero, pois não foram desenvolvidas ações específicas para superação da situação de exclusão vivida pelas agricultoras familiares.

O coordenador de ATER da COOPERA ressaltou na entrevista alguns avanços e limites da ATER, nos serviços prestados por essa instituição. Segundo o coordenador, desde 2014, avanços são observados quanto à forma de gestão da propriedade, a participação de mulheres e de jovens, e ainda o acesso às políticas públicas da agricultura familiar, como o PRONAF, Garantia Safra, o PNAE. Mas, o coordenador salienta também as limitações:

[...] em termos de limitações a gente ainda encontra, algumas limitações, na qual vai principalmente em relação ao próprio agricultor como pessoa né? Nós temos um público é que vive em alguns municípios desacreditados das questões das políticas governamentais, pela falta do acesso que até então não se tinha, né? Outra questão é... do próprio alcance de uma ATER mais efetiva, as questões climáticas. Nós temos aí ao longo do tempo é uma curva de oscilação muito grande em relação a pluviosidade é... índice de chuva, distribuição da própria chuva isso tem limitado as ações... os avanços da ATER. (J.S.S, 31 anos, coordenador de ATER da COOPERA)

As instituições precisam desenvolverem práticas de convivência com o semiárido nos serviços de ATER, para minimizarem as dificuldades climáticas encontradas. Para além das questões ambientais, as quais interferem diretamente no cultivo e comercialização, o coordenador resalta também como uma limitação a questão legal relacionada à PNATER, Lei

nº 12. 188, uma vez que para uma boa execução são necessárias estruturas de funcionamento com garantia de investimento financeiro na política:

[...] nós não temos orçamento, não que eu conheça... que direcione um orçamento anual, para essas atividades de ATER, principalmente ao nível federal, nós temos criado aí a ANATER, que é a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, na qual ainda não está operacionalizada. Então muitos recursos que porventura viriam, é do orçamento pra PNATER, para chegar aos Estados, para chegar hoje aos nossos agricultores da Bahia, do Litoral Norte e Agreste Baiano, não chega em virtude de ter um travamento orçamentário, então é um dos grandes gargalos que a gente tem hoje, a ATER, vamos dizer assim, ela é encarada como um serviço essencial, assim como o serviço de saúde, através do SUS, então assim a gente tem que ter recurso garantido por que essa interrupção de recurso faz com que você também quebre um elo entre o agricultor e o técnico, em muitos casos a gente observa em nossa região que essa interrupção quebra todo um trabalho construído, quebra uma metodologia, quebra o estímulo as famílias de práticas agroecológicas, quebra o estímulo a comercialização, quebra o estímulo do agricultor... (J.S.S, 31 anos, coordenador de ATER da COOPERA).

Muitas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar ainda se deparam com a limitação de recursos, o que dificulta a ampliação do número de beneficiários/as e compromete a qualidade e continuidade do serviço prestado. Quando se trata de políticas públicas específicas para as mulheres, isso se agrava ainda mais, pois as poucas políticas em relação às mulheres têm uma capacidade limitada, maior. Na matriz de sistematização do seminário nacional de ATER, apareceram dificuldades, desafios, propostas e limitações da ATER, devido à escassez de recursos financeiros, as quais foram assim apresentadas: maior disponibilidade de recursos para estruturação dos serviços, retomar debate sobre transferência fundo a fundo revertendo recursos específicos, financiar a ATER municipal com recursos do Pré Sal e outros, modificação na lei para que permite a antecipação de recursos para início das atividades e permissão de construção de consórcios de entidades de ATER, recursos de pagamento do PRONAF que deveriam ser revertidos para ATER, disponibilização de recursos de fomento nas chamadas de juventude, mulheres e agroecologia, maior flexibilidade na utilização dos recursos das chamadas em atividades de perfil diferenciado, fortalecer estrutura física e de recursos humanos para a execução da ATER, recursos para formação dos agentes de Ater incluído nas chamadas públicas dos serviços, recursos para recreação infantil incluídas nas chamadas pública, disponibilizar recursos para produção de novos materiais sobre metodologias de ATER, garantir 30% de recursos para atividades específicas, e recursos para estudos, composição de equipe, articulação das demais políticas públicas (BRASIL, 2015) .

As questões e abordagens metodológicas de gênero não aparecem como um limite nos serviços se ATER, mas durante a entrevista com técnicos/a foi possível observar a limitação destes/a, para trabalharem tal temática.

O entendimento dos/a técnicos/a sobre a atuação e incorporação da mulher como agente de produção, ainda está vinculado com o espaço externo ao doméstico e este não é visto e não é valorizado como trabalho, por não ter um retorno econômico. As mulheres agricultoras familiares são responsáveis também pela criação de pequenos animais, pela horta, além de participarem ativamente dos trabalhos agrícolas. Para a M.J.C.A (25 anos, técnica de ATER da COOPERA): “[...] hoje, a maioria dos trabalhos feitos, no campo tem o grande peso da mulher. No passado a gente sabia que existia meio que aquela lei familiar, homem cuida dos trabalhos, e a mulher fica em casa fazendo comida, os afazeres domésticos, mas hoje em dia não é bem assim.” Durante a entrevista realizada aos técnicos/a e coordenador não foi possível identificar nenhuma ação do serviço de ATER, que promovesse a afirmação da identidade como mulher agricultora familiar e nem sobre a socialização do trabalho doméstico e do cuidado.

Sobre a proposta da Bahiater para o trabalho direcionado com as mulheres e o aumento do percentual de 30% para no mínimo 50% de beneficiárias, nas chamadas públicas de ATER, a superintendente afirmou que:

Nós estamos discutindo isso para que não seja apenas mulheres atestando que estão recebendo, mas que ela efetivamente receba ATER. Entendemos que para isso é fundamental que as equipes técnicas também tenham mulheres, porque nós estamos dos dois lados, né? [...], então esse é um compromisso; o outro é orientar e formar as nossas equipes, pra que elas compreendam que as mulheres, elas enxergam o mundo rural de uma forma diferente, é reconhecer a visão que a mulher tem que é diferenciada da visão de outros membros da família, mas que tudo isso que ela faz é trabalho, inclusive o doméstico e que não é só dela, é de toda família, portanto deveria ser compartilhado (C.H.W, Superintendente da Bahiater).

Fazendo um contraponto, com as entrevistas realizadas com os técnicos e a técnica, notou-se que essa proposta da Bahiater, na prática, precisa ser repensada, pois estes ainda não possuem essa compreensão, orientação e/ou formação, sobre a importância da inclusão socioprodutiva das mulheres, nos serviços de ATER. Para J.S.S (26 anos, técnico da COOPERA), “[...] no meu ponto de vista acredito que seja muito importante, né? A gente vê que é pouco ainda a inserção das mulheres, muitas agricultoras familiares que retiram o alimento da própria propriedade, nos momentos coletivos estão poucas inseridas”.

É necessário que aos serviços de ATER, além da produção, se preocupe também em inserir as mulheres agricultoras familiares nas instâncias de poder e decisões, formação, entre outras.

Para J.S.S, 31 anos, o coordenador de ATER da COOPERA, inicialmente houve dificuldade para ampliar a quantidade das beneficiárias de ATER, segundo ele:

Dificuldades a gente encontrou e encontra, primeiro que nós estamos quebrando um paradigma - do processo histórico de formação dessas famílias, na qual, os homens que tomam as decisões e uma outra questão é... as mulheres entenderem, que elas também são importantes nesse processo. Então essas duas dificuldades, assim que a gente entendeu que, é vamos dizer assim que limitou um pouco as nossas ações, mas de forma tudo contornada (J.S.S, 31 anos, coordenador de ATER da COOPERA).

É importante ressaltar que atualmente as chamadas públicas de ATER exigem a presença de no mínimo 50% de mulheres agricultoras familiares como beneficiárias. Esta exigência, conquista da sociedade civil organizada, possibilitou um maior envolvimento desse público, nos diversos cursos, oficinas, seminários, intercâmbios, dias de campo e encontros promovidos pelos serviços de ATER.

A maior dificuldade ressaltada pelos técnicos/as e coordenador da COOPERA, para alcançarem essa porcentagem se refere ao entendimento, compreensão e convencimento das mulheres beneficiárias, quanto à importância da ATER, para o fortalecimento e inclusão socioproductiva destas. Essa dificuldade é ampliada, ao perceber a dificuldade de alguns profissionais, responsáveis para executar os serviços, referente à compreensão e sensibilização sobre a temática de gênero.

Percebe-se, mais uma vez, a necessidade de formação/capacitação para os técnicos/as e coordenador que prestam os serviços de ATER, pois em algumas falas é possível notar que esses responsabilizam as mulheres pela dificuldade da não participação.

Com a ampliação do número de beneficiárias mulheres na ATER, foi perguntado aos/a técnicos/a e ao coordenador, se foi necessário adaptações na execução dos serviços de ATER. A maioria respondeu que sim. Segundo o coordenador de ATER da COOPERA existiram mudanças tanto na equipe técnica quanto na metodologia trabalhada. Já para M.J.C.A (25 anos, técnica de ATER da COOPERA): “na verdade essas adaptações já vêm na chamada que a gente executa, né? Como aumentar a quantidade de mulheres, aumentar também a quantidade de

atividades voltadas para o desenvolvimento da mulher no campo”. Foi possível observar a inserção de técnicas para executar as ações de ATER e a ampliação do número de mulheres como beneficiárias, mas a metodologia trabalhada ainda não tem conseguido, de fato, incorporar as mulheres como protagonistas da construção do conhecimento agrícola. Na chamada pública foi inserida nas atividades pré-fixadas a serem contratadas, a temática inclusão sócio produtiva de mulheres rurais. Foi possível perceber no arquivo fotográfico da COOPERA atividades específicas, como curso para produção de artesanatos, processamento de frutas, mandioca, entre outros. Já para a superintendente de ATER, as adaptações que devem ser feitas são:

Eu acho que um dos elementos é entender isso, é o tempo das mulheres e entender que elas têm outras, outras necessidades, para poder participar... na última Marcha das Margaridas apontaram quatro grandes demandas e uma dessas quatro foi creche, creche no espaço rural, exatamente para que ela tivesse esse tempo, né? Para que essa expressão dos cuidados com seus filhos não ficassem somente com ela, mas que ela também pudesse ter o seu momento para poder participar das coisas, eu acho que é...efetivamente nós temos que trabalhar na metodologia de ATER, isso que a gente possa ter momentos de recreação infantil, que seja também vinculado essa dimensão do rural e que tenha profissionais dentro da equipe de ATER, que tenha essa sensibilidade de trabalhar, o que a mamãe está fazendo ali [...], o outro, é a forma de abordagem, a forma de chegar e ouvir também, nossa ATER precisa ouvir [...], então a gente precisa ter uma ATER que consiga ver o mundo rural de fato como ele é (C.H.W, superintendente da Bahiater).

Assim, na prática não houve nos serviços prestados adaptações referentes à construção de espaços de reflexão crítica, sobre o papel do/a técnico/a na execução de serviços de assistência técnica que motivasse seu envolvimento, não apenas em temas de cunho técnico, mas também em assuntos que são relegados ao campo social, na problematização da divisão sexual do trabalho e na construção de relações mais igualitárias entre homens e mulheres.

Nas comunidades pesquisadas o número de mulheres beneficiárias é maior que os beneficiários homens. Segundo os técnicos/a, as mulheres agricultoras familiares participam das atividades desenvolvidas, pelo serviço de ATER, de forma participativa, como pode ser observado no depoimento abaixo:

Elas participam, são bem desinibidas, outras já participam assim de maneira bem efetivas de maneira bem mais autênticas, né? Então assim, isso a gente valoriza essas pessoas que trabalham dessa forma, que tem esse perfil [...] é intitula ela como um agente, um disseminador, uma pessoa líder. Líder, já dá um cargo, uma função pra ela, né? (J.S.S, 26 anos técnico de ATER da COOPERA).

As mulheres, quando elas entendem a nossa metodologia de trabalho, ela entende o que a PNATER traduz em termo de princípio, elas são bastante ativas, diga-se de passagem, muito mais ativa do que os homens e os jovens que tão dentro desse processo de ATER. Elas participam, questionam, perguntam, correm atrás, exigem dos nossos técnicos, exigem da COOPERA, ... nesse sentido de dizer assim, qualificar melhor o serviço que elas estão recebendo. (J.S.S, 31 anos, coordenador de ATER da COOPERA).

É importante que ao se identificar mulheres agricultoras familiares com potencial de liderança, que as ações de ATER estimulem a autoestima destas, na expectativa de mudanças reais de mentalidade e de atitude para que elas também assumam cargos no âmbito de poder e tomadas de decisões e não apenas vejam como aquelas que mais trabalham, que são mais fáceis de mobilizar, são mais preocupadas e comprometidas com a família e com a comunidade.

As ações e metas desenvolvidas nas atividades de ATER, proposta pela Bahiater, que contribuem para o fortalecimento das mulheres, segundo a superintendente são: a ampliação da participação, valorização dos espaços e das ações que as mulheres estão desenvolvendo, o fomento ao crédito, acesso as políticas públicas e autonomia econômica.

Durante o trabalho de campo foi perceptível que há envolvimento das mulheres nas capacitações realizadas pela COOPERA, o que representa a troca e aquisição de conhecimento, tal ressaltado pelas entrevistadas, e acesso às inovações tecnológicas.

Em relação à contribuição na ATER para dar visibilidade e valorizar o trabalho agrícola das agricultoras familiares, um dos técnicos de ATER da COOPERA disse que: “Eu acho que a gente, dá o apoio, né? Não só faz, orienta, essas pessoas lá na base, é..., mas também está divulgando né? [...] alternativas de onde elas podem comercializar e o próprio consumo, elas têm um artesanato muito bom..... (J.B.S, técnico de ATER da COOPERA). Percebe-se mais uma vez que o trabalho agrícola das mulheres ainda tem sido bastante invisível e desvalorizado, os técnicos/a tendem a identifica-lo também, com atividades destinadas a reprodução social da família.

Durantes as três entrevistas realizadas com os dois técnicos e uma técnica, foi possível perceber respostas muitas vagas referentes à visibilidade, valorização e fortalecimento do trabalho agrícola das mulheres agricultoras familiares pela ATER. Dentro dos serviços prestados de ATER, a principal ação verificada foi a preocupação em inserir as mulheres em atividades com técnicas de produção como adubação, espaçamento, controle de doenças e

pragas, porém, ainda reforçando a presença das mulheres nas atividades consideradas femininas, como o artesanato.

Observou-se também, que não houve formação e/ou capacitação referente ao enfoque de gênero promovida pelo governo do Estado, para a equipe técnica da COOPERA. O técnico, a técnica e o coordenador de ATER foram capacitados através da UEFS, UFRB, DISOP e SEBRAE. Mas estes momentos de sensibilização, capacitação e/ou formação se revelaram insuficientes, para que esses profissionais tivessem qualificação para trabalhar na ATER as questões de gênero. Isso pode ser observado na fala do coordenador de ATER:

Essa formação que a gente tem hoje de gênero, ela foi adquirida na Universidade, na UFRB, principalmente com as ações é... do AGROVIDA. Mas do ponto de vista de pegar um curso específico para isso não, capacitação oficial por órgão/entidade principalmente governamental ainda não, eu acho que deveria de fato ter alguns eventos específicos, primeiro que a chamada tem um viés para atender é... 50% de mulheres, então acho que a gente precisa reforçar de fato essa capacitação, porque muitas vezes a gente cai em temas e cai em situações que a gente precisa de muita ajuda. (J.S.S, 31 anos, coordenador de ATER da COOPERA).

Para trabalhar as questões de gênero na PNATER é necessário ter profissionais com sensibilidade, conhecimento e compreensão sobre o tema e como trabalhar este enfoque no desenvolvimento rural. É preciso que o Estado e as instituições invistam em formação/capacitação. As entrevistas traduzem as dificuldades dos técnicos/a e do coordenador de ATER sobre essa temática. Segundo a superintendente da Bahiater, esse órgão está desenvolvendo um plano de formação para tentar minimizar essa deficiência.

Ao serem questionados sobre as ações desenvolvidas pela ATER, referente à autonomia financeira feminina, equidade social, inclusão das agricultoras familiares, sensibilização dos homens quanto à divisão sexual e social do trabalho; o conhecimento e a compreensão de alguns profissionais, M.J.C.A (25 anos, técnica de ATER da COOPERA) afirma: “[...] a gente vai trabalhar, falar um pouco sobre gênero e tal, é a gente não pode de forma nenhuma, falar algo que favoreça mais aos homens, né, então usar palavras que venham favorecer os dois”. Já para J.S.S (26 anos, técnico de ATER da COOPERA): “É divisão. A gente tem muito cuidado assim de até das famílias que muitas vezes, é difícil a absorção e essa separação, a gente tenta trabalhar o conjunto. A mesma importância que a gente dá ao homem do campo, a gente dá a mulher também, ao jovem...”.

Esse entendimento de alguns técnicos faz com que determinadas metas de inclusão socioprodutiva, específicas para as mulheres agricultoras familiares, não funcionem como o previsto. Apesar das dificuldades para trabalhar as temáticas de gênero, todos os técnicos e o coordenador afirmaram ser importante abordar esse tema na assistência técnica. Para o coordenador, a ATER melhorou efetivamente a vida das agricultoras familiares. Segundo ele:

Vamos dizer assim, melhorar a qualidade de vida dessas pessoas, do ponto de vista técnico, do ponto de vista financeiro, é sem sobre de dúvida um dos principais objetivos da ATER nossa. A melhoria da qualidade de vida, ela vem primeiro porque as pessoas tem maior aporte de conhecimento construído e aprendido isso tem é... vamos dizer assim, um maior esclarecimento, acerca das principais políticas públicas da qual são direcionadas, participam do processo de gestão da propriedade [...] um maior excedente de produção e essa oferta maior permite... é um retorno financeiro. A questão do artesanato, corte costura, do rendedel²⁴, tem família que consegue ajudar é nas despesas de casa quase que, vamos dizer assim, equiparando, quase 40% da renda do empreendimento com essas atividades, né? (J.S.S, 31 anos, coordenador de ATER da COOPERA).

Essa fala do coordenador de ATER pode ser verificada através das entrevistas realizadas com as mulheres agricultoras familiares, quando estas afirmam que houve melhoria nos rendimentos e na formação técnica, porque com a ATER tiveram um aumento na produção e ampliação do conhecimento.

Para Weitzman (2011), não é que os grupos de mulheres não apresentem demandas para trabalhar em torno das atividades não agrícolas, mas é preciso questionar se, ao apoiar apenas essas demandas, não acontece uma sublimação de outros interesses que não sejam tão facilmente associados ao universo feminino.

Ao analisar a intervenção do serviço de ATER prestado na perspectiva de gênero, constatou-se que se executa uma política de ATER, na qual a inclusão das mulheres trabalhadoras rurais acontece, através da participação equitativa nas atividades produtivas tradicionalmente de mulheres e não nas atividades de domínio masculino como, por exemplo, apicultura e pecuária, ou seja, as mulheres ficam centradas em atividades de menor valor econômico e sem reconhecimento político e econômico. Isto pode ser observado, por exemplo, na horticultura, artesanato (crochê, rendedel, pintura, corte e costura), vistas como lazer, poucas vezes como geradora de renda para a mulher e sua família.

²⁴ Artesanato feito com renda

A mulher agricultora familiar tem um papel fundamental na garantia da segurança alimentar e nutricional da sua família e isso muitas vezes não é valorizado nos serviços de ATER prestado.

Vale ressaltar que, a garantia da democracia de gênero requer a inclusão das mulheres como protagonistas, requer a transformação das desigualdades existentes no acesso aos recursos, na tomada de decisão e no controle sobre os resultados das ações previstas nos projetos. Mesmo com as dificuldades do serviço de ATER para implementação e operacionalização, algumas entidades executoras têm se empenhado para melhorar a qualidade de vida e a quantidade da produção rural, investindo em conhecimento, acesso a novas tecnologias e capacitação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de campo foi motivo de muita satisfação durante a realização da pesquisa. O contato pessoal com as mulheres agricultoras familiares, sempre é muito enriquecedor, permitiu enxergar de forma mais atenta a realidade. Durante o estudo, ao entrar em contato com o público-alvo dessa pesquisa: as agricultoras familiares, o coordenador de ATER, técnicos/a e a superintendente da Bahiater, para agendamento das visitas de campo, a minha confiança no trabalho se adensou pela receptividade das pessoas, com a colaboração, através do fornecimento e disponibilização das informações solicitadas e orientação sobre a localidade das comunidades.

A constatação na melhoria na qualidade de vida das mulheres agricultoras familiares, em decorrência do serviço de ATER, foi possível ser notada, salientando que a mesma se deu através de mudanças de paradigmas e práticas produtivas que contribuíram para a adoção da agroecologia e ampliação da renda.

Ainda que a equipe reconheça a importância das questões de gênero, observou-se que não estava suficientemente preparada para atuar com as implicações de tal temática, que é vista como algo secundário e complementar, não valorizadas efetivamente pelo executor da PNATER, se configurando apenas em mais um tema transversal, em função das diretrizes das chamadas públicas. “O conceito filosófico de reconhecimento não se limita simplesmente à identificação de uma pessoa, mas, além de ter isso como premissa, requer que a essa pessoa seja conferido um valor positivo e que esse ato seja explícito (FERES; POGREBINSCH, 2010, p. 115).

A ausência de formação específica para trabalhar as questões de gênero na chamada pública pesquisada, aumenta a dificuldade dos técnicos/as e do coordenador dialogarem e incorporarem sistematicamente essa temática nas ações. O Estado precisa urgentemente orientar e formar, através de um módulo sobre gênero e assistência técnica para mulheres, suas equipes e parceiros, para que estes desenvolvam sensibilidade, compreendam o enfoque de gênero, a realidade e as demandas das mulheres agricultoras familiares.

As atividades desenvolvidas no lote da chamada pública tendem a centrar nos aspectos produtivos do trabalho das mulheres agricultoras, não levou em conta as funções sociais e reprodutivas e não possibilitou o exercício da autonomia das mulheres, enquanto coordenadoras

e diretoras de movimentos sociais, sindicato, associações e cooperativa. Foi possível perceber também, a ausência de reflexão com as beneficiárias e sua família sobre a socialização do trabalho doméstico e do cuidado, relações de desigualdade entre mulheres e homens, empoderamento das mulheres e visibilidade do seu trabalho como produtoras. As ações são dirigidas à toda família, sem atender às demandas e anseios particulares das mulheres.

As ações de ATER precisam desenvolver e apoiar atividades específicas voltadas a construção da equidade social, cidadania, superação da discriminação, da opressão e exclusão, precisa também dar visibilidade a participação dessas na unidade produtiva familiar. A participação das mulheres na esfera produtiva precisa ser acompanhada de uma problematização da divisão sexual e social do trabalho e do reconhecimento do seu papel decisivo realizado no âmbito da produção.

A chamada pública de ATER pesquisada estimulou a participação das mulheres agricultoras nas atividades realizadas. Notou-se que por estarem presentes acreditava-se na incorporação da perspectiva e na efetivação da equidade de gênero, mas o estímulo para as mulheres continuam sendo as atividades consideradas femininas como horticultura, criação de galinha e artesanato.

Entre as oito mulheres agricultoras entrevistadas, apenas duas demonstraram ter protagonismo sendo mais ativas nos espaços políticos, provavelmente pela inserção social e política do pai que era sindicalista. Percebeu-se que o fato de assumirem cargos de diretoria de associação, cooperativa e/ou sindicato não lhes conferia autoridade, de fato, não significa o exercício de poder de decisão. Muitas dessas mulheres não reconhecem a importância de tal cargo e nem mesmo lembra a sua função, pouco se notou nas entrevistas interferências que contribuíram para que elas inserissem nas agendas temas que afetam suas vidas, nos programas e nas políticas especiais para as mulheres.

Este estudo levou à conclusão de que as orientações metodológicas utilizadas pela equipe de ATER, na chamada pública pesquisada, não inclui enfoques de gênero, embora façam parte da orientação do próprio edital. Nas atividades desenvolvidas não foi possível identificar ações que fortalecessem as mulheres agricultoras familiares enquanto sujeitos políticos, e nem possibilidade de inclusão e aquisição dos direitos sociais através de uma atuação mais ativa no debate sobre as políticas públicas e definição dos próprios projetos de vida. Tal situação corrobora o não rompimento da definição de que o trabalho das agricultoras familiares é

considerado como ajuda. As beneficiárias declaram a valorização dos conhecimentos existentes, do estímulo a participação e da melhoria da produção. Mesmo com todos os limites e dificuldades pode-se afirmar que todas as mulheres entrevistadas tiveram melhoria em sua vida depois da ATER em graus diferenciados, através da participação nas atividades produtivas e organizativas, favorecido pelas discussões e ampliação dos seus conhecimentos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Uma nova extensão para a agricultura familiar. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 1997. **Anais...** Brasília: PNUD, 1997.
- ABROMOVAY, M; SILVA, R da. As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG). In: ROCHA, M. I. B (Org.). **Trabalho e gênero: Mudanças, Permanências e Desafios**. ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG. São Paulo: Ed 34, 2000. p. 347-366. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/trabalhogenero/TG_p347a366.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2017.
- ALAGOAS (Estado). Secretaria Estadual de Agricultura. **Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP**. Disponível em: <<http://www.agricultura.al.gov.br/programas/DAP.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2017.
- ANATER. **Decreto n. 8252**, de 2014. Disponível em: <<http://www.anater.org/ascom/legado/docs/Decreto-8252-de-26-05-2014.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2018.
- ANJOS, E. **Agricultura familiar e cooperativismo**: notas introdutórias para o debate. UFRB, 2015. (No prelo).
- ANJOS, F. S. dos. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: ADUFPEL, 2003. Disponível em: <<http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8733>>. Acesso em: 11 jun. 2018.
- ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de agronegócios**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/356652769/ARAUJO-Massilon-J-Fundamentos-de-Agronegocios-2-ed-pdf>>. Acesso em: 19 maio 2018.
- ARAÚJO, M. M. S. **A cidade de Alagoinhas na dinâmica da espacialidade funcional urbana da região Litoral Norte da Bahia**. 2009. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19346/1/Mayara%20Mychella%20Sena%20Ara%203%20bajo.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2017.
- BAHIA. Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura. **Agricultura familiar na Bahia**: da assistência técnica à comercialização plano safra 2014-2015. Bahia, 2014.
- BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Rural. **Apresentação Bahiater**. Disponível em: <<http://www.sdr.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=33>>. Acesso em: 28 maio 2018.

BANDEIRA, L. **A transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas.**

Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/.arquivos/integra_transversalidade_genero>. Acesso em: 09 dez. 2016.

BOJANIC, A. **A importância das mulheres rurais no desenvolvimento sustentável do futuro.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/artigo-a-importancia-das-mulheres-rurais-no-desenvolvimento-sustentavel-do-futuro/>>. Acesso em: 29 maio 2018.

BONETI, L. W. **Políticas públicas por dentro.** 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água diagnóstico do município de Inhambupe – Bahia.** Salvador: CPRM/PRODEEM, 2005. Disponível em: <<http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/handle/doc/16900>>. Acesso em: 08 set. 2017.

BRASIL. **Lei n. 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília: 2006. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/837541.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2018.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais.** Livro de conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. Disponível em: <http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero_diversidade_escola_2009.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2016.

BRASIL. **Lei n. 12.188**, de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm>. Acesso em: 30 out. 2016.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Capacitação para os mecanismos de gênero no governo federal.** Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2014/spm_livro_web_mecanismo-de-genero_09-02.pdf>. Acesso em: 20 maio 2018.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Matriz de sistematização do seminário nacional de Ater.** Brasília: MDA, 2015. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_21/Matriz_Sistematiza%C3%A7%C3%A3o_todos_eixos_para_Anais_integral_PDF.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Curso gênero e diversidade na escola.** Disponível em: <https://grupos.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1685/mod_resource/content/0/modulo2/mod2_unidade1_texto5.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2016.

BRASIL. Senado Federal. **O serviço público de assistência técnica e extensão rural.** Disponível em:

<http://www.emater.pr.gov.br/arquivos/File/Biblioteca_Virtual/2a_Ceater/Texto_Base_Discussao.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **I plano nacional de desenvolvimento (1972-1974)**. Disponível em:

<bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/322>. Acesso em: 02 nov. 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Tabela módulo fiscal**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tabela-modulo-fiscal>>. Acesso em: 07 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. **Retrato da desigualdade de gênero e raça**. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/mulheres-do-campo-e-da-floresta/dados>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

BRASIL. **Agricultura familiar do Brasil é 8ª maior produtora de alimentos do mundo**. Brasil, 2018. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/editoria/economia-e-financas/2018/06/agricultura-familiar-brasileira-e-a-8a-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Programa nacional de documentação das trabalhadoras rurais**. Disponível em:

<<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/dpmr-doc/sobre-o-programa>>. Acesso em: 10 maio 2018.

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Sistema informatizado de ATER**. Disponível em:

<<http://siater.mda.gov.br/sys/siater/public/listagem/hide/1>>. Acesso em: 12 maio 2018.

BUAINAIM, A. M.; ROMEIRO, A. **A agricultura familiar no Brasil: agricultura familiar e sistemas de produção**. Projeto: UTF/BRA/051/BRA, mar. 2000. Disponível em:

<<http://www.incra.gov.br/fao>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

BUTTO, A. et al. **Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

COELHO, R. C. **Estado, governo e mercado**. Florianópolis: UFSC, 2009.

COMISSÃO NACIONAL DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS (CNMTR). **Revista da Marcha das Margaridas 2015**, CONTAG, ago. 2015. Disponível em:

<http://www.contag.org.br/sistemas/doacao/public/pdf/projeto_captacao_recursos_marcha_2015.pdf>. Acesso em: 07 set. 2017

COOPERA. **Diagnóstico das Comunidades**. 2016.

COOPERA. **Curso de artesanato e processamento de frutas**. 2017.

COOPERA. **Quem Somos**. Disponível em: <<http://coopera.agr.br/quem-somos.html>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

CORDEIRO, R. de L.M; RUSSEL, P. S. Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis: UFSC, v. 7, n. 1-2, p. 419-423, 1999.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma brasileira. University of Massachusetts. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, jan. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/2168.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2017.

FARAH, M. F. S. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”. **Revista Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 6, p. 959-979, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v50n6/0034-7612-rap-50-06-00959.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 47-71, 2004. ISSN 1807-1384. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000100004/7943>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

FARIA, N.; NOBRA, M.; SILVEIRA, M L. **Feminismo e luta das mulheres: análise e debates**. SOF: São Paulo, 2005.

FERES JÚNIOR, J.; POGREBINSCHI, T. **Teoria política contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

FERNANDES, B. M. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 59-85, 2000.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

FRASER, N. **Frase reconhecimento sem ética**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a06n70.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GROSSI, M. P. **Identidade de gênero e sexualidade**. Disponível em: <http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF3/01935_identidade_genero_revisado.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2018.

GUANZIROLI, C. E. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HARRISON, J. S. **Administração estratégica de recursos e relacionamentos**. 2005. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/17670338/administracao-estrategica>>. Acesso em: 20 maio 2018.

HEILBORN, M. L.; ARAÚJO, L.; BARRETO A. **Gestão de políticas públicas em gênero e raça**. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010. (GPP – GeR: módulo I).

HEILBORN, M. L.; ARAÚJO, L.; BARRETO, A. **Gestão de políticas públicas em gênero e raça**. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011. (GPP – GeR: módulo IV).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Informações estatísticas**. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=290070&search=bahia|ala goinhas>>. Acesso em: 26 ago. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Informações estatísticas**. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/default.shtm>>. Acesso em: 07 set. 2017.

IDO, O. T; OLIVEIRA, R. A. de. **Agricultura Alternativa**. Disponível em:

<<http://www.agriculturageral.ufpr.br/bibliografia/aula5.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2017.

LAMY, M. **Metodologia da pesquisa jurídica**: técnicas de investigação, argumentação e redação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LASA, C. G. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS**. 2012.

MARION, A. A. M. **A Importância da Mulher na Agricultura Familiar**. Disponível em: <<http://www.infocos.org.br/publicacresol/upload/trabalhosfinal/227.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

MELO, M. A. As sete vidas da agenda pública brasileira. In: RICO, E. M. (Org.). **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. 2. ed. São Paulo: Cortez; Instituto de Estudos Especiais, 1992, p. 11-28.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1518-924.2003v8n15p59/5236>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

MOURA, S. A construção de redes públicas na gestão local: algumas tendências recentes. **Rev. Adm. Contemp.**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 67-85, Jan./Apr. 1998.

MOURÃO, P. **Organizações produtivas de mulheres rurais**. Disponível em:

<<https://pt.scribd.com/document/323463508/Artigo-Organizacao-Produtiva-de-Mulheres-Rurais-Patricia-Mourao-NEAD-Rrrrrrrr>>. Acesso em: 3 mar. 2018.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, Dec. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 ago. 2017.

NOBRE, M. R. C. Qualidade de vida. **Arq Bras Cardiol**, v. 64, n. 4, p. 299-300, 1995. Disponível em: <<http://www.arquivosonline.com.br/pesquisartigos/Pdfs/1995/v64N4/64040002.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

OLIVEIRA, P. C. F. **Extensão Rural e interesses patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR (1948-1974)**. 2013. Dissertação (Mestrado) – UFF, Niterói, 2013.

PALUMBO, D. J. **A abordagem de política pública para o desenvolvimento político na América**. Disponível em: <<https://pt.calameo.com/read/00105200788cff394bffd>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil** – uma abordagem histórica da legislação. Cento de Estudos Consultoria Legislativa do Senado Federal. Brasília: 2008. (Textos para discussão nº 48).

PETTAN, K. B. **A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER): percepções e tendências**. Campinas, SP: [s.n.], 2010. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000769739&fd=y>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

PINTO, V. C. **De Fernando Henrique Cardoso a Lula: uma análise das políticas públicas de cultura do Brasil**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - USP, 2010. Disponível em: <<http://myrtus.uspnet.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/178-584-1-PB.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2018.

QUEIROZ, D. T. et al. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **Rev. Enferm.**, UERJ, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 276-283, 2007. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v15n2/v15n2a19.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

SABOURIN, E. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922007000300009&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 11 mar. 2018.

SAFFIOTI, H. A ontogênese do gênero. In: STEVENS, C. M. T.; SWAIN, T. N. **A construção dos corpos: perspectivas feministas**. Florianópolis: Mulheres, 2008. p. 148-181.

SALES, C. de M. V. S. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 437-443, May/Aug. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000200010>. Acesso em: 20 ago. 2017.

- SANTOS, A. C. E. **Políticas públicas e desenvolvimento rural**: contribuições e desafios da assistência técnica e extensão rural no município de Serrinha\BA. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), 2014.
- SCHEFLER, M. de L. **Gênero, autonomia econômica e empoderamento**. O real e o aparente: sistematização de processos de investigação-ação e/ou de intervenção social.
- SCHIOCHET, V. Políticas públicas. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Ed. Almedina, 2009. p. 268-272.
- SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Savanas: Desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedades, agronegócios e recursos naturais. In: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L.; (Org.). **Agricultura familiar e teoria social**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008. p. 990-1014.
- SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.
- SCOTT, J. W. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. Tradução SOS. Recife: Corpo e Cidadania, 1990.
- SILVA, J. G. da. **Segurança alimentar: uma agenda republicana**. Revista, v.17 , n. 48 , p. 45-51, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200004>. Acesso em: 17 maio 2018.
- SOUZA, C. Política pública: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 24 nov. 2016.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). **Anuário Estatístico da Bahia 1998**. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&id=1549&Itemid=101&limitstart=40>. Acesso em: 26 ago. 2017.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). **Estatística dos Municípios Baianos** [recurso eletrônico]. Salvador, v. 1, 2012. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2441&Itemid=284>. Acesso em: 26 ago. 2017.
- TREVISAN, A. P.; BELLEN, H. M. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 529-50, maio/Jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a05v42n3.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

VASCONCELOS, M. A.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998. Disponível em: <<https://vademecumdireito.files.wordpress.com/2013/04/vasconcellos-e-garcia-fundamentos-de-economia-1.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

WEITZMAN, R. Mulheres na assistência técnica e extensão rural. In: **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2011. p. 87-111.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE I - PLANILHA CHAMADA PÚBLICA DE ATER LOTE SEAGRI/SUAF 002/2012

Município	Comunidade¹	Nome da Associação	Total de beneficiários	Mulheres	Homens	Distancia da comunidade para sede do município
Alagoinhas	BORGES (Borges, Conceição, Cruz da Caetana e Quizambu)	Associação dos Pequenos Agricultores Rurais dos Borges	30	10	20	26
	ESTEVIÃO (Estevão, Macaquinho e Saco da Lagoa)	Associação dos Agricultores e Moradores do Povoado do Estevão	30	13	17	9
	TOMBADOR (Tombador, Catuzinho, Baixão e Buri)	Associação dos Pequenos Agricultores da Comunidade de Tombador	30	9	21	14
	RIO BRANCO (Rio Branco, Papagaio e Pati)	APACORIB - Associação dos Pequenos Agricultores da Com. do Rio Branco e Associação Comunitária dos Agricultores Familiares do Rio Branco	30	17	13	20

¹ estas comunidades são denominadas de núcleos, estes reuni as comunidades adjacentes

APÊNDICE I - PLANILHA CHAMADA PÚBLICA DE ATER LOTE SEAGRI/SUAF 002/2012

Município	Comunidade	Nome da Associação	Total de beneficiários	Mulheres	Homens	Distancia da comunidade para sede do município
Aporá	BARRAJADO (Barrajado, Campo Grande, Mangabeira)	Associação Comunitária de Desenvolvimento de Barrajado	30	10	20	11
	CHAPADA (Chapada, Olhos d'água, Suriano, Papagaio I e II, Pilões, Criolo e Vaca Velha)	Associação de Pequenos Agricultores da Região da Chapada	30	13	17	24
	RETIRO DE FORA (Retiro de Fora, Retiro de Dentro e Malhadinha)	Associação dos Pequenos Agricultores de Retiro de Fora	30	4	26	28

APÊNDICE I - PLANILHA CHAMADA PÚBLICA DE ATER LOTE SEAGRI/SUAF 002/2012

Município	Comunidade	Nome da Associação	Total de beneficiários	Mulheres	Homens	Distancia da comunidade para sede do município
Inhambupe	FLECHAS (Flechas, Encantado e Saguim)	Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Flechas	30	10	20	13
	MANDACARU (Mandacaru, Laranjeira, Calumbi, Pau Ferro, Baixa da Areia, Botelho e Miranda, Sítio da Uma, Campo Grande)	Associação de Moradores da Comunidade de Mandacaru e Adjacências	30	13	17	2,5
	KM 08 (Km 08, Rocinha, Aldeia II, Varginha, Bonfim, Tabuado e Camamu)	Associação dos Produtores Rurais de Santo Antônio e KM – 08	30	18	12	22
	TERRA VERMELHA (Terra Vermelha, Flores, Pau Ferro, Monte Alegre e Juazeiro)	Associação dos Pequenos Agricultores de Terra Vermelha	30	12	18	6,8
	SAQUINHO (Saquinho, Mucambo, Km 29, Aldeia I, Boa Vista, Poça d água, Gravatá e Barra)	Associação dos Produtores Rurais do Saquinho	30	8	22	18
	VOLTA DE CIMA (Volta de Cima, Saco do Buri e Candel)	Associação dos Pequenos Agricultores da Região de Volta de Cima	30	13	17	23

APÊNDICE I - PLANILHA CHAMADA PÚBLICA DE ATER LOTE SEAGRI/SUAF 002/2012

Município	Comunidade	Nome da Associação	Total de beneficiários	Mulheres	Homens	Distancia da comunidade para sede do município	
Sátiro Dias	ASSENTAMENTO PAPAGAIO (Assentamento Papagaio, Matruz, Cajueiro do Rancho, Fazenda Nova e Candeal)	Associação dos Pequenos Agricultores de Assentamento Papagaio	30	18	12	14	
	JUREMA (Jurema, Tocaia, Arraial Santana, Junco de Fora, Longar, Vquejador, Araças, Frade Maxixi e Santo Antônio)	Associação dos Pequenos Produtores de Jurema	30	17	12	15	
	TERRA VERMELHA (Terra Vermelha, Passage do Lemo, Barra	Associação dos Pequenos Produtores de Terra Vermelha	30	21	9	18	

APÊNDICE II – ROTEIRO ENTREVISTA BENEFICIÁRIAS DA ATER

Data da Entrevista:

Local:

Nome da beneficiária:

Idade:

Escolaridade:

Estado civil: () Solteira () Casada () Divorciada () Viúva () Vive em união consensual () Separada

Caso tenha marido, este trabalha com que?

Possui filhos? () Sim () Não **Se sim quantos e qual a idade?**

Tel:

Município:

Comunidade:

Cor: () Branca () Preta () Amarela () Parda () Indígena

Nome do grupo que faz parte:

1. Em que ano foi criada a Associação que você faz parte?
2. Qual cargo você ocupa na Associação, Cooperativa, Sindicato...?
3. A quanto tempo ocupa o cargo e ou funções de direção da Associação, Cooperativa, Sindicato...?
4. O que motivou você a assumir tal cargo? Obs: E sua mãe?
5. Você faz parte de algum outra Associação, outro grupo?
6. Se sim qual? Como é sua atuação?

7. Como é a sua vida na no campo/na roça? Como você divide seu tempo p dá conta de tudo isso?

8. Desde quando lida com a terra? Realiza quais atividades?
9. Quais são as atividades que a senhora desenvolve e/ou já desenvolveu durante a sua vida? Como é seu trabalho?
10. Qual atividade produtiva desenvolvida pela Associação? Como se dá essa organização? Como vocês se dividem?
11. A Associação que você faz parte possui quantos sócios? Quais as razões da pouca efetividade?
12. Desses quantos são homens e quantos são mulheres?
13. A senhora gosta do trabalho no campo/na roça? Por que?
14. Quando a senhora começou a receber a Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, na sua propriedade? Como seu deu esse processo?
15. O que motivou a senhora a ser uma das beneficiárias de ATER?
16. Como é essa assistência? O que foi realizado? Quem participa com você dessa assistência técnica
17. Com que frequência o técnico(a) visita sua propriedade?
18. Há quanto tempo está inserida no Programa de ATER? Percebeu alguma mudança?
19. O serviço de ATER foi continuado ou houve interrupção?
20. A senhora considera que houve melhorias em sua vida depois da ATER? Se sim, qual (is)?
21. O que mais te chamou a atenção nos serviços de ATER?

22. Quais os principais problemas que a senhora tinha e que a ATER conseguiu resolver? De que forma?
23. Depois que começou receber a ATER houve aumento de renda (dinheiro) em sua casa?
24. Se sim, de que forma ocorreu o aumento da renda?
25. Quando o/a técnico(a) chega em sua casa, geralmente ele/ela conversa sobre o que?
26. Quais os assuntos trabalhados sobre o trabalho da mulher na agricultura e/ou na produção?
27. A senhora acha que depois da ATER a comunidade está mais organizada? De que forma?
28. Teve alguma mudança sua vida depois que começou a receber Assistência Técnica e Extensão Rural?
29. Depois da Assistência Técnica e Extensão Rural a senhora tem participado mais de eventos, feiras, cursos... fora ou dentro da comunidade?
30. A senhora conhece os programas e políticas públicas direcionadas pelos Governos, para às mulheres?
31. Se sim, quais?
32. A senhora já vendeu seus produtos para a merenda escolar (PNAE)?
33. Se sim, individualmente ou em grupo?
34. A senhora já acessou o PRONAF?
35. A senhora tem DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF)? Se sim, foi tirada através de quem?
36. O que significa para a senhora ter a DAP?
37. Na ATER foi dialogado algo referente à participação das mulheres nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável - CMDs, lideranças na Associação, geração de renda, trabalho doméstico?
38. Se sim, qual tema foi tratado?
39. Depois da ATER, você tem participado mais das decisões políticas da Cooperativa, Associação, comunidade, Sindicato...?
40. Se sim como?
41. Ao chegar a sua propriedade os/as técnicos/as dialogavam com você ou apenas com seu marido, filho?
42. Quando a senhora vai participar das atividades de Ater fora da propriedades, reunião e/ou assembleia do Sindicato, Cooperativa... quem cuida dos seus filhos e afazeres domésticos?
43. O que acha que falta na ATER para uma orientação direcionada às mulheres?
44. Gostaria de continuar recebendo ATER? Por que?
45. Do seu ponto de vista, que melhorias precisam ser feitas no serviço de ATER?
46. Se o Programa de ATER for suspenso, o que mudaria na sua em sua vida?
47. Gostaria de falar mais alguma coisa sobre a ATER ou sobre a vida aqui?

Obrigada!

**APÊNDICE III – ROTEIRO ENTREVISTA TÉCNICOS/A E COORDENADOR
DA ATER**

Data da Entrevista: _____ **Local:** _____
Entrevista: Coordenador () Técnico(a) ()
Nome do Coordenador e/ou técnico (a): _____
Idade: _____ **Escolaridade:** _____
Formação profissional: _____
Estado civil: solteiro () Casado ()
Tel: _____ **EMAIL:** _____
Desde que ano trabalha na COOPERA: _____
Município(s) de atuação: _____
Tempo de atuação em Assistência Técnica: _____

Questões:

- 1- Como é o trabalho de ATER no Território? Principais avanços e limites
- 2- Como analisa o aumento de 30% para no mínimo 50% de beneficiárias mulheres?
- 3- O que você tem feito para alcançar essa porcentagem?
- 4- Tem encontrado dificuldades? Se sim, quais?
- 5- Foi necessário adaptações na execução das atividades? O que mudou?
- 6- Como é a participação das mulheres nas atividades desenvolvidas?
- 7- Você já participou de alguma capacitação de gênero?
- 8- Se sim, qual, quando e órgão/entidade responsável
- 9- Como é definida a metodologia para trabalhar as questões relacionadas a gênero na ATER?
- 10- Quais ações e metas desenvolvidas nas atividades de ATER, que contribuem para o fortalecimento das mulheres?
- 11- Vocês desenvolvem alguma atividade de sensibilização dos homens quanto à divisão sexual e social do trabalho na agricultura?
- 12- E quais ações desenvolvidas pela ATER referente a autonomia financeira feminina, equidade social, inclusão das mulheres trabalhadoras rurais?
- 13- Você tem alguma dificuldade para trabalhar os temas acima?
- 14- Se sim quais?
- 15- Você acha que a ATER melhorou efetivamente a vida das mulheres agricultora? Se sim, como?
- 16- Qual a sua contribuição na ATER para dar visibilidade e valorizar o trabalho agrícola das mulheres?
- 17- Como a ATER tem contribuído para melhora a qualidade de vida das mulheres agricultoras rurais e de sua família?
- 18- Faça uma breve avaliação da PNATER
- 19- O que mais gostaria de falar sobre sua prática e a experiência de Ater, incluindo as atividades com as mulheres.

Muito obrigada

APENDICE IV - ENTREVISTA SUPERINTENDÊNCIA BAIANA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (BAHIATER)

1. Como a Bahiater está pensando a ATER na Bahia?
2. Como você analisa o aumento de 30% para no mínimo 50% de beneficiárias mulheres na PNATER?
3. Qual a importância desse aumento?
4. Foram necessárias adaptações na execução das atividades de ATER? O que mudou?
5. Como é definida a metodologia pela Bahiater, para trabalhar as questões relacionadas a gênero na ATER?
6. Quais ações e metas desenvolvidas nas atividades de ATER, proposta pela Bahiater que contribuem para o fortalecimento das mulheres?
7. Você acha que a ATER melhorou efetivamente a vida das mulheres agricultora?
8. Nas entrevistas que realizei com alguns técnicos(as), que prestam serviços de ATER, em chamadas públicas de responsabilidade da Bahiater percebi que esses não passaram por nenhuma formação relacionada a gênero e a dificuldade desses em dialogar sobre alguns temas como: autonomia financeira feminina, equidade social, inclusão das mulheres trabalhadoras rurais...o que a Bahiater está pensando, se tratando de formação, para minimizar tal situação?
9. Como você acredita que deveria ser prestado o serviço de ATER, para que esse serviço venha de fato contribuir para o fortalecimento das mulheres trabalhadoras rurais?
10. Quais temas são de fundamental importância, para a formação dos técnicos, para que esses dialoguem com mais segurança e conhecimento sobre gênero?
11. Faça uma breve avaliação da PNATER
12. O que mais gostaria de falar sobre sua prática e a experiência de ATER, incluindo as atividades com as mulheres?

Obrigada!